

## ÍNDICE

RELAÇÃO DE CONTEÚDO	PAG
1 A inserção do Brasil na História.....	217
2. Formação do território nacional.....	218
3. A administração colonial.....	220
4. Formação social no Brasil colônia ...	221
5. A economia do Brasil colonial .....	224
6. Formação social no Brasil colônia ...	228
7. Conflitos com a Metrópole.....	237
8. Regência e Reinado de D. João VI .	240
9. A Regência de D. Pedro e o I Reinado .....	245
10. Período Regencial .....	250
11. D Pedro .....	254
12. O desenvolvimento econômico e cultural no Império .....	256
13. A crise do Regime Monárquico e o advento da República .....	257
14. Política interna e externa da República Velha .....	262
15. A Revolução de 1930 e a Era Vargas .....	267
16. A 2ª Guerra Mundial .....	269
17. A política no Brasil pós-1945:.....	269
18. A República Populista .....	270
19. O Brasil pós-64 .....	272
20. A eleição de Tancredo Neves e o Governo de transição de José Sarney; a Constituição de 1988: características gerais; o Brasil pós-regime militar.....	274

## 1. A INSERÇÃO DO BRASIL NA HISTÓRIA

### A transição da Idade Média para a Idade Moderna

A partir da Segunda metade do século XV, o mundo europeu sofreu grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais. Estas transformações, que marcam o fim da Idade Média e o início dos Tempos Modernos, trouxeram como consequência a expansão comercial europeia e levaram aos Descobrimentos Marítimos. No campo político, houve o fortalecimento e centralização do poder real; na economia, o comércio tornou-se mais importante; na sociedade, surgiu e se fortaleceu uma nova classe social: a burguesia; no campo cultural, houve o Renascimento artístico; nas ciências, houve o progresso técnico e científico; no campo religioso, o Cristianismo foi divulgado em outros continentes. As rotas comerciais que ligavam Europa, Ásia e África tinham como centro de convergência o Mar Mediterrâneo.

### O Comércio das Especiarias e os Ciclos de Navegação

Especiarias eram produtos raros, vindos principalmente do oriente, que passaram a ser consumidos em larga escala pelos europeus desde a época das Cruzadas (Idade Média). Exemplos: pimentas, canela, cravo, seda, marfim, cânfora, nós moscada, gengibre, alóes, incenso, sândalo, perfumes e produtos aromáticos. Constantinopla, cidade pela qual as especiarias orientais chegavam à Europa, onde eram distribuídas com grandes lucros, pelos navios das repúblicas de Gênova e Veneza, foi conquistada pelos turcos otomanos, em 1453.

**Importante:** O comércio das especiarias do Oriente fez desenvolver o Capitalismo europeu na sua fase mercantilista. Favoreceram Portugal e Espanha a se lançarem nas Grandes Navegações: a posição geográfica privilegiada, a tradição marítima (atividade pesqueira) e a centralização política pioneira, devido à "Reconquista" (luta dos cristãos contra os árabes).

Dois foram os principais ciclos de navegação: leste ou oriental (ciclo dos Portugueses) e oeste ou ocidental (ciclo dos Espanhóis).

O ciclo oriental ou português visava a contornar o litoral da África para chegar às Índias (oriente). O grande impulso para os descobrimentos portugueses foi a criação do Centro de Geografia e Náutica, localizado em Sagres (sul de Portugal), pelo Infante Dom Henrique ("O Navegador"). O Estado financiava as pesquisas e

reservava para si a exclusividade das viagens. A tomada de Celta, em 1415, no norte da África, marcou o início das conquistas de além-mar.

O ciclo ocidental ou espanhol objetivava chegar ao Oriente (Índias) viajando pelo ocidente ("El Occidente por el poniente"), segundo os planos do navegador Cristóvão Colombo, natural de Gênova (Itália), que acreditava na esfericidade ou redondeza da terra. Recebeu apoio dos "Reis Católicos" que governavam a Espanha: Fernão (rei de Aragão) e Isabel (rainha de Castela). Suas caravelas eram: Santa Maria (nau capitânia), Pinta e Nina.

## 2. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO NACIONAL

### O Tratado de Tordesilhas

Erro! Indicador não definido.

O descobrimento da América quase levou Portugal a declarar guerra à Espanha, pois o rei daquele país julgava-se lesado em seus direitos. Para solucionar o problema da partilha (divisão) das terras descobertas, o Papa Alexandre VI, a pedido dos "Reis Católicos", por intermédio da Bula Intercoetera (1493) estabeleceu os limites das terras entre Portugal e Espanha, através de um meridiano imaginário que seria contado a partir de 100 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde e Açores, o que não foi aceito por Portugal. Os países ibéricos chegaram a um acordo através do Tratado de Tordesilhas ou de participação do Mar Oceano, assinado em 1494. Ficou estabelecido que as terras e Ilhas a leste do meridiano, a contar de 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, pertenceriam a Portugal e, as que ficassem a oeste da mesma linha, pertenceriam à Espanha.

### Consequências da expansão marítima e comercial europeia:

- surgimento de Impérios Coloniais regidos pela política mercantilista;
- o oceano Atlântico passou a ser o principal centro comercial;
- propagaram-se os conhecimentos geográficos e astronômicos e os das ciências naturais;
- baixou o preço de custo das especiarias e drogas;
- surgiram as companhias de comércio;
- a burguesia passou a ter maior importância social e influência política.

### O Descobrimto do Brasil

Após o descobrimento do caminho marítimo para as Índias, o rei de Portugal, Dom Manuel I, "O Venturoso", (da dinastia de Avis) organizou poderosa esquadra com objetivo de fundar feitorias no Oriente (Calicute). Esta expedição, que foi chefiada pelo fidalgo Pedro Álvares

Cabral, senhor de Bel Monte e Alcaide - Mor de Azurara, descobriu o Brasil no dia 22 de abril de 1500.

Na viagem, durante a travessia do Atlântico desgarrrou-se a nau (barco) de Vasco de Ataíde. O primeiro ponto avistado foi o Monte Pascoal, no dia 22 de abril de 1500. Após o contato inicial amistoso com os índios, a esquadra fundeou na atual baía de Cabrália ("Porto Seguro"). Tendo Gaspar de Lemos retornado a Portugal levando cartas relativas ao descobrimento, a esquadra prosseguiu viagem para as Índias, após deixar no Brasil dois degredados. Denominou-se "Semana de Vera Cruz" ao período em que a esquadra de Cabral esteve no Brasil.

Os principais documentos sobre o descobrimento são: Carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal Dom Manuel I, a Carta do Mestre João ao mesmo rei, a Relação do piloto Anônimo, a Carta de Dom Manuel I aos reis Católicos.

Cabral chamou-a de Terra de Vera Cruz, enquanto Caminha denominou-a Ilha de Vera Cruz. O nome Brasil foi devido à abundância de madeira tintorial (Ibirapitanga), que os europeus chamavam de pau-brasil.

As duas teorias que surgiram para explicar o Descobrimto do Brasil são: intencionalidade (mais aceita) e casualidade (acaso).

A tomada de posse dos portugueses sob os territórios coloniais brasileiros foi marcada por uma ocupação lenta e gradual. A urgência em obter lucro com a exploração mercantilista deixou o Brasil em segundo plano nos projetos econômicos do Estado Português, na época, bem mais preocupado em consolidar pontos comerciais na África e na Ásia. Paralelamente, a ausência de metais preciosos ou outros produtos de interesse no mercado europeu também inviabilizou a exploração imediata do território.

## COLONIZAÇÃO

A colonização na época moderna aparece como um desdobramento da expansão marítima e comercial europeia, que assinala o início dos Tempos Modernos. O sistema de colonização que a política mercantilista visa a desenvolver, subordina-se ao Mercantilismo: a função da Colônia seria completar a economia metropolitana.

A história colonial do Brasil está vinculada à expansão comercial e colonial da Europa. O sistema colonial é o conjunto de relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias em uma determinada época histórica.

### Colônias de povoamento e de exploração

Colônias de povoamento. Nos termos característicos do sistema colonial mercantilista, elas podem ser consideradas um foco de desajuste. Toda sua organização econômica não está montada para a metrópole, não se constituindo desse modo como economia complementar. A produção é feita para o consumo interno, caracterizando-se pela diversificação de seus produtos. A pe-

quena propriedade é o tipo predominante, normalmente localizadas em áreas de clima temperado. Colônias de exploração. Podem ser consideradas como as mais típicas da colonização europeia. Toda organização econômica está em função do mercado externo. Coerentemente, a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo são os pilares dessas economias complementares. A que particularmente nos interessa é a América portuguesa, que pode ser definida como colônia de exploração.

### Período pré-colonial (1500 - 1530)

Corresponde à fase da exploração do pau-brasil. Neste período o rei de Portugal tomou as seguintes providências: enviou expedições exploradoras, arrendou o Brasil e enviou expedições guarda-costas. As expedições de Gaspar de Lemos (1501) e de Gonçalo Coelho (1503) vieram fazer o reconhecimento do litoral brasileiro.

Portugal arrendou o Brasil a um grupo de cristãos novos (judeus) chefiados por Fernão de Noronha. Este também recebeu a primeira Capitania Hereditária (1504): a ilha de São João ou da Quaresma, hoje integrantes do arquipélago de Fernando de Noronha. Pelo arrendamento, era permitido extrair pau-brasil e estabelecia a obrigatoriedade de fundar feitorias (armazéns fortificados).

Para reprimir (combater) o contrabando do pau-brasil, realizado principalmente por corsários franceses, foram enviadas duas expedições policiadoras (guarda-costas) de 1516 e 1526, chefiadas por Cristóvão Jacques.

Neste período, a atitude de Portugal em relação ao Brasil é de desinteresse, pois o comércio oriental (das especiarias) é o foco central do comércio externo português. Além disso, o que a colônia recém-descoberta poderia oferecer?

Não há nenhum produto que possa atrair a política mercantilista portuguesa. Em outras palavras, qualquer tentativa de aproveitamento da terra implicaria em gastos para a metrópole.

O pau-brasil existia com abundância na orla litorânea, desde o Rio Grande do Norte até a região fluminense (Cabo Frio). A viagem da nau Bretoa está ligada a um grande carregamento desta madeira.

Conhecido pelos índios como "Ibirapitanga" e batizado pelos europeus como pau-brasil, teve fácil aceitação na Europa como material colorante, próprio para tingir tecidos. Descoberto o produto, foi imediatamente declarado monopólio da Coroa e sua exploração feita pela iniciativa privada (particular), tendo a frente Fernão de Noronha.

No período pré-colonizador (1500 - 1530), a extração do pau-brasil constituiu-se na mais importante atividade econômica.

O grande número de indígenas existente na costa permitiu aos portugueses que a exploração dessa madei-

ra tintorial (pau-brasil) fosse realizada com facilidade, através da utilização da mão de obra indígena sob a forma de Escambo ou comércio de troca.

### Consequências da extração do pau-brasil:

- ocasionou o surgimento de feitorias. Estas não chegaram a fixar o colono europeu ao solo;
- influenciou na substituição do nome de Terra de Santa Cruz pelo de Brasil.

É claro que, desde a descoberta, a metrópole reserva para si a exclusividade da exploração do pau-brasil. Assim, a Coroa passa a ter controle sobre o produto, inserindo-o do mesmo sistema comercial que vigorava no Oriente, isto é, o Estanco: a metrópole pode fazer concessões a particulares mediante pagamento de direitos. Toda a exploração é feita com o consentimento do rei de Portugal.

**Importante:** Em relação a nossa colonização, a exploração do pau-brasil não favoreceu a criação de núcleos fixos de povoamento, pois era uma atividade nômade.

### O início da colonização

Esta fase tem início em 1530 quando Portugal toma providências visando à ocupação sistemática (efetiva) do litoral brasileiro. Principais medidas: expedição colonizadora de Martim Afonso de Souza (1530/ 32), divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias e instituição do Governo geral.

### As razões da colonização podem ser assim resumidas:

- comércio português das especiarias nas Índias (Oriente) estava em decadência;
- Portugal corria o risco de perder o Brasil devido à presença dos corsários franceses no litoral;
- a possibilidade de encontrar jazidas minerais.

As populações indígenas foram utilizadas como mão-de-obra na extração do pau-brasil em troca de pequenas armas e mercadorias. Nesse primeiro momento, a parceria entre os colonizadores e indígenas era marcada por uma relação mais próxima e amigável. Contudo, na medida em que os colonizadores portugueses adentraram o território, encontraram outras populações nativas que lutavam contra a invasão promovida pelos europeus.

Passadas as primeiras três décadas da incipiente colonização lusitana, o interesse de navegadores de outros países europeus ameaçava os domínios de Portugal no Atlântico Sul. Em 1526, o rei dom João III ordenou o envio de expedições punitivas incumbidas da missão de expulsar as embarcações e contrabandistas estrangeiros. A missão comandada pelo navegador Cristóvão Jacques

afundou uma embarcação francesa e perseguiu vários de seus tripulantes.

Nessa mesma época, a crise do comércio com os povos do Oriente acabou contribuindo para a ocupação efetiva das terras brasileiras. Com isso, em uma atitude completamente pioneira, o governo de Portugal decidiu destinar recursos, maquinário e mão-de-obra para o desenvolvimento de atividades que gerassem lucro e ocupassem a colônia. Em 1530, Martim Afonso de Souza foi enviado com o objetivo de iniciar as primeiras atividades de exploração.

Entre outras tarefas, a expedição de Martim Afonso deveria percorrer o litoral e o interior em busca de metais preciosos; formar novos núcleos de povoamento; realizar a expulsão das expedições estrangeiras que aqui estivessem e estabelecer locais de exploração próximos às regiões do Rio da Prata. Chegando aqui, Martim Afonso formou dois grupos destinados para o norte e o sul do território. Em 1532, criou a vila de São Vicente, primeiro núcleo que deu origem à cidade de São Paulo.

### 3. A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL

#### As Capitanias Hereditárias

Após a descoberta do Brasil em 1500, Portugal, tendo ter seu novo território invadido, decretou, em 1534, por meio de Dom João III a divisão do território brasileiro em 15 faixas de terras que começaria no litoral e terminaria na linha do Tratado de Tordesilhas, forma que havia sido feita nas Ilhas do Atlântico. A esta divisão de terras deu-se o nome de Capitanias Hereditárias.

A intenção da corte portuguesa além de proteger as terras era a de tornar possível a produção açucareira nas novas terras e torná-las rentável a Portugal. Os donatários, homens que recebiam as terras, tinham totais poderes sobre sua capitania podendo distribuir terras, eleger pessoas para auxiliá-lo na administração bem como no monitoramento das terras, desenvolverem a região com a criação de vilas, escravizarem os índios para diminuir o custo, cobrar pelo uso dos rios localizados na capitania e etc. Também deviam proteger suas terras de invasões indígenas e estrangeiras.

O período de distribuição de terras foi de 1534 a 1536 e de forma hereditária, como o nome propõe, as terras eram entregues do pai para o filho sucessivamente. Eram controladas pela coroa portuguesa através do Foral que firmava os direitos, deveres e tributos que a população teria para com o rei e com o donatário e da Carta de Doação que dava plenos poderes ao donatário, salvo sobre os impostos reais.

A dificuldade enfrentada em cada capitania fazia com que os donatários não mais se interessassem pela produção e proteção das terras, pois os ataques eram intensos, os recursos dados pela corte portuguesa não eram suficientes para auxiliar a manutenção de cada

capitania, as condições climáticas não eram favoráveis para o plantio da cana-de-açúcar e as leis e normas impostas por cada donatário eram diferentes uma das outras tornando a situação ainda mais incômoda. Iniciou-se então o período de decadência das capitanias hereditárias.

Diante de toda dificuldade enfrentada pelas capitanias, destacou-se a Capitania de São Vicente do donatário, chamado Martim Afonso de Souza, e a Capitania de Pernambuco do donatário, chamado Duarte Coelho Pereira. Estas favorecidas pelo clima que existia na região favoreceram a produção da cana-de-açúcar, mas com a decadência das outras capitanias também foram derrubadas.

Em 1548, após desastroso período colonial a coroa portuguesa criou um novo sistema que centralizaria todo o poder nas mãos de uma só pessoa. Governo-Geral foi o novo cargo dado a Tomé de Souza, nomeado como governador-geral pela coroa portuguesa. No início a sede do governo foi instalada no local da Capitania da Bahia de Todos os Santos, vendida pelo donatário Francisco Pereira Coutinho à Coroa onde posteriormente Tomé de Souza criaria Salvador (em 1549) para ser a sede de seu governo.

#### Governo-Geral

O insucesso das Capitanias Hereditárias mostrou a impossibilidade da colonização com base apenas no capital particular. O Governo Geral foi instituído pelo rei D. João III em 1548, a conselho de Luís de Góis. Foi criado tendo em vista a necessidade de organizar e centralizar a administração, exercer uma melhor fiscalização, promover a defesa da Colônia contra os ataques estrangeiros e para dar “favor e ajuda” aos donatários das Capitanias.

As atribuições do Governador Geral estavam no Regimento (Regimento de Almeirim ou Regimento da Castanheira). A Capitania da Bahia de Todos-os-Santos foi adquirida pelo rei, mediante indenização, para ser a sede do Governo Geral.

Os três auxiliares do Governador Geral eram: provedor-mor, ouvidor-mor e o capitão-mor da costa. O provedor-mor era encarregado de assuntos financeiros; o ouvidor-mor cuidava de assuntos judiciais; o capitão-mor da costa era encarregado da defesa.

O Governo Geral foi criado mediante em Regimento que procurava superar os antigos obstáculos encontrados. Seus artigos dão atribuições muito bem definidas ao novo representante do governo português na Colônia.

Ao Governador-Geral competia: coordenar a defesa da terra contra ataques, instalando e refazendo fortes, construindo navios e armando os colonos; fazer alianças com os índios, iniciando sua catequese; explorar o sertão, informando a Coroa Portuguesa sobre as descobertas feitas; doar sesmarias, facilitando o estabelecimento de engenhos; proteger os interesses metropolitanos no que diz respeito ao estanco do pau-brasil e à arrecadação de impostos.

É importante lembrar que o Governo Geral não foi criado para acabar com as Capitânicas hereditárias, mas sim para centralizar a administração. As Capitânicas continuaram existindo e sendo administradas pelos seus donatários, que, entretanto, a partir daí, deveriam prestar obediência política ao Governador-Geral. O que desapareceu foi à descentralização política, pois o governador, como representante do rei português, simbolizava a autoridade suprema na Colônia, o poder centralizado de onde partiam as decisões políticas em nome de Portugal.

Os três primeiros Governadores do Brasil foram, respectivamente, Tomé de Souza, Duarte da Costa e Mem de Sá.

#### **1º Governador Geral: Tomé de Souza - 1549/1553**

Os fatos principais foram: chegou à Bahia em 1549 e, neste mesmo ano, fundou Salvador, a primeira cidade e capital brasileira. Foi auxiliado pelo naufrago Diogo Álvares Correia ("Caramuru"); trouxe o primeiro grupo de padres jesuítas incluindo Manuel da Nóbrega para iniciar o trabalho de catequese; criação do primeiro bispado do Brasil, sendo D. Pedro Fernandes Sardinha nosso primeiro bispo (1551); realizado uma visita às Capitânicas do Sul; mandou que se organizasse uma expedição para fazer o reconhecimento do interior da Bahia (Francisco Bruza Espinoza). Incrementou a cultura da cana-de-açúcar; importou gado da ilha de Cabo Verde; introduziu escravos negros africanos no Brasil.

#### **2º Governador Geral: Duarte da Costa - 1553/1557**

Fatos principais: trouxe sete jesuítas incluindo o "Apóstolo do Brasil e do Novo Mundo" (José de Anchieta); houve a invasão da Baía de Guanabara pelos franceses chefiados por Villegaignon; surgiu a questão entre o 1º Bispo e o filho do Governador (Álvaro da Costa); foi fundado o colégio de São Paulo de Piratininga pelos padres jesuítas (Nóbrega, Anchieta, Manuel de Paiva, Leonardo Nunes e Outros); houve uma insurreição dos indígenas ("Confederação dos Tamoios") chefiada por Cunhambebe.

#### **3º Governador Geral: Mem de Sá - 1558/1572**

Expulsão dos franceses da Baía de Guanabara, graças à participação dos tamoios pelos jesuítas Nóbrega e Anchieta ("Paz de Iperoig"); fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por Estácio de Sá (1565); organização de três entradas; combate à escravização indígena e antropofagia; chegada do segundo Bispo do Brasil (D. Pero Leitão), em 1559.

#### **Os quarenta mártires do Brasil**

D. Luís Fernandes de Vasconcelos foi nomeado quarto Governador Geral. Não chegou ao Brasil em

virtude de sua esquadra ter sido atacada por corsários franceses em alto-mar (Jacques Sória - 1570 e Jean Capdeville - 1571). No primeiro ataque o Governador foi morto e diversos padres jesuítas chefiados por Inácio de Azevedo foram sacrificados ("Os quarenta mártires do Brasil").

#### **Divisão do Brasil em dois governos**

Em 1572, o rei de Portugal, Dom Sebastião, resolveu dividir o Brasil em dois governos: Norte, sediado em Salvador, sob a chefia de Luís de Brito e Almeida. Sul, sediado no Rio de Janeiro, chefiado por Antônio Salema.

## **4. FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL COLÔNIA**

### **TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO**

#### **1. Os índios no Brasil colonial**

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e linguísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná-Paraguai.

Podemos distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população: os tupis-guaranis e os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananeia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização geográfica diversa dos tupis e dos guaranis, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua.

Em alguns pontos do litoral, a presença tupi-guarani era interrompida por outros grupos, como os goitacás na foz do Rio Paraíba, pelos aimorés no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, pelos Tremembé na faixa entre o Ceará e o Maranhão. Essas populações eram chamadas tapuias, uma palavra genérica usada pelos tupis guaranis para designar índios que falavam outra língua.

Devemos lembrar que a classificação descrita resulta de estudos recentes dos antropólogos, baseando-se, como dissemos, em afinidades culturais e linguísticas. Os portugueses identificaram de forma impressionista muitas "nações" indígenas, como os carijós, os tupiniquins, os tamoios etc.

É difícil analisar a sociedade e os costumes indígenas, porque se lida com povos de cultura muito diferente da nossa e sobre a qual existiram e ainda existem fortes preconceitos. Isso se reflete, em maior ou menor grau, nos relatos escritos por cronistas, viajantes e padres, especialmente jesuítas. Existe nesses relatos uma dife-

renciação entre índios com qualidades positivas e índios com qualidades negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses. Por exemplo, os aimorés, que se destacaram pela eficiência militar e pela rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável.

De acordo com os mesmos relatos, em geral, os índios viviam em casas, mas os aimorés viviam como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimorés, porque apreciavam carne humana.

Quando a Coroa publicou a primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570), só os aimorés foram especificamente excluídos da proibição.

Há também uma falta de dados que não decorre nem da incompreensão nem do preconceito, mas da dificuldade de sua obtenção. Não se sabe, por exemplo, quantos índios existiam no território abrangido pelo que é hoje o Brasil e o Paraguai, quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo. Os cálculos oscilam entre números tão variados como 2 milhões para todo o território e cerca de 5 milhões só para a Amazônia brasileira.

Os grupos tupis praticavam a caça, a pesca, a coleta de frutas e a agricultura, mas seria engano pensar que estivessem intuitivamente preocupados em preservar ou restabelecer o equilíbrio ecológico das áreas por eles ocupadas. Quando ocorria uma relativa exaustão de alimentos nessas áreas, migravam temporária ou definitivamente para outras. De quaisquer associados na imaginação dos tupis aos grandes xamãs (pajés), que andavam pela terra, de aldeia em aldeia, curando, profetizando e falando-lhes de uma terra de abundância. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais. Os brancos eram ao mesmo tempo respeitados, temidos e odiados, como homens dotados de poderes especiais.

Por outro lado, como não existia uma nação indígena e sim grupos dispersos, muitas vezes em conflito, foi possível aos portugueses encontrar aliados entre os próprios indígenas, na luta contra os grupos que resistiam a eles. Por exemplo, em seus primeiros anos de existência, sem o auxílio dos tupis de São Paulo, a Vila de São Paulo de Piratininga muito provavelmente teria sido conquistada pelos tamoios. Tudo isso não quer dizer que os índios não tenham resistido fortemente aos colonizadores, sobretudo quando se tratou de escravizá-los.

Os índios que se submeteram ou foram submetidos sofreram a violência cultural, as epidemias e mortes. Do contato com o europeu resultou uma população mestiça, que mostra, até hoje, sua presença silenciosa na formação da sociedade brasileira.

Uma forma excepcional de resistência dos índios consistiu no isolamento, alcançado através de contínuos deslocamentos para regiões cada vez mais pobres. Em limites muito estreitos, esse recurso permitiu a preservação de uma herança biológica, social e cultural. Mas, no conjunto, a palavra "catástrofe" é mesmo a mais adequada para designar o destino da população amerín-

dia. Milhões de índios viviam no Brasil na época da conquista e apenas cerca de 250 mil existem nos dias de hoje.

## 2. A escravidão de negros e índios

As razões da opção pelo escravo africano foram muitas. É melhor não falar em causas, mas em um conjunto de fatores. A escravização do índio chocou-se com uma série de inconvenientes, tendo em vista os fins da colonização.

Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais.

Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles.

Podemos distinguir duas tentativas básicas de sujeição dos índios por parte dos portugueses. Uma delas, realizada pelos colonos segundo um frio cálculo econômico, consistiu na escravização pura e simples. A outra foi tentada pelas ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, por motivos que tinham muito a ver com suas concepções missionárias. Ela consistiu no esforço em transformar os índios, através do ensino, em "bons cristãos", reunindo-os em pequenos povoados ou aldeias. Ser "bom cristão" significava também adquirir os hábitos de trabalho dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da Colônia.

As duas políticas não se equivaliam. As ordens religiosas tiveram o mérito de tentar proteger os índios da escravidão imposta pelos colonos, nascendo daí inúmeros atritos entre colonos e padres. Mas estes não tinham também qualquer respeito pela cultura indígena. Ao contrário, para eles chegava a ser duvidoso que os índios fossem pessoas. Padre Manuel da Nóbrega, por exemplo, dizia que "índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem".

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa.

Outro fator importante que colocou em segundo plano a escravização dos índios foi à catástrofe demográfica. Esse é um eufemismo erudito para dizer que as epidemias produzidas pelo contato com os brancos liquidaram milhares de índios. Eles foram vítimas de doenças como sarampo, varíola, gripe, para as quais não tinham defesa biológica. Duas ondas epidêmicas se destacaram

por sua violência entre 1562 e 1563, matando mais de 60 mil índios, ao que parece, sem contar as vítimas do sertão. A morte da população indígena, que em parte se dedicava a plantar gêneros alimentícios, resultou em uma terrível fome no Nordeste e em perda de braços.

Não por acaso, a partir da década de 1570 incentivou-se a importação de africanos, e a Coroa começou a tomar medidas através de várias leis, para tentar impedir o morticínio e a escravização desenfreada dos índios. As leis continham ressalvas e eram burladas com facilidade. Escravizavam-se índios em decorrência de "guerras justas", isto é, guerras consideradas defensivas, ou como punição pela prática de antropofagia. Escravizava-se também pelo resgate, isto é, a compra de indígenas prisioneiros de outras tribos, que estavam para ser devorados em ritual antropofágico.

Só em 1758 a Coroa determinou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa terminou a libertação definitiva dos indígenas. Mas, no essencial, a escravidão indígena fora abandonada muito antes pelas dificuldades apontadas e pela existência de uma solução alternativa.

Como vimos, ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando sua lucratividade.

Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena.

O historiador americano Stuart Schwartz calcula que, durante a primeira metade do século XVII, nos anos de apogeu da economia do açúcar, o custo de aquisição de um escravo negro era amortizado entre treze e dezesseis meses de trabalho e, mesmo depois de uma forte alta nos preços de compra de cativos após 1700, um escravo se pagava em trinta meses.

Os africanos foram trazidos do chamado "continente negro" para o Brasil em um fluxo de intensidade variável. Os cálculos sobre o número de pessoas transportadas como escravos variam muito. Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria, jovens do sexo masculino.

A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana -Congo e Angola -tornaram-se os centros exportadores

mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século.

Costuma-se dividir os povos africanos em dois grandes ramos étnicos: os sudaneses, predominantes na África ocidental, Sudão egípcio e na costa norte do Golfo da Guiné, e os bantos, da África equatorial e tropical, de parte do Golfo da Guiné, do Congo, Angola e Moçambique. Essa grande divisão não nos deve levar a esquecer que os negros escravizados no Brasil provinham de muitas tribos ou reinos, com suas culturas próprias. Por exemplo: os iorubas, jejes, tapas, hauçás, entre os sudaneses; e os angolas, bengalas, monjolos, moçambiques, entre os bantos.

Os grandes centros importadores de escravos foram Salvador e depois o Rio de Janeiro, cada qual com sua organização própria e fortemente concorrentes. Os traficantes baianos utilizaram-se de uma valiosa moeda de troca no litoral africano, o fumo produzido no Recôncavo. Estiveram sempre mais ligados à Costa da Mina, à Guiné e ao Golfo de Benin, neste último caso após meados de 1770, quando o tráfico da Mina declinou. O Rio de Janeiro recebeu sobretudo escravos de Angola, superando a Bahia.

Lembremos também o tratamento dado ao negro na legislação. O contraste com os indígenas é nesse aspecto evidente. Estes contavam com leis protetoras contra a escravidão, embora, como vimos, fossem pouco aplicadas e contivessem muitas ressalvas. O negro escravizado não tinha direitos, mesmo porque era considerado juridicamente uma coisa e não uma pessoa. Os indígenas nesse aspecto contavam com leis protetoras contra a escravidão, embora, como vimos, fossem pouco aplicadas e contivessem muitas ressalvas.

Vejam os alguns aspectos da questão demográfica. Embora os números apurados variem, há dados sobre a alta taxa de mortalidade dos escravos negros do Brasil, especialmente das crianças e dos recém-chegados, quando comparada, por exemplo, à da população escrava nos Estados Unidos.

Observadores de princípios do século XIX calculavam que a população escrava declinava a uma taxa entre 5 e 8% ao ano. Dados recentes revelam que a expectativa de vida de um escravo do sexo masculino, ao nascer, em 1872, era de 18,3 anos, enquanto a da população como um todo era de 27,4 anos. Por sua vez, um cativo homem nascido nos Estados Unidos em torno de 1850 tinha uma expectativa de vida de 35,5 anos.

Apesar desses números gritantes, não se pode dizer que os escravos negros tenham sido atingidos por uma catástrofe demográfica tão grande como a que dizimou os índios. Aparentemente, negros provenientes do Congo, do norte de Angola e do Daomé -atual Benim eram menos suscetíveis ao contágio de doenças como a varíola. De qualquer forma, mesmo com a destruição física prematura dos negros, os senhores de escravos tiveram sempre a possibilidade de renovar o suprimento pela

importação. A escravidão brasileira se tornou mesmo totalmente dependente dessa fonte. Com raras exceções, não houve tentativas de se ampliar o crescimento da população escrava já instalada no Brasil. A fertilidade das mulheres escravas era baixa. Além disso, criar uma criança por doze ou catorze anos era considerado um investimento de risco, tendo-se em conta as altas taxas de mortalidade, decorrentes das próprias condições de existência.

## 5. A ECONOMIA DO BRASIL COLONIAL

### Aspectos gerais

"A mentalidade mercantilista entre os séculos XIV e XV caracterizou-se pelo espírito do lucro fácil e enriquecimento rápido". "Portugal não pensou no Brasil como região para onde seria transferida a população. Considerou sua Colônia americana como supridora ou fornecedora de matérias primas e consumidoras de produtos enviados pela metrópole".

### Ciclos econômicos

O estudo da formação econômica do Brasil pode ser orientado através do estudo dos ciclos, isto é, o período no qual determinado produto ou atividade econômica constituiu realmente o eixo econômico básico da Colônia. Segundo este conceito os ciclos de nossa economia podem ser limitados, no tempo, da seguinte forma: ciclo do pau-brasil (de 1500 a 1553); ciclo da cana-de-açúcar (de 1600 a 1700); ciclo do ouro ou da mineração (de 1700 a 1800).

As características básicas eram monocultura, escravidão, latifúndio e exportação. Elas estão mais identificadas com a produção açucareira. Principais produções: açúcar e mineração. Atividades subsidiárias: algodão, tabaco, extrativismo vegetal. Outra forma de produção não escravista: a pecuária.

A existência de "produtos-rei" ou "ciclos" em nossa economia resulta da dependência ao mercado externo, ou seja, uma produção voltada basicamente para o exterior. Manufaturas que se desenvolveram na etapa colonial: charqueadas e curtumes, cerâmica e cordoaria, estaleiros, caieiras, artefatos de ferro, ourivesaria, manufaturas de tecidos, etc.

A Companhia de comércio Portugal exerceu, inicialmente, o direito de exclusividade (monopólio) sobre certos produtos (ex.: pau-brasil). No período da União Ibérica (1580 - 1640), o monopólio tornou-se total. Após a União Ibérica, Portugal continuou com o sistema de monopólio, através das Companhias de Comércio. As Companhias de Comércio na época colonial foram: Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649). Contribuiu para a expulsão dos holandeses do Nordeste brasileiro, sendo criada por sugestão do Padre Vieira. Companhia de Comércio do Estado do Maranhão (1682). Esteve ligada à revolta de Beckman Companhia

Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) e Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e da Paraíba (1759). Foram criadas pelo Marquês de Pombal.

### A agroindústria açucareira

A empresa açucareira foi a solução que possibilitou a valorização econômica das terras descobertas e dessa forma garantiu a posse pelo povoamento da América Portuguesa. O cultivo da cana-de-açúcar desenvolveu-se no litoral, especialmente na Zona da Mata Nordestina. A cana-de-açúcar foi o mais importante produto agrícola até o Primeiro Reinado.

Esta atividade favoreceu o aparecimento de uma nova estrutura social e econômica. Durante mais de século e meio, a produção do açúcar representou, praticamente, a única base da economia brasileira. Até meados do século XVII, o Brasil foi o maior produtor mundial de açúcar. A escolha da empresa açucareira não foi feita por acaso. Os portugueses escolheram a exploração da monocultura da cana-de-açúcar porque, além de seu aspecto econômico, ela viabilizaria a colonização do país.

### Observação:

Portugal não tinha condições econômicas suficientes para estabelecer sozinho uma empresa açucareira no Brasil. Diante dessas dificuldades, os portugueses recorreram aos holandeses, que financiaram as despesas, mas fizeram algumas exigências, tais como o direito de refinar e negociar o açúcar. A facilidade de levantar empréstimos dos holandeses se deveu ao fato deles já comerciarem o açúcar, produzido pelos portugueses nas ilhas atlânticas desde o século XV e, principalmente, porque a empresa açucareira brasileira despontava como algo viável e altamente rentável.

Consequências da produção açucareira: ocupação das terras úmidas do litoral nordestino (Zona da Mata); a formação da família patriarcal; surgimento de uma aristocracia rural (os senhores-de-engenho); as invasões holandesas no Nordeste ("Guerra do açúcar"); introdução do escravo negro africano; fixação do colono à terra; progresso das Capitanias de Pernambuco e São Vicente; desenvolvimento da monocultura e do latifúndio; surgimento de povoados, vilas e cidades.

Importante: o sociólogo Gilberto Freyre no livro "Casa Grande e Senzala" descreveu muito bem a sociedade açucareira nordestina onde predominava o patriarcalismo.

### Atividade pastoril

A criação de gado (pecuária) durante o Brasil-Colônia esteve, inicialmente, associada ao cultivo da cana-de-açúcar junto ao litoral, porque era uma atividade acessória (de subsistência). Com a expansão da

agroindústria açucareira surgiram conflitos entre criadores de gado e plantadores de cana. O gado foi obrigado a se deslocar para o sertão, porque as terras do litoral eram necessárias ao cultivo da cana-de-açúcar. Junto ao Rio São Francisco ("Rio dos Currais") surgiram várias fazendas de gado como a de Garcia D'Ávila, proprietária da Casa de Torre e Guedes de Brito.

A iniciativa de afastar o gado do litoral partiu dos senhores de engenho, no que foram apoiados pela metrópole. Para os senhores, era importante afastar o gado dos engenhos porque ele causava-lhes prejuízo, pois estragava o plantio da cana-de-açúcar, e a sua importância era absolutamente inferior.

O gado servia apenas como alimento, transporte e força de trabalho em alguns engenhos, ao passo que a empresa açucareira era, então, a fonte fundamental da riqueza colonial.

A pecuária brasileira, no período colonial, caracterizou-se por:

- exigir pequeno investimento inicial; daí estar aberta a quase todos os homens livres;
- aproveitar a mão-de-obra indígena, que a ela se adaptava mais que a agricultura;
- ter-se desenvolvido de forma extensiva, contribuindo para o povoamento do interior (sertão brasileiro);
- ter sido motivo de sobrevivência econômica de regiões em que outras atividades entraram em decadência. A pecuária originou ainda um novo tipo social, o fazendeiro de gado.

Alguns senhores, inclusive, já tinham sido proprietários de terra no litoral e, decadentes, buscavam agora formar fazendas de gado no interior. O vaqueiro era um homem livre. Não estava sujeito aos abusos e ao chicote do feitor. Além disso, o vaqueiro tinha o direito de ter a sua própria roça, recebia um salário anual e podia formar a sua própria fazenda, pois a montagem de uma fazenda de gado não exigia a aplicação de muito capital. A terra era abundante e o vaqueiro conseguia as suas primeiras cabeças de gado, ganhando do fazendeiro uma cabeça para cada quatro que nasciam. Alguns índios se adaptaram ao trabalho nas fazendas de gado e se tornaram boiadeiros. Consequência da criação de gado: influência do folclore: "bumba meu boi, negrinho do pastoreio", etc. contribuiu para ocupação do sertão nordestino e do Centro Sul do país; ocupação dos Estados do Piauí e Maranhão (do sertão para o litoral); surgimento de cidades no interior; incorporação do Índio à sociedade brasileira; facilitou a integração das regiões brasileiras.

### **A mineração**

O ciclo do ouro, diamantes e pedras preciosas fez com que nosso país passasse a ter novas riquezas. Teve importância decisiva na ocupação da região de Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Planalto Baiano.

A mineração tornou-se a mais importante atividade econômica do Brasil - Colônia no século XVIII. Pela própria característica desta atividade, altamente lucrativa, a Coroa, para evitar evasão de divisas, teve que exercer controle direto sobre a produção. Foi assim a atividade econômica que maior fiscalização sofreu por parte de Portugal. De início, era permitida a livre exploração, devendo ser pago como tributo a metrópole, a quinta parte (20%) de tudo que era extraído ("o quinto").

Depois dos primeiros achados de ouro em Minas Gerais (1693), surge o Regimento de Superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro (1712), em que era estabelecida a Intendência das Minas, através da qual o superintendente dirigia, fiscalizava e cobrava o tributo ("o quinto").

Foi estabelecida depois a cobrança indireta através da capitação, isto é, um tributo fixo pago em ouro e que recaía sobre cada um dos trabalhadores empregados nas minas. Para evitar o descaminho e o contrabando, Portugal proibiu a circulação de ouro em pó e em pepitas e criou as Casas de Fundição (1720). Quando o quinto arrecadado não chegava a cem arrobas (1500 Kg), procedia-se a "Derrama", isto é, obrigava-se a população a completar a soma. Havia dois tipos de extração de ouro: a faiscação e as lavras.

Faiscação ou faisqueira era a pequena extração, feita por homens livres e nômades; era uma atividade realizada normalmente nas areias dos rios ou riachos. As lavras eram a extração de grande porte, exigiam maior investimento de capital, eram estabelecimentos fixos, dispoendo de mão de obra escrava e algumas ferramentas. A lavra foi o tipo de extração mais frequente na fase áurea da mineração.

A Intendência das Minas foi o órgão responsável pelo policiamento da mineração, pela fiscalização e direção da exploração das jazidas. Era o local onde se fazia o registro das minas descobertas. Funcionou como tribunal e era responsável pela cobrança de impostos. A descoberta de uma jazida deveria ser comunicada ao Intendente das Minas que procedia a divisão das datas (lotes). O indivíduo que havia descoberto tinha o direito de escolher os dois primeiros lotes. Em seguida, era escolhida uma data para a Fazenda Real, que depois a vendia em leilão. Os outros lotes eram sorteados entre os interessados presentes.

### **Mão de obra**

O negro escravo africano predominou como mão de obra na área mineradora. O negro, na área mineradora, desfrutava de uma situação melhor do que na região açucareira: podia conseguir a carta de alforria, pagando certa quantia.

### **Áreas de produção**

As principais áreas mineradoras no Brasil - Colônia foram Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, ou seja, à parte Centro-Sul do país. Apogeu da mineração O século XVIII corresponde à fase de apogeu da mineração, levando certo autor a falar na "Idade do Ouro" do Brasil. Neste período houve grande desenvolvimento artístico e cultural na região de Minas Gerais, como o estilo barroco das construções das igrejas e moradias, a Escola Literária Mineira, as esculturas do "Aleijadinho", as músicas cantadas nas igrejas e associações religiosas.

### Tratado de Methuen - 1703

O tratado estipulava o seguinte: Portugal admitia só consumir tecidos ingleses. A Inglaterra admitia só consumir vinhos portugueses. Como consequência desse tratado, Portugal tornou-se um país exclusivamente agrário, o que prejudicou as possibilidades de desenvolvimento de uma indústria manufatureira, colocando o país submisso ao capital inglês. O tratado tornou-se um dos motivos para o escoamento do ouro brasileiro para os cofres britânicos. As jazidas de ouro e diamantes encontradas no Brasil eram de aluvião. Isto quer dizer que elas estavam na superfície da terra e, por isso mesmo, era mais fácil explorá-las. Por esse motivo, as jazidas se esgotaram rapidamente e a mineração entrou em decadência.

Em 1765, o Marquês de Pombal, ministro português, determinou a cobrança de impostos atrasados. Esta cobrança, denominada "derrama", era feita com muita violência pelas autoridades portuguesas.

### Extração de Diamantes e as Consequências da Atividade Mineradora

O Brasil foi o primeiro grande produtor moderno de diamantes.

Os primeiros achados foram na região do Arraial do Tijuco, depois Distrito Diamantino (subordinado diretamente a Portugal) e atual cidade de Diamantina situada em Minas Gerais.

A atividade mineradora ocasionou muitas transformações para a Colônia (Brasil) e trouxe consequências (internas e externas) no plano político, social e econômico. Podemos alinhar como consequência da mineração: o surgimento das inúmeras povoações (núcleos urbanos) no interior: as "Vilas do Sertão"; o controle direto do sistema de produção mineral pela Coroa, para assegurar grandes núcleos na exploração das minas.

O surgimento de reações contra a política fiscal (Revolta de Vila Rica e Inconfidência Mineira); a transferência da capital em 1763, da Bahia (Salvador) para o Rio de Janeiro, que se tornará o principal centro urbano da Colônia; a sociedade torna-se mais complexa, surgindo atividades de trabalho livre como artesão, comerciantes, militares e funcionários; progresso cultural com o aparecimento do estilo barroco nas igrejas de Minas Gerais e os trabalhos esculpidos por "Aleijadinho";

deslocamento do eixo econômico do Nordeste açucareiro (em crise) para a área mineradora (Centro-Sul); a Guerra dos Emboabas (1707-1709), que foi uma luta entre paulistas (descobridores das minas) e os forasteiros; um rápido crescimento demográfico.

O número de habitantes do Brasil aumentou consideravelmente, tendo em vista o afluxo de pessoas provenientes de várias partes do mundo, em busca de riquezas minerais; surgimento do mercado interno por causa do desenvolvimento do comércio; ocupação de todo o centro do continente sul-americano pela colonização portuguesa; criação das Capitânicas de Minas Gerais (1720), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748); abertura das primeiras estradas entre o interior "sertão" e o litoral; desenvolvimento da pecuária.

### Consequências externas da mineração

A principal consequência da produção mineradora do Brasil, no plano externo foi a forte concentração de capital na Inglaterra, que possibilitou a Revolução Industrial. Outros produtos: fumo, algodão e "drogas do sertão".

O cultivo do algodão, inicialmente utilizado para a produção de vestimentas de pobres escravos, atingiu apogeu no século XVIII com o desenvolvimento da indústria têxtil, durante a Revolução Industrial. Teve grande produção no Maranhão e Pernambuco.

### Cultivo do fumo

O fumo (tabaco) era cultivado no litoral da Bahia (Recôncavo), de Sergipe e Alagoas, tendo-se constituído num comércio complementar e dependente ao do açúcar, pois servia para a troca (escambo) de escravos da África.

### Extração das "Drogas do Sertão"

"Drogas do Sertão" eram assim chamados os produtos extraídos da exuberante Floresta Amazônica, Pará e Maranhão. Na extração das "drogas do sertão" foi empregada a mão de obra indígena. "Droguistas do Sertão" eram expedições que penetravam no Vale Amazônico à procura destes produtos. "Tropas de Resgate" eram expedições militares que iam escravizar índios na Amazônia para trabalhar nas fazendas do Maranhão e Pará.

## TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO

### A coroa e o controle das minas

A extração de ouro e diamantes deu origem à intervenção regulamentadora mais ampla que a Coroa realizou no Brasil. O governo português fez um grande esforço para arrecadar os tributos. Tomou também várias medidas para organizar a vida social nas minas e em outras partes da Colônia, seja em proveito próprio, seja

no sentido de evitar que a corrida do ouro resultasse em caos. Na tentativa de reduzir o contrabando e aumentar suas receitas, a Coroa estabeleceu formas de arrecadação dos tributos que variaram no curso dos anos.

De um modo geral, houve dois sistemas básicos: o do quinto e o da capitação. O primeiro consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos devia pertencer ao rei. O quinto do ouro era deduzido do ouro em pó ou em pepitas levado às casas de fundição.

A capitação, lançada pela Coroa em busca de maiores rendas, em substituição ao quinto, era bem mais abrangente. Ela consistia, quanto aos mineradores, em um imposto cobrado por cabeça de escravo, produtivo ou não, de sexo masculino ou feminino, maior de doze anos. Os faiscaidores, ou seja, os mineradores sem escravos, também pagavam o imposto por cabeça, no caso sobre si mesmos. Além disso, o tributo era cobrado sobre estabelecimentos, como oficinas, lojas, hospedadas, matadouros etc.

Outra preocupação da Coroa foi a de estabelecer limites à entrada na região das minas. Nos primeiros tempos da atividade mineradora, a Câmara de São Paulo reivindicou, junto ao rei de Portugal, que somente aos moradores da Vila de São Paulo, a quem se devia a descoberta do ouro, fossem dadas concessões de exploração do metal. Os fatos se encarregaram de demonstrar a inviabilidade do pretendido, diante do grande número, não só de portugueses, mas também de brasileiros, sobretudo baianos, que chegava à região das minas. Disso resultou a guerra civil conhecida como Guerra dos Emboabas (1708-1709), opondo paulistas de um lado, estrangeiros e baianos de outro.

Os paulistas não tiveram êxito na sua pretensão, mas conseguiram que se criasse a Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separada do Rio de Janeiro (1709), e a elevação da Vila de São Paulo à categoria de cidade (1711). Em 1720, Minas Gerais se tornaria uma capitania separada.

Se os paulistas não conseguiram o monopólio das minas, a Coroa procurou evitar que elas se transformassem em território livre. Tentou impedir o despovoamento de Portugal, estabelecendo normas para a emigração. A entrada de frades foi proibida e uma ordem regia ao governador da capitania determinou a prisão de todos os religiosos que nela estivessem "sem emprego ou licença" (1738). Desde as primeiras explorações, os frades eram suspeitos de contrabando. Um documento da época dizia ser "grande a multidão de frades que sobem às minas e que sobre não quitarem seu ouro ensinam e ajudam os seculares a que façam o mesmo". Os ourives foram também muito visados pela própria natureza de sua profissão, sendo obrigados a renunciar a ela sob pena de serem expulsos das áreas de mineração.

Outros esforços da Coroa buscaram impedir um grande desequilíbrio entre a região das minas e outras regiões do país. Foi proibida a exportação interna, da Bahia para as minas, de mercadorias importadas de Portugal; tomaram-se medidas no sentido de assegurar o

suprimento de escravos para o Nordeste, estabelecendo-se cotas de entrada de cativos na região mineira. Arrecadar impostos e organizar a sociedade das minas foram os dois objetivos básicos da administração portuguesa, relacionados aliás entre si. Para isso, era necessário estabelecer normas, transformar acampamentos de garimpeiros em núcleos urbanos, criar um aparelho burocrático com diferentes funções. Em 1711, o governador de São Paulo e Minas elevou os acampamentos de Ribeirão do Carmo, Ouro Preto e Sabará à condição de vila. Depois, vieram Caeté, Pitangui, São João del Rei e outros. Ribeirão do Carmo foi à primeira vila a se transformar em cidade, recebendo o nome de Mariana (1745).

Na tentativa de assegurar "a lei e a ordem", a Coroa criou "juntas de julgamento" e nomeou ouvidores. Estes foram muitas vezes incumbidos não só de julgar questões como de supervisionar a arrecadação do quinto do ouro, tarefa que, em princípio, devia caber ao provedor mor. Para controlar escravos, escoltar o transporte do ouro e reprimir distúrbios vieram de Portugal para Minas Gerais, em 1719, duas companhias de Dragões, forças militares superam, por exemplo, as da Bahia, e de que a progressiva decadência da mineração tornou desnecessária ou impossível para muitos proprietários a posse de escravos.

A sociedade das minas foi uma sociedade rica?

Aparentemente, como associamos ouro à riqueza, a resposta pareceria fácil. Mas não é bem assim. Para começar, devemos distinguir entre o período inicial de corrida para o ouro e a fase que se seguiu. No período inicial, isto é, na última década do século XVII e no início do século XVIII, a busca de metais preciosos sem o suporte de outras atividades gerou falta de alimentos e uma inflação que atingiu toda a Colônia. A fome chegou a limites extremos e muitos acampamentos foram abandonados. Com o correr do tempo, o cultivo de roças e a diversificação das atividades econômicas mudaram esse quadro de privações. A sociedade mineira acabou por acumular riquezas, cujos vestígios estão nas construções e nas obras de arte das hoje cidades históricas.

Lembremos, porém, que essas riquezas ficaram nas mãos de uns poucos: um grupo dedicado não só à extração incerta do ouro, mas aos vários negócios e oportunidades que se formaram em torno dela, inclusive o da contratação de serviços com a administração pública.

Abaixo desse grupo, a ampla camada de população livre foi constituída de gente pobre ou de pequenos funcionários, empreendedores ou comerciantes, com limitadas possibilidades econômicas. Certamente, a sociedade mineira foi mais aberta, mais complexa do que a do açúcar. Mas nem por isso deixou de ser, em seu conjunto, uma sociedade pobre.

Se não cabe falar em um ciclo do açúcar, podemos falar de um ciclo do ouro, no sentido de que houve fases marcadas de ascensão e de decadência. O ouro não deixou de existir em Minas, porém sua extração se tornou economicamente pouco atraente. O período de

apogeu situou-se entre 1733 e 1748, começando a partir daí o declínio. No início do século XIX, a produção aurífera já não tinha maior peso no conjunto da economia brasileira. O retrocesso da região das minas foi nítido, bastando lembrar que cidades de uma vida tão intensa se transformaram em cidades históricas com o sentido também de estagnadas. Ouro Preto, por exemplo, tinha 20 mil habitantes em 1740 e apenas 7 mil em 1804.

Mas o retrocesso não atingiu toda a Capitania de Minas Gerais. Nela, nem tudo era mineração. Mesmo nos tempos de glória do ouro, a fazenda mineira muitas vezes combinava a pecuária, o engenho de açúcar, a produção de farinha com a lavra de ouro. Graças à pecuária, aos cereais e mais tarde à manufatura, Minas não regrediu como um todo. Pelo contrário, no correr do século XIX iria expandir essas atividades e manter um constante fluxo de importação de escravos. A província mineira representaria uma curiosa combinação de regime escravista com uma economia que não era de plantation, nem estava orientada principalmente para o mercado externo.

## 6. FORMAÇÃO SOCIAL NO BRASIL COLÔNIA

### A sociedade colonial

Basicamente três grupos étnicos entraram na formação da sociedade colonial: o indígena, o europeu (português) e o negro africano. Desde o início da colonização, mesclaram-se os grupos étnicos, através da miscigenação racial, originando-se vários tipos de mestiços:

- do branco com o negro = mulato;
- do branco com o índio = mameluco (caboclo);
- do negro com o índio = cafuzo.

As condições históricas da colonização criaram formas de convivência e adaptação entre as raças formadoras da etnia brasileira.

Os índios sempre que conseguiram, optaram pelo isolamento. Já o convívio entre portugueses e africanos obedecia às regras do sistema escravista aqui implantado, resultando em maior aproximação e em verdadeira promiscuidade.

Nos séculos XVI e XVII a sociedade colonial brasileira era basicamente rural (agrária), patriarcal e escravista, onde a atividade econômica predominante era a agricultura (cana-de-açúcar e tabaco). Esta sociedade era rigidamente estratificada: no vértice da pirâmide estavam os grandes proprietários rurais ("senhores-de-engenho"), que formavam uma aristocracia rural; na base havia um contingente numeroso de escravos e dependentes. No século XVIII, com a mineração, a sociedade tornou-se mais democratizada, possibilitando uma maior mobilidade social. Isto porque na área mineiradora, em processo de urbanização, a posição social do indivíduo dependia apenas da quantidade de dinheiro que possuía.

### O negro do Brasil

Os negros foram introduzidos no Brasil a fim de atender às necessidades de mão-de-obra e às atividades mercantis (tráfico negreiro).

O comércio de escravos africanos para o Brasil teve início nos primeiros tempos da colonização. Na África, os negros eram trocados por aguardentes de cana, fumo, facões, tecidos, espelhos, etc. Os africanos que vieram para o Brasil pertenciam a uma grande variedade de etnias.

De modo geral, podemos classificar os negros entrados no Brasil em três grandes grupos:

- Sudaneses - oriundos da Nigéria, Daomé, Costa do Ouro. Compreendia os iorubas, jejês, minas, fanti-ashanti e outros. Localizados inicialmente na Bahia, depois se espalharam pelas regiões vizinhas.

- Bantos - divididos em dois grupos: Congo-angolanos e moçambiques. Os bantos foram traduzidos para o Rio de Janeiro, Maranhão e Pernambuco.

- Malês - eram os sudaneses islamizados.

Os negros possuíam religião politeísta e suas crenças mesclaram-se ao cristianismo (sincretismo religioso). A escravidão negra no Brasil não foi apenas uma questão de preferência do negro ao índio, mas sim uma questão de interesse da burguesia e do governo português, que já se enriqueciam com o tráfico negreiro antes da descoberta do Brasil. Aprisionados ou trocados, os negros eram trazidos para o Brasil nos porões dos navios negreiros (tumbeiros).

Durante a viagem, morriam cerca de 40% dos traficados. Marcados com ferro em brasa, os negros eram embarcados em Angola, Moçambique e Guiné e desembarcados em Recife, Salvador e Rio de Janeiro. O negro entrou na sociedade colonial brasileira como cultura dominada; as marcas da escravidão persistem até os dias de hoje.

### As contribuições dos negros para a cultura brasileira

O negro deu importantes contribuições para a cultura e para a formação do povo brasileiro, podendo citar-se: diversos vocábulos falados no idioma; hábitos alimentares, principalmente da culinária baiana; instrumentos musicais, como tambores, atabaques, flautas, marimbas, cuícas e berimbaus; ritmo musical das canções populares brasileiras, como o samba; danças, como o cateretê, o jongo, etc. O negro deixou marcas profundas na própria composição física do povo brasileiro. Apesar de muito se dizer ao contrário, os negros reagiram à opressão branca e iniciaram, no Brasil, os primeiros movimentos para a sua libertação, formando os quilombos.

O mais importante dos quilombos foi Palmares. Localizava-se no atual Estado de Alagoas e durou aproximadamente 70 anos. Como Palmares significava a liberdade e, portanto, era uma atração constante para

novas fugas de escravos, tinha de ser destruído pelos senhores prejudicados pela existência dessa rebeldia negra. Palmares foi destruído em 1694, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, contratado pelos senhores de engenho. Em 1695, foi assassinado Zumbi, o maior líder negro da História do Brasil. Sua cabeça foi exposta em Pernambuco, acabando com a lenda da sua imortalidade.

## TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO

### 1. O Exclusivismo Colonial

**Qual o significado e o papel das colônias nesse contexto?**

Elas deveriam contribuir para a autossuficiência da metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora, na concorrência internacional com as demais.

Para isso, era preciso estabelecer uma série de normas e práticas que afastassem os concorrentes da exploração das respectivas colônias. Esse conjunto de normas e práticas, criado de acordo com as concepções mercantilistas, constituía o sistema colonial. Seu eixo básico consistia no "exclusivo" metropolitano, segundo a expressiva linguagem da época, ou seja, na exclusividade do comércio externo da colônia em favor da metrópole.

Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da colônia, sobretudo para vender diretamente em outros países da Europa. Inversamente, procurava-se também impedir que mercadorias, em especial as não produzidas na metrópole, chegassem à colônia em navios desses países. Em termos simplificados, buscava-se deprimir, até onde fosse possível, os preços pagos na colônia por seus produtos, para vendê-los com maior lucro na metrópole. Buscava-se também obter maiores lucros da venda na colônia, sem concorrência, dos bens por ela importados. O "exclusivo" colonial teve várias formas:

- arrendamento, exploração direta pelo Estado, criação de companhias privilegiadas de comércio, beneficiando determinados grupos comerciais metropolitanos etc.

Tomando agora o caso português, que nos interessa de perto, seria equivocado pensar que os preceitos mercantilistas foram aplicados sempre consistentemente. Se insistimos em lhes dar grande importância, é porque eles apontam para o sentido mais profundo das relações Metrópole-Colônia, embora não contem toda a história dessas relações.

Curiosamente, a aplicação mais consequente da política mercantilista só se deu em meados do século XVIII, sob o comando do Marquês de Pombal, quando seus princípios já eram postos em dúvida no resto da Europa Ocidental.

A Coroa lusa abriu brechas nesses princípios, principalmente devido aos limites de sua capacidade de

impô-los. Não estamos falando apenas da existência do contrabando, pois o contrabando era uma quebra pura e simples das regras do jogo. Estamos falando sobretudo da posição de Portugal no conjunto das nações europeias. Os portugueses estiveram na vanguarda da expansão marítima, mas não tinham os meios de monopolizar seu comércio colonial. Já durante o século XVI, as grandes praças comerciais não se situavam em Portugal, mas na Holanda. Os holandeses foram importantes parceiros comerciais de Portugal, transportando sal e vinho portugueses e açúcar brasileiro, em troca de produtos manufaturados, queijos, cobre e tecidos. Obtiveram com isso muitas facilidades.

Posteriormente, ao longo do século XVII, a Coroa seria levada a estabelecer relações desiguais com uma das novas potências emergentes: a Inglaterra. Dessas condições resulta que o "exclusivo" colonial luso oscilou de acordo com as circunstâncias, ficando entre a relativa liberdade e um sistema centralizado e dirigido, combinado com concessões especiais. Essas concessões representavam, no fundo, a participação de outros países no usufruto da exploração do sistema colonial português.

Resumindo todo esse longo processo de oscilações do "exclusivo" colonial, podemos dizer que houve uma fase de relativa liberdade comercial de 1530 até 1571, data em que o Rei Dom Sebastião decretou a exclusividade dos navios portugueses no comércio da Colônia, coincidindo, aliás, a medida com os anos iniciais da grande expansão da economia açucareira.

O período da chamada união das duas Coroas (1580-1640), quando o rei da Espanha ocupou também o trono de Portugal, caracterizou-se por crescentes restrições à participação de outros países no comércio colonial, visando especialmente à Holanda, que estava em guerra com a Espanha. Mesmo assim, há notícias de um tráfego regular e direto entre o Brasil e Hamburgo na Alemanha, por volta de 1590.

Após o fim do domínio espanhol, com a aclamação de Dom João IV como rei de Portugal, seguiu-se uma breve fase de "livre comércio", com pouca regulamentação e ausência de controle sobre o mercado colonial de importação. Mas, em 1649, passou-se a um novo sistema de comércio centralizado e dirigido, por meio de frotas. Com capital obtido principalmente de cristãos-novos, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Brasil. A companhia deveria manter uma frota de 36 navios armados para comboiar navios mercantes que saíam do Brasil e aqui chegavam, duas vezes por ano; em troca, usufruía do monopólio das importações de vinho, farinha, azeite de oliva e bacalhau e do direito de estabelecer os preços para esses artigos. A partir de 1694, a companhia foi transformada em órgão governamental.

Entretanto, a criação da empresa não impediu concessões feitas por Portugal à Holanda e especialmente à Inglaterra. Em poucas palavras, a Coroa buscava a proteção política inglesa, dando em troca vantagens comerciais. Um bom exemplo disso é o tratado imposto por

Cromwell em 1654, em que se garantia aos ingleses o direito de negociar com a colônia brasileira, exceto no tocante aos produtos monopolizados pela Companhia Geral do Comércio.

O sistema de frotas só foi abandonado em 1765, quando o Marquês de Pombal resolveu estimular o comércio e restringir o crescente papel dos ingleses. Isso se fez através da criação de novas companhias (Companhia do Grão-Pará e Maranhão; Companhia de Pernambuco e Paraíba), que representaram as últimas expressões nítidas da política mercantilista no Brasil.

## 2. O Estado e a Igreja

As duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Embora se trate de instituições distintas, naqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existem hoje aqueles tempos uma estava ligada à outra. Não existia na época, como existe hoje, o conceito de cidadania, de pessoa com direitos e deveres com relação ao Estado, independentemente da religião. A religião do Estado era a católica e os súditos, isto é, os membros da sociedade, deviam ser católicos.

Em princípio, houve uma divisão de trabalho entre as duas instituições. Ao Estado coube o papel fundamental de garantir a soberania portuguesa sobre a Colônia, dotá-la de uma administração, desenvolver uma política de povoamento, resolver problemas básicos, como o da mão-de-obra, estabelecer o tipo de relacionamento que deveria existir entre Metrópole e Colônia. Essa tarefa pressupunha o reconhecimento da autoridade do Estado por parte dos colonizadores que se instalariam no Brasil, seja pela força, seja pela aceitação dessa autoridade, ou por ambas as coisas.

Nesse sentido, o papel da Igreja se tornava relevante. Como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o "controle das almas" na vida diária, era um instrumento muito eficaz para veicular a ideia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado. Mas o papel da Igreja não se limitava a isso. Ela estava presente na vida e na morte das pessoas, nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, a partida sem pecado deste "vale de lágrimas" dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema unção na hora da morte, o enterro em um cemitério designado pela significativa expressão "campo-santo".

Na história do mundo ocidental, as relações entre Estado e Igreja variaram muito de país a país e não foram uniformes no âmbito de cada país, ao longo do tempo. No caso português, ocorreu uma subordinação da Igreja ao Estado através de um mecanismo conhecido como padroado real. O padroado consistiu em uma ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado portu-

guês, em troca da garantia de que a Coroa promoveria e asseguraria os direitos e a organização da Igreja em todas as terras descobertas. O rei de Portugal ficava com o direito de recolher o tributo devido pelos súditos da Igreja conhecida como dízimo, correspondente a um décimo dos ganhos obtidos em qualquer atividade. Cabia também à Coroa criar dioceses e nomear os bispos.

Muitos dos encargos da Coroa resultavam, pelo menos em tese, em maior subordinação da Igreja, como é o caso da incumbência de remunerar o clero e construir e zelar pela conservação dos edifícios destinados ao culto. Para supervisionar todas essas tarefas, o governo português criou uma espécie de departamento religioso do Estado: a Mesa da Consciência e Ordens.

O controle da Coroa sobre a Igreja foi em parte limitado pelo fato de que a Companhia de Jesus até a época do Marquês de Pombal (1750-1777) teve forte influência na Corte. Na Colônia, o controle sofreu outras restrições. De um lado, era muito difícil enquadrar as atividades do clero secular - aquele que existe fora das ordens religiosas -, disperso pelo território; de outro, as ordens religiosas conseguiram alcançar maior grau de autonomia. A maior autonomia das ordens dos franciscanos, beneditinos, carmelitas e principalmente jesuítas resultou de várias circunstâncias. Elas obedeciam a regras próprias de cada instituição e tinham uma política definida com relação a questões vitais da colonização, como a indígena. Além disso, na medida em que se tornaram proprietárias de grandes extensões de terra e empreendimentos agrícolas, as ordens religiosas não dependiam da Coroa para sua sobrevivência.

Padres seculares buscaram fugir ao peso do Estado e da própria Igreja, quando havia oportunidade, por um caminho individual. Exemplo célebre é o de alguns padres participantes da Inconfidência Mineira, que se dedicavam a grandes lavouras, a trabalhos de mineração, ao tráfico de escravos e diamantes. A presença de padres pode ser constatada praticamente em todos os movimentos de rebelião, a partir de 1789, prolongando-se após a independência do Brasil até meados do século XIX.

As razões dessa presença estão pouco estudadas. O historiador José Murilo de Carvalho, analisando a época imperial, contrastou o procedimento conservador dos magistrados com o comportamento rebelde dos padres. Sugeriu que a rebeldia destes tinha origem em sua extração social, nas dificuldades de ascensão na carreira, na atuação mais próxima à população. De qualquer forma, seria engano estender a todo o clero essa característica de rebeldia, visível, mas excepcional. Na atividade do dia-a-dia, silenciosamente e às vezes com pompa, a Igreja tratou de cumprir sua missão de converter índios e negros, e de inculcar na população a obediência aos seus preceitos, assim como aos preceitos do Estado.

## Ataques ao litoral brasileiro

### Os franceses no Rio de Janeiro (século XVI)

Em 1555, durante o governo de Duarte da Costa, houve a invasão francesa na Baía de Guanabara. A expedição, apoiada pelo Almirante Coligny, era comandada por Nicolau Durand Villegaignon e tinha por objetivo estabelecer a França Antártica, colônia para os protestantes (huguenotes) que estavam sendo perseguidos na França.

A expulsão dos franceses ocorreu após os combates de Uruçumirim e Paranapuã, no governo de Mem de Sá (1565), graças a Estácio de Sá e à atuação dos padres jesuítas José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, responsáveis pela pacificação dos índios revoltados ("Confederação dos Tamoios"), chefiados por Cunhambebe.

Em 1594, Jacques Riffault e Chales des Vaux estiveram no Maranhão. O último levou informações à França sobre a possibilidade de fundar uma colônia naquela região. Em 1612, chegou ao Maranhão uma expedição chefiada por Daniel de La Touche, que fundou a cidade de São Luís (atual capital do Maranhão), cujo objetivo era fundar uma colônia ("França Equinocial").

A expulsão dos franceses foi conseguida graças ao mameluco Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, entre 1614/1615.

### Os franceses no Rio de Janeiro (século XVIII)

Em 1710 a cidade do Rio de Janeiro, na época, grande centro produtor de açúcar, foi atacada pela esquadra de Jean François Duclerc. Este foi derrotado, aprisionado e depois misteriosamente assassinado.

Em 1711 chegou a 2ª esquadra chefiada por Duguai Trouin que exigiu a rendição do governador do Rio de Janeiro Francisco de Castro Morais e só se retirou mediante recebimento de elevado resgate.

### Ataques ingleses

Durante a União Ibérica, corsários e piratas fizeram incursões em diversos pontos de nosso litoral, como: Edward Fenton atacou Santos (1583), sendo repellido; Robert Withrington entrou na Baía de Todos os Santos e saqueou o Recôncavo (1587); Thomas Cavendish atacou Santos e São Vicente (1591); Jaime Lancaster, com os piratas franceses Venner e Noyer, atacou Recife e Olinda (1595), saqueando a primeira; presença inglesa no Grão-Pará, com fundação de fortins na Amazônia: Jaime Purcell (1621) e Rogério North (1631).

### União Ibérica

Chamamos de União Ibérica ou União das Monarquias Ibéricas o período que vai de 1580 a 1640, quando

Portugal e suas colônias passaram para o domínio da Espanha. Isto aconteceu devido à questão da sucessão dinástica em Portugal. Depois de D. João III ("O Colonizador") reinou, em Portugal, seu neto D. Sebastião. Mas este morreu na batalha de Alcáçe-Quibir (1578), na África combatendo os muçulmanos ("cruzadismo português").

É sucedido pelo seu tio-avô, o velho Cardeal D. Henrique, que reinou apenas dois anos, pois morreu em 1580. Ao falecer, surgiu a questão da sucessão dinástica: o cardeal D. Henrique não possuía filho e seu parente mais próximo era Felipe II, rei da Espanha, da dinastia dos Habsburgos, que se impõe como herdeiro legítimo e passa a governar Portugal e todas as suas colônias, inclusive o Brasil.

### Consequências da União Ibérica (1580 - 1640):

- a ruptura prática da linha de Tordesilhas;
- o Brasil começou a sofrer investidas dos maiores adversários da Espanha: Inglaterra, França e Holanda;
- a aplicação das Ordenações Filipinas; em 1621,
- o Brasil foi dividido em dois Estados: Estado do Maranhão, com capital em São Luís e depois Belém; Estado do Brasil (do Rio Grande do Norte ao Rio Grande do Sul), tendo como capital, Salvador;
- as invasões holandesas no Nordeste brasileiro, devido à guerra entre Espanha e Holanda;
- criação do Conselho das Índias (1604), para fortalecer a fiscalização das colônias; a decadência econômica e política do reino lusitano, que passa a depender, cada vez mais, da Inglaterra.

O povo português ficou revoltado, nada podendo fazer para evitar que Felipe II subornasse as autoridades do Reino, até o momento em que as Cortes o aclamaram Rei de Portugal, com o nome de Felipe I.

### As invasões holandesas (A guerra do Açúcar)

O país que hoje chamamos Holanda pertencia à Espanha até 1579, ano em que os holandeses iniciaram a sua Guerra de Independência. A Espanha não reconheceu a independência da Holanda e a guerra entre os dois países prosseguiu até 1648. Devido a esta guerra, a Espanha proibiu suas colônias de fazerem comércio com os holandeses.

### As invasões holandesas (1624 - 1630)

As invasões holandesas ou "Guerra do Açúcar" no Nordeste têm como causas: a União Ibérica (1580/1640); a proibição do rei Felipe II, ordenado que os portos de todas as colônias fossem fechados aos navios da Holanda; o interesse dos holandeses em ocupar a

Zona da Mata nordestina para restabelecer o comércio açucareiro que lhes proporcionava grandes lucros.

A Companhia de Comércio das Índias Ocidentais (1621), que recebeu o monopólio do Comércio do Atlântico, foi criada com o objetivo de ocupar o Nordeste Açucareiro. Bahia e Pernambuco, as Capitânicas que mais produziam açúcar na época colonial, foram atacadas pelos holandeses.

### **Invasão na Bahia (1624 - 1625)**

Na primeira invasão (1624), os holandeses eram chefiados por Jacob Willekens e Johan Van Dorth. O Governador do Brasil era Diogo de Mendonça Furtado, que foi preso de "armas na mão"; os invasores ocuparam a cidade de Salvador, sede do Governo Geral.

A defesa ficou a cargo do Bispo D. Marcos Teixeira, que criou uma companhia de emboscadas ("Milícia dos Descalços"). A expulsão dos holandeses ocorreu em 1625, graças à expedição luso-espanhola ("Jornal dos Vassalos"), comandada por D. Fradique de Toledo Osório. Os holandeses cercados pela esquadra no porto de Salvador capitularam e retornaram para a Europa.

### **Invasão em Pernambuco (1630 - 1654)**

A segunda invasão holandesa ocorreu em Pernambuco, ("Zuickerland" = terra do açúcar) em 1630, sob o comando de Hendrick Coenelzoon Lonck; o desembarque ocorreu em Pau Amarelo. A resistência foi organizada por Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, que fundou o Arraial do Bom Jesus.

Em 1631 ocorreu a batalha dos Abrolhos entre a esquadra de D. Antônio de Oquendo (espanhola) e a esquadra do Almirante holandês Jansen Pater. Em 1632 ocorreu a deserção de Domingos Fernandes Calabar, contribuindo decisivamente para que os holandeses se fixassem no Nordeste.

Os holandeses ocuparam novos territórios (Itamaracá, Rio Grande do Norte, Paraíba) e tomaram o Arraial do Bom Jesus. Em Porto Calvo, Calabar foi preso e enforcado. Matias de Albuquerque foi substituído por D. Luís de Rojas e Borba, que depois morreu no combate de Mata Redonda frente aos holandeses; seu substituto foi o Conde Bagnoli.

Para governar o "Brasil Holandês", foi nomeado o Conde Maurício de Nassau, que além de estender o domínio holandês (do Maranhão até Sergipe, no rio São Francisco) realizou uma excelente administração:

- fez uma política de aproximação com os senhores-de-engenho;
- incrementou a produção açucareira;
- concedeu tolerância religiosa;
- trouxe artistas e cientistas como Franz Post (pintor) Jorge Markgraf (botânico), Pieter Post (arquiteto), nomes ligados ao movimento renascentista flamengo;
- promoveu o embelezamento da cidade de Recife, onde surgiu a "Mauriceia", na ilha de Antônio Vaz.

Denominou-se "Insurreição Pernambucana" (1645 - 1654) o movimento de reação ao domínio holandês no Nordeste, após a retirada do Conde Maurício de Nassau.

Os principais nomes foram o índio Poti (Felipe Camarão), o negro Henrique Dias, o português João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Os insurgentes adotaram como lema "Deus e Liberdade" e fundaram o Arraial Novo do Bom Jesus. Os "independentes" conseguiram derrotar os holandeses nas batalhas do Monte das Toboças (1645) e dos Guararapes (1ª 1648, 2ª 1649). A rendição ocorreu na Campina da Taborda (1654).

Contudo, as guerras holandesas só se encerraram com a assinatura do Tratado de Haia (1661) entre Portugal e Holanda. A integração entre brasileiros, portugueses, brancos, negros e mestiços, que lutaram juntos pela defesa do Brasil, contribuiu para desenvolver o sentimento de brasilidade, ou seja, o sentimento nativista.

Diversos fatos estão relacionados com a capitulação dos holandeses do Brasil: a restauração de Portugal (fim do domínio espanhol), devido à aclamação do Duque de Bragança com o título de D. João IV, motivou um levante no Maranhão, culminando com a expulsão dos holandeses daquela região; o Ato de Navegação (1651) decretado por Cromwell, da Inglaterra, que enfraqueceu o poderio marítimo holandês; a criação da Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649), a conselho do Padre Vieira, para fazer concorrência à Companhia das Índias Ocidentais (holandesa); a política da intolerância dos sucessores de Nassau fez unir os senhores-de-engenho (aristocracia rural) que haviam se acomodado com a situação.

Expulsos do Brasil, os holandeses passaram a produzir açúcar na região das Antilhas, fazendo concorrência ao açúcar produzido no Brasil. Isto contribuiu decisivamente para o declínio (diminuição) da produção açucareira nordestina, que entrou em crise. Esta crise que o Brasil e Portugal atravessavam foi superada com a descoberta das riquezas minerais (ouro, diamante e pedras preciosas), no século XVIII.

Após a expulsão dos holandeses (Paz de Haia, em 1661), Portugal passou a sofrer maior influência da Inglaterra (Tratado de Methuen).

## **TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO**

### **As Invasões Holandesas**

As invasões holandesas que ocorreram no século XVII foram o maior conflito político-militar da Colônia. Embora concentradas no Nordeste, elas não se resumiram a um simples episódio regional. Ao contrário, fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos.

A resistência às invasões representou um grande esforço financeiro e militar com base em recursos não só externos como locais. Foi um indício das possibilidades de ação autônoma da gente da Colônia, embora estivesse ainda longe a existência de uma identidade separada da Metrópole. Como diz o historiador Evaldo Cabral de Mello, a guerra foi uma luta pelo açúcar e, sobretudo em seu último período, sustentada pelo açúcar, através dos impostos cobrados pela Coroa.

A história das invasões liga-se à passagem do trono português à coroa espanhola, como resultado de uma crise sucessória que pôs fim à dinastia de Avis (1580). Na medida em que havia um conflito aberto entre a Espanha e os Países Baixos, o relacionamento entre Portugal e Holanda iria inevitavelmente mudar. Sobre tudo, os holandeses não poderiam mais continuar a exercer o papel predominante que tinham na comercialização do açúcar.

Eles iniciaram suas investidas pilhando a costa africana (1595) e a cidade de Salvador (1604). Mas a Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e os Países Baixos (1609-1621) deixou Portugal em situação relativamente calma. O fim da trégua e a criação da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais marcam a mudança do quadro. Formada com capitais do Estado e de financistas particulares, a companhia teria como seus alvos principais a ocupação das zonas de produção açucareira na América portuguesa e o controle do suprimento de escravos.

As invasões começaram com a ocupação de Salvador, em 1624. Os holandeses levaram pouco mais de 24 horas para dominar a cidade, mas praticamente não conseguiram sair de seus limites. Os chamados homens bons refugiaram-se nas fazendas próximas à capital e organizaram a resistência, chefiada por Matias de Albuquerque, novo governador por eles escolhido, e pelo bispo Dom Marcos Teixeira. Utilizando-se da tática de guerrilhas e com reforços chegados da Europa, eles impediram a expansão dos invasores. Uma frota composta de 52 navios e mais de 12 mil homens juntaram-se, a seguir, às tropas combatentes. Depois de duros combates, os holandeses se renderam, em maio de 1625. Tinham permanecido na Bahia por um ano.

O ataque a Pernambuco se iniciou em 1630, com a conquista de Olinda. A partir desse episódio, a guerra pode ser dividida em três períodos distintos. Entre 1630 e 1637, travou-se uma guerra de resistência, que terminou com a afirmação do poder holandês sobre toda a região compreendida entre o Ceará e o Rio São Francisco. Nesse período, destacou-se de forma negativa, na visão luso-brasileira, a figura de Domingos Fernandes Calabar, nascido em Porto Calvo (Alagoas), perfeito conhecedor do terreno onde se travavam os combates. Calabar passou das forças luso-brasileiras para as holandesas, tornando-se um eficaz colaborador destas, até ser preso e executado.

O segundo período, entre 1637 e 1644, caracteriza-se por relativa paz, relacionada com o governo do príncipe holandês Maurício de Nassau, que foi o responsá-

vel por uma série de importantes iniciativas políticas e realizações administrativas. Visando pôr fim à paralisação da economia e estabelecer vínculos com a sociedade local, Nassau mandou vender a crédito os engenhos abandonados pelos donos que haviam fugido para a Bahia. Preocupou-se em enfrentar as crises de abastecimento, obrigando os proprietários rurais a plantar na proporção do número de seus escravos o "pão do país", ou seja, a mandioca. O príncipe, que era calvinista, foi tolerante com os católicos e, ao que tudo indica, apesar de controvérsias a esse respeito, com os israelitas. Os chamados criptojudeus, isto é, os cristãos-novos que praticavam o antigo culto às escondidas, foram autorizados a professá-lo abertamente. Duas sinagogas existiram no Recife na década de 1640 e muitos judeus vieram da Holanda.

Quando os holandeses se retiraram do Brasil, uma das cláusulas da rendição autorizou os judeus que haviam estado ao lado dos flamengos a emigrar. Eles seguiram para o Suriname, para a Jamaica e para Nova Amsterdã (atual Nova Iorque), ou retornaram à Holanda.

A história da ocupação flamenga é um claro exemplo das relações entre produção colonial e tráfico de escravos. Tão logo conseguiram estabilizar razoavelmente a indústria açucareira no Nordeste, os holandeses trataram de garantir o suprimento de escravos, controlando suas fontes na África.

Na verdade, houve duas frentes de combate, muito distantes geograficamente, mas interligadas. Vários pontos da Costa da Mina foram ocupados em 1637. Uma trégua estabelecida entre Portugal e Holanda, logo após a Restauração, foi rompida por Nassau com a ocupação de Luanda e Benguela, em Angola (1641). Foram tropas luso-brasileiras, sob o comando de Salvador Correia de Sá, as responsáveis pela retomada de Angola em 1648. Não por acaso, homens como João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros estiveram à frente da administração portuguesa naquela colônia africana.

Os recursos levantados localmente para a guerra no Nordeste representaram dois terços dos gastos, na fase de resistência, e a quase totalidade, na luta de reconquista. Da mesma forma, enquanto na primeira fase da guerra, tropas formadas por portugueses, castelhanos e mercenários napolitanos foram amplamente majoritárias, na segunda fase, soldados da terra e, mais ainda, gente de Pernambuco tiveram superioridade numérica. A mesma coisa ocorreu com relação ao comando militar. Foram esses homens os principais responsáveis pela tática de guerra volante, "a guerra do Brasil", de que resultaram vitórias decisivas sobre os holandeses, em oposição à "guerra da Europa" do tipo tradicional.

Isso não quer dizer que os holandeses não contassem com a ajuda de gente da terra. Por sua importância, Calabar ficou conhecido como o grande traidor na primeira fase da guerra. Mas ele não foi um caso único. Vários senhores de engenho e lavradores de cana, cristãos-novos, negros escravos, índios tapuias, mestiços pobres e miseráveis estiveram ao lado dos holandeses. É certo que os índios de Camarão e os negros de Henrique

Dias formaram com os luso-brasileiros, mas a mobilização dos setores desfavorecidos se deu em níveis reduzidos. Por exemplo, em 1648, o contingente de Henrique Dias contava com trezentos soldados, o que equivalia a 10% do total dos homens em armas e a 0,75% da população escrava da região.

As forças luso-brasileiras estavam assim longe de constituir um modelo de união das três raças. A forma pela qual se deu a expulsão dos holandeses impulsionou o nativismo pernambucano. Ao longo de duzentos anos, até a Revolução Praieira (1848), Pernambuco tornou-se um centro de manifestações de autonomia, de independência e de aberta revolta.

Até a Independência, o alvo principal das rebeliões era a Metrópole portuguesa; depois dela, preponderou a afirmação de autonomia da província em relação ao governo central, muitas vezes colorida com tintas de reivindicação social. O nativismo de Pernambuco teve conteúdos variados, ao longo dos anos, de acordo com as situações históricas específicas e os grupos sociais envolvidos, mas manteve-se como referência básica no imaginário pernambucano.

Uma pergunta que sempre surge quando se estuda a presença holandesa no Brasil é a seguinte: o destino do país seria diferente se tivesse ficado nas mãos da Holanda e não de Portugal?

Não há uma resposta segura para essa questão, pois ela envolve uma conjectura, uma possibilidade que não se tornou real. Quando se compara o governo de Nassau com a rudeza lusa e a natureza muitas vezes predatória de sua colonização, a resposta parece ser positiva.

Mas convém lembrar que Nassau representava apenas uma tendência e a Companhia das Índias Ocidentais outra, mais próxima do estilo do empreendimento colonial português. Vista a questão sob esse ângulo, e quando se constata o que aconteceu nas colônias holandesas da Ásia e das Antilhas, as dúvidas crescem. A colonização dependeu menos da nacionalidade do colonizador e mais do tipo de colonização implantado. Os ingleses, por exemplo, estabeleceram colônias bem diversas nos Estados Unidos e na Jamaica. Nas mãos de portugueses ou holandeses, com matizes certamente diversos, o Brasil teria mantido a mesma condição de colônia de exploração integrada no sistema colonial.

## A EXPANSÃO TERRITORIAL

### Conquistas do Norte e Nordeste

Na Paraíba as primeiras tentativas foram feitas, sem êxito, por Frutuoso Barbosa. Mais tarde, ele e Felipe de Moura com uma expedição por terra e Diogo Flores Valdés, chefiando uma expedição marítima, fundaram o Forte de São Felipe, depois abandonado por causa dos ataques dos índios potiguares.

A conquista da Paraíba foi efetivada por Martim Leitão, que se aliou ao chefe indígena Piragibe, surgin-

do a cidade de Filipeia de Nossa Senhora das Neves (1584), depois chamada de Paraíba, atual João Pessoa.

A conquista de Sergipe foi efetuada por Cristóvão de Barros, em 1590, que derrotou os índios chefiados por Boiapeba e fundou São Cristóvão.

Manuel Mascarenhas Homem conquistou o Rio Grande do Norte, com auxílio de Feliciano Coelho e Jerônimo de Albuquerque. Em 1597, foi fundado o Forte dos Reis Magos, que a partir de 1599, passou a se chamar Natal.

Pero Coelho de Souza tentou, sem êxito, através de duas investidas, ocupar o Ceará. Os padres jesuítas Francisco Pinto e Luiz Figueira também não conseguiram. A ocupação do Ceará foi realizada por Martim Soares Moreno, ajudado pelo índio Jacaúna. Fundou o Forte de Nossa Senhora do Amparo (1613) que deu origem à atual cidade de Fortaleza.

O Maranhão foi conquistado por Alexandre de Moura e o mameluco Jerônimo de Albuquerque (1615), do interior para o litoral, graças à atividade pastoril. A conquista do Pará foi efetuada por Francisco Caldeira Castelo Branco, que fundou o forte Presépio, origem da cidade de Belém (1616).

O povoamento do Piauí foi feito do interior para o litoral, graças à criação de gado bovino. Os irmãos Domingos Afonso Mafrense ("O Sertão") e Julião Afonso Serra, reideiros da Casa da Torre (de Garcia D'Ávila), fundaram a Vila Mocha, depois Oeiras, antiga capital de Piauí (1674).

A conquista do Vale Amazônico foi realizada pelo Capitão Pedro Teixeira (1637 - 1639), que subiu o rio Amazonas (de Belém até Quito), tomando posse desta imensa região, em nome do rei de Portugal. A posse da bacia amazônica deveu-se aos missionários (jesuítas, franciscanos, carmelitas e mercenários), às lutas contra os estrangeiros, os "droguistas do sertão" e às expedições militares ("tropas de resgate").

**Importante:** Só com a expulsão dos franceses da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e do Maranhão foi possível completar a ocupação da Região Nordeste.

### Ocupação do Interior

As quatro bases econômicas da ocupação do sertão foram: a criação de gado, caça ao gentio, a atividade mineradora e a extração de especiarias, produtos silvestres e plantas medicinais ("drogas do sertão"). O elemento humano que realizou a expansão territorial do Brasil era representado pelos criadores de gado (boia-deiros), pelos padres missionários no seu trabalho de catequese, pelos entradistas e bandeirantes, cuja atuação foi de fundamental importância e cujos motivos de ação foram múltiplos e variados: expedições militares, apresamento de indígenas, descoberta de ouro e pedras preciosas.

O caminho dos que partiam de Pernambuco em demanda (direção) do sertão foi o Rio São Francisco, conhecido como "Rio da Unidade Nacional" e "Rio dos Currais", devido à existência de grandes e numerosas fazendas de gado em suas margens. No Sul, onde teve início às primeiras expedições pelo interior, os meios de penetração do sertão foram os Rios Paraná, Tietê e Paraíba do Sul.

### Ocupação da Planície Amazônica

O povoamento do Vale Amazônico amoldou-se às contingências da coleta dos produtos extrativos, sobretudo vegetais ("drogas do sertão"), na considerável dispersão amazônica, onde os cursos d'água serviam como único polo forte e estável de atração do povoamento.

Nesta atividade extrativa o índio era insubstituível, pois sem ele "não se dava um passo". A escravização dos silvícolas pelos colonos, no Maranhão, deu origem a conflitos com os padres jesuítas a organização da produção também reflete as condições em que ela se realiza: não tem por base a propriedade da terra (fundiária), como na agricultura e na mineração.

A exploração realiza-se indiferentemente na imensa floresta aberta a todos e se faz de maneira esporádica, coincidindo com as épocas próprias da coleta.

### Colonização do Vale Amazônico

Diversos fatores contribuíram para a ocupação do Vale Amazônico: a extensa rede hidrográfica, a fundação de diversas missões religiosas, a presença dos drogistas do sertão e das tropas de resgates.

## A EXPANSÃO TERRITORIAL E OS TRATADOS DE LIMITES

Conforme sabemos, a atual configuração do território brasileiro é bem diferente daquela que foi originalmente estipulada pelo Tratado de Tordesilhas, em 1494. A explicação para a ampliação de nossos territórios está atrelada a uma série de acontecimentos de ordem política, econômica e social que, com passar do tempo, não mais poderiam ser suportadas pelo acordo assinado entre Portugal e Espanha no final do século XV.

Um primeiro evento que permitiu a expansão foi a União Ibérica, que entre 1580 e 1640 colocou as possessões lusas e hispânicas sob controle de um mesmo governo. Nesse momento, a necessidade de se respeitar fronteiras acabou sendo praticamente invalidada. Contudo, não podemos pensar que o surgimento de novos focos de colonização se deu somente após esse novo contexto.

Desde muito tempo, personagens do ambiente colonial extrapolaram a Linha do Tratado de Tordesilhas. Os bandeirantes saíram da região paulista em busca de

índios, drogas do sertão e pedras preciosas para atender suas demandas econômicas. Ao mesmo tempo, cumprindo seu ideal religioso, padres integrantes da Ordem de Jesus vagaram pelo território formando reduções onde disseminavam o cristianismo entre as populações indígenas.

Por outro lado, a criação de gado também foi de fundamental importância na conquista desses novos territórios. O interesse dos senhores de engenho e da metrópole em não ocupar as terras litorâneas com a pecuária possibilitou que outras regiões fossem alvo dessa crescente atividade econômica. Paralelamente, o próprio desenvolvimento da economia mineradora também fundou áreas de domínio português para fora das fronteiras originais.

Para que esses fenômenos espontâneos fossem reconhecidos, autoridades portuguesas e espanholas se reuniram para criar novos acordos fronteiriços. O primeiro foi firmado pelo Tratado de Utrecht, em 1713. Segundo este documento, os espanhóis reconheciam o domínio português na colônia de Sacramento. Insatisfeitos com a medida, os colonos de Buenos Aires fundaram a cidade de Montevidéu. Logo em seguida, os lusitanos criaram o Forte do Rio Grande, para garantir suas posses ao sul.

O Tratado de Madri, de 1750, seria criado para oficialmente anular os ditames propostos pelo Tratado de Tordesilhas. Segundo esse documento, o reconhecimento das fronteiras passaria a adotar o princípio de uti possidetis. Isso significava que quem ocupasse primeiro uma região teria seu direito de posse. Dessa forma, Portugal garantiu o controle das regiões da Amazônia e do Mato Grosso. Contudo, os lusitanos abriram mão da colônia de Sacramento pela região dos Sete Povos das Missões.

A medida incomodou os jesuítas e índios que habitavam a região de Sete Povos. Entre 1753 e 1756, estes se voltaram contra a dominação portuguesa em uma série de conflitos que marcaram as chamadas "guerras guaraníticas". Com isso, o Tratado de Madri foi anulado em 1761. Em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso estabelecia que a Espanha ficasse com as colônias de Sacramento e os Sete Povos. Em contrapartida, Portugal conquistou a ilha de Santa Catarina e boa parte do Rio Grande do Sul.

Somente em 1801, a assinatura do Tratado de Badajós deu fim aos conflitos e disputas envolvendo as nações ibéricas. De acordo com seu texto, o novo acordo estabelecia que a Espanha abriria mão do controle sobre os Sete Povos das Missões. Além disso, a região de Sacramento seria definitivamente desocupada pelos lusitanos. Com isso, o projeto inicialmente proposto pelo Tratado de Madri foi retomado.

## A ERA POMBALINA

Após a restauração portuguesa (1640), o primeiro rei da Dinastia de Bragança (D. João IV) dedicou a maior atenção à política administrativa da Colônia, tomando medidas visando defesa, povoamento, melhoria das comunicações e organização da justiça.

A administração tornou-se mais rígida, sendo criado o Conselho Ultramarino (1642), visando a centralizar toda a administração colonial. Ao contrário do que acontecera até meados do século XVII, as Câmaras Municipais, antes tão poderosas, tiveram seus poderes restringidos. Os juízes ordinários, eleitos pelos colonos que tinham direito a voto, foram substituídos pelos Juízes de Fora, nomeados pelo rei. Surgiram Companhias de Comércio privilegiadas, que tinham monopólios de certos produtos em determinadas regiões.

### Administração Pombalina (século XVIII)

No século XVIII, em virtude da pregação das ideias liberais, surge em Portugal uma tentativa de reformulação especialmente no campo econômico: é a política pombalina. Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras (Marquês de Pombal), era primeiro ministro do rei D. José I de Portugal.

A administração pombalina visava a recuperação da economia do Brasil em benefício de Portugal, a fim deste país se livrar do domínio econômico da Inglaterra.

Pombal incentivou as atividades comerciais, agrícolas e de construção naval. Algumas medidas tomadas por Pombal:

- promoveu a transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro (1763);
- criou duas companhias de comércio: Maranhão/Grão-Pará e Pernambuco/Paraíba;
- expulsou os padres jesuítas e criou as escolas régias;
- impulsionou a construção naval;
- incrementou algumas indústrias como laticínios e anil;
- deu maior atenção à mineração;
- criou o Tribunal de Relação no Rio de Janeiro e Juntas de Justiça nas demais Capitânicas;
- extinguiu o estado do Maranhão e o sistema de Capitânicas Hereditárias.

Com a morte de D. José I (1777) sobe ao trono D. Maria I, ocasião em que a obra de Pombal é paulatinamente (aos poucos) desfeita (Viradeira), onde até mesmo as medidas visando à industrialização chegam a ser combatidas (Alvará de 1785).

## TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO

### A colonização do norte

Longe do centro principal da vida da Colônia, o Norte do Brasil viveu uma existência muito diversa do Nordeste. A colonização ocorreu aí lentamente, a integração econômica com o mercado europeu foi precária até fins do século XVIII e predominou o trabalho compulsório indígena. Para simplificar, estamos falando da região como se fosse um todo, mas não devemos esquecer as profundas diferenças entre o Maranhão de um lado e a Amazônia, de outro.

Até 1612, quando os franceses se estabeleceram no Maranhão, fundando São Luís, os portugueses não tinham demonstrado maior interesse por se instalar na região. Os riscos de perda territorial levaram à luta contra os franceses que ali se tinham instalado e, em 1616, à fundação de Belém. Essa foi à base de uma gradual penetração pelo Rio Amazonas, percorrido na viagem de Pedro Teixeira (1637) até o Peru. Em 1690, os portugueses instalaram um pequeno posto avançado, perto de onde hoje se localiza Manaus, na boca do Rio Negro. A Coroa, nas mãos da Espanha, estabeleceu uma administração à parte do Norte do país, criando o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com governador e administração separados do Estado do Brasil.

O Estado do Maranhão teve existência pelo menos formal e intermitente até 1774. A influência indígena foi nítida, tanto em termos numéricos como culturais. A língua dominante em pleno século XVIII era a "língua franca", uma variante do tupi. Houve uma extensa mestiçagem da população, mesmo porque as mulheres brancas eram raras, apesar dos esforços de enviar emigrantes dos Açores para São Luís e todas as regiões do Brasil colonial tiveram problemas de escassez de moeda, no Norte esse fato seria ainda mais acentuado. Até meados do século XVIII, foram frequentes as trocas diretas de produtos, ou a utilização de pano de algodão ou de cacau como moeda. As tentativas de implantar uma agricultura exportadora, baseada no açúcar e no algodão, em grande medida fracassaram até as últimas décadas do século XVIII. Por essa época, o Maranhão transformou-se rapidamente em importante região produtora de algodão e o seu plantio se estendeu ao Nordeste. No seu conjunto, a produção do Norte baseou-se nos produtos da floresta, as chamadas "drogas do sertão", como a baunilha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau nativo, colhido por índios e mestiços ao longo dos rios e trazido até Belém.

A colonização da Capitania de São Vicente começou, como a do Nordeste, pelo litoral, com o plantio de cana e a construção de engenhos. Essa atividade não foi

muito longe. O açúcar produzido concorria desvantajosamente com o do Nordeste, seja pela qualidade do solo, seja pela maior distância dos portos europeus.

Por outro lado, a existência de índios, em grande número, atraiu para a região os primeiros jesuítas. Padres e colonizadores, com objetivos diferentes, iriam se atirar a uma grande aventura no rumo do interior: a escalada da Serra do Mar, abrindo caminho por trilhas indígenas até chegar ao Planalto de Piratininga a uma altura de oitocentos metros. Nada mais contrastante com esse imenso esforço do que, hoje, uma banal viagem do litoral a São Paulo pela Rodovia dos Imigrantes. Em 1554, os padres Nóbrega e Anchieta fundaram no planalto a povoação de São Paulo, convertida em vila em 1561, aí instalando o colégio dos jesuítas.

Separados da costa pela barreira natural, os primeiros colonizadores e os missionários se voltaram cada vez mais para o sertão, percorrendo caminhos com a ajuda dos índios e utilizando-se da rede fluvial formada pelo Tietê, o Paranaíba e outros rios.

Houve algumas semelhanças entre a região paulista em seus tempos mais remotos e a periferia do Norte do Brasil: fraqueza de uma agricultura exportadora, forte presença de índios, disputa entre colonizadores e missionários pelo controle daqueles, escassez de moeda e frequente uso da troca nas relações comerciais. Particularmente notável foi a influência indígena. Um extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, deu origem ao mestiço de branco com índio, chamado de mameluco. O tupi era uma língua dominante até o século XVIII. Os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se tão capazes de usar o arco e a flecha como as armas de fogo.

Mais uma vez, missionários e colonizadores se chocaram, dados os seus métodos e objetivos diversos na subordinação dos índios. Por exemplo, decisões do papa e da Coroa (1639-1640) reiterando os limites à escravidão indígena provocaram violentas reações no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo. Os jesuítas foram expulsos da região, só retornando a São Paulo em 1653.

## 7. CONFLITOS COM A METRÓPOLE

### OS MOVIMENTOS DE REBELDIA

Ao mesmo tempo em que a Coroa lusa mantinha uma política de reforma do absolutismo, surgiram na Colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência. Elas tinham a ver com as novas ideias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco.

Discute-se muito sobre o momento em que grupos da sociedade colonial nascidos na Colônia, e mesmo alguns portugueses nela residentes, começaram a pensar o Brasil como uma unidade diversa de Portugal. Por outras palavras, em que momento teria surgido a consciência de ser brasileiro?

Não há resposta rígida para uma pergunta dessa natureza. A consciência nacional foi se definindo na medida em que setores da sociedade da Colônia passaram a ter interesses distintos da Metrópole, ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Longe de constituir um grupo homogêneo, esses setores abrangiam desde grandes proprietários rurais, de um lado, até artesãos ou soldados mal pagos, de outro, passando pelos bacharéis e letrados.

Também não tinham em comum exatamente a mesma ideologia. As "ideias francesas" ou o liberalismo da revolução americana eram suas fontes inspiradoras. Mas os setores dominantes tratavam de limitá-las, sendo, por exemplo, muito prudentes no tocante ao tema da abolição da escravidão, que viria ferir seus interesses. Pelo contrário, para as camadas dominadas a ideia de independência vinha acompanhada de propósitos igualitários de reforma social.

A Guerra dos Mascates em Pernambuco (1710), as rebeliões que ocorreram na região de Minas Gerais a partir da revolta de Filipe dos Santos em 1720 e principalmente as conspirações e revoluções ocorridas nos últimos decênios do século XVIII e nos dois primeiros do século XIX são frequentemente apontadas como exemplos afirmativos da consciência nacional. Se for possível dizer que eles indicam essa direção, devemos lembrar que até a independência, e mesmo depois, a consciência nacional passa pela regional. Os rebeldes do período se afirmam como mineiros, baianos, pernambucanos e, em alguns casos, como pobres, tanto ou mais do que como brasileiros.

Vamos examinar agora os dois movimentos de rebeldia mais expressivos nos fins do século XVIII, deixando para logo adiante a Revolução Pernambucana de 1817, que eclodiu já no contexto da presença da família real no Brasil.

### A Inconfidência Mineira

A Inconfidência Mineira teve relação direta com as características da sociedade regional e com o agravamento de seus problemas, nos dois últimos decênios do século XVIII. Isso não significa que seus integrantes não fossem influenciados pelas novas ideias que surgiram na Europa e na América do Norte. Muitos membros da elite mineira circulavam pelo mundo e estudavam na Europa.

Em 1787, dentre os dezenove estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra, dez eram de Minas. Coimbra era um centro conservador, mas ficava na Europa, o que facilitava o conhecimento das novas ideias e a aproximação com as personalidades da época.

Por exemplo, um ex-estudante de Coimbra, José Joaquim da Maia, ingressou na Faculdade de Medicina de Montpellier na França, em 1786. Naquele ano e no ano seguinte teve contatos com Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França, solicitando apoio para uma revolução que, segundo ele, estava sendo tramado no Brasil. Um participante da Inconfidência, José Álvares Maciel, formou-se em Coimbra e viveu na Inglaterra por um ano e meio. Aí aprendeu técnicas fabris e discutiu com negociantes ingleses as possibilidades de apoio a um movimento pela independência do Brasil.

Ao lado disso, nas últimas décadas do século XVIII, a sociedade mineira entrara em uma fase de declínio, marcada pela queda contínua da produção de ouro e pelas medidas da Coroa no sentido de garantir a arrecadação do quinto. Se examinarmos um pouco a história pessoal dos inconfidentes, veremos que tinham também razões específicas de descontentamento.

Em sua grande maioria, eles constituíam um grupo da elite colonial, formado por mineradores, fazendeiros, padres envolvidos em negócios, funcionários, advogados de prestígio e uma alta patente militar, o comandante dos Dragões, Francisco de Paula Freire de Andrade. Todos eles tinham vínculos com as autoridades coloniais na capitania e, em alguns casos (Alvarenga Peixoto, Tomás Antônio Gonzaga), ocupavam cargos na magistratura. José Joaquim da Silva Xavier constituía, em parte, uma exceção. Desfavorecido pela morte prematura dos pais, que deixaram sete filhos, perdera suas propriedades por dívidas e tentara sem êxito o comércio.

Em 1775, entrou na carreira militar, no posto de alferes, o grau inicial do quadro de oficiais. Nas horas vagas, exercia o ofício de dentista, de onde veio o apelido algo depreciativo de Tiradentes. Vários dos inconfidentes, Silvério dos Reis estivera próximo destes, mas optara por livrar-se de seus problemas denunciando o movimento. Seguiram-se as prisões Minas e a de Tiradentes no Rio de Janeiro.

O longo processo realizado na capital da Colônia só terminou a 18 de abril de 1792. A partir daí, começou uma grande encenação da Coroa, buscando mostrar sua força e desencorajar futuras rebeldias. Só a leitura da sentença durou dezoito horas! Tiradentes e vários outros réus foram condenados à forca. Algumas horas depois, uma carta de clemência da Rainha Dona Maria transformava todas as penas em banimento, ou seja, expulsão do Brasil, com exceção do caso de Tiradentes.

Na manhã de 21 de abril de 1792, Tiradentes foi enforcado num cenário típico das execuções no Antigo Regime. Entre os ingredientes desse cenário se incluíam a presença da tropa, discursos e aclamações à rainha. Seguiram-se a retalhação do corpo e a exibição de sua cabeça, na praça principal de Ouro Preto.

### Que pretendiam os inconfidentes?

A resposta não é simples, pois a maioria das fontes à nossa disposição é constituída do que disseram os réus e as testemunhas no processo aberto pela Coroa, no qual se decidia, literalmente, uma questão de vida ou morte. Aparentemente, a intenção da maioria era a de proclamar uma República, tomando como modelo a Constituição dos Estados Unidos. O poeta e ex-ouvidor Tomás Antônio Gonzaga governaria durante os primeiros três anos e depois disso haveria eleições anuais. O Distrito Diamantino seria liberado das restrições que pesavam sobre ele; os devedores da Coroa, perdoados; a instalação de manufaturas, incentivada. Não haveria exército permanente. Em vez disso, os cidadãos deveriam usar armas e servir, quando necessário, na milícia nacional.

O ponto mais interessante das muitas medidas propostas é o da libertação dos escravos, que só excepcionalmente aparece em vários movimentos de rebeldia não só do Brasil Colônia como do Brasil independente. De um lado, no plano ideológico, é incompreensível que um movimento pela liberdade mantivesse a escravidão; de outro, no plano dos interesses, como é que membros da elite colonial, dependentes do trabalho escravo, iriam libertá-los? Essa contradição surge no processo dos inconfidentes, mas é bom ressaltar que nem sempre depoimentos derivados de interesses pessoais predominaram nas declarações. Alvarenga Peixoto, um dos maiores senhores de escravos entre os conjurados, defendeu a liberdade dos cativos, na esperança de que eles assim se tornassem os maiores defensores da República. Outros, como Alvares Maciel, achavam, pelo contrário, que sem escravos não haveria quem trabalhasse nas terras e nas minas. Segundo parece, chegou-se a uma solução de compromisso, pela qual seriam libertados somente os escravos nascidos no Brasil.

A Inconfidência Mineira é um exemplo de como acontecimentos históricos de alcance aparentemente limitado podem ter impacto na história de um país. Como fato material, o movimento de rebeldia não chegou a se concretizar, e suas possibilidades de êxito, apesar do envolvimento de militares e contatos no Rio de Janeiro, eram remotas. Sob esse aspecto, a Revolução de 1817, que a partir de Pernambuco se espalhou por uma grande área do Nordeste, teve maior importância.

Mas a relevância da Inconfidência deriva de sua força simbólica: Tiradentes transformou-se em herói nacional, e as cenas de sua morte, o esquartejamento de seu corpo, a exibição de sua cabeça passaram a ser evocadas com muita emoção e horror nos bancos escolares. Isso não aconteceu da noite para o dia e sim através de um longo processo de formação de um mito que tem sua própria história. Em um primeiro momento, enquanto o Brasil não se tornou independente, prevaleceu à versão dos colonizadores. A própria expressão "Inconfidência Mineira", utilizada na época e que a tradição curiosamente manteve até hoje, mostra isso. "Inconfidência" é uma palavra com sentido negativo que significa falta de

fidelidade, não-observância de um dever, especialmente com relação ao soberano ou ao Estado. Durante o Império, o episódio incomodava, pois os conspiradores tinham pouca simpatia pela forma monárquica de governo.

Além disso, os dois imperadores do Brasil eram descendentes em linha direta da Rainha Dona Maria, responsável pela condenação dos revolucionários, não aconteceu da noite para o dia e sim através de um longo processo de formação de um mito que tem sua própria história. Em um primeiro momento, enquanto o Brasil não se tornou independente, prevaleceu a versão dos colonizadores.

A proclamação da República favoreceu a projeção do movimento e a transformação da figura de Tiradentes em mártir republicano. Existia uma base real para isso. Há indícios de que o grande espetáculo, montado pela Coroa portuguesa para intimidar a população da Colônia, causou efeito oposto, mantendo viva a memória do acontecimento e a simpatia pelos inconfidentes.

A atitude de Tiradentes, assumindo toda a responsabilidade pela conspiração, a partir de certo momento do processo, e o sacrifício final facilitaram a mitificação de sua figura, logo após a proclamação da República. O 21 de abril passou a ser feriado, e Tiradentes foi cada vez mais retratado com traços semelhantes às imagens mais divulgadas de Cristo.

Assim se tornou um dos poucos heróis nacionais, cultuado como mártir não só pela direita e pela esquerda como pelo povo da rua.

### **A Conjuração dos Alfaiates**

A Conjuração dos Alfaiates foi um movimento organizado na Bahia em 1798, por gente marcada pela cor e pela condição social: mulatos e negros livres ou libertos, ligados às profissões urbanas como artesãos ou soldados, e alguns escravos. Entre eles destacavam-se vários alfaiates, derivando daí o nome da conspiração. Mesmo entre os brancos, predominava a origem popular, com a importante exceção do médico Cipriano Barata, que iria participar de vários movimentos revolucionários do Nordeste, por mais de quarenta anos.

A conspiração se liga ao quadro geral das rebeliões surgidas em fins do século XVIII e tem a ver também com as condições de vida da população de Salvador. A escassez de gêneros alimentícios e a carestia deram origem a vários motins na cidade, entre 1797 e 1798.

No sábado de aleluia de 1797, por exemplo, os escravos que transportavam grandes quantidades de carne destinada ao general-comandante de Salvador foram atacados pela multidão faminta e seu fardo dividido entre os atacantes e as negras que vendiam quitutes na rua.

Os conspiradores defendiam a proclamação da República, o fim da escravidão, o livre comércio especialmente com a França, o aumento do salário dos militares, a punição de padres contrários à liberdade. O movimen-

to não chegou a se concretizar, a não ser pelo lançamento de alguns panfletos e várias articulações.

Após uma tentativa de se obter apoio do governador da Bahia, começaram as prisões e delações. Quatro dos principais acusados foram enforcados e esquartejados. Outros receberam penas de prisão ou banimento.

A severidade das penas foi desproporcional à ação e às possibilidades de êxito dos conjurados. Nelas transparece a intenção de exemplo, um exemplo mais duro do que o proporcionado pelas condenações aos inconfidentes mineiros. A dureza se explica pela origem social dos acusados e por um conjunto de outras circunstâncias ligadas ao temor das rebeliões de negros e mulatos. A insurreição de escravos iniciada em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas, em 1791, estava em pleno curso e só iria terminar em 1801, com a criação do Haiti como Estado independente.

Por sua vez, a Bahia era uma região onde os motins de negros iam se tornando frequentes. Essa situação preocupava tanto a Coroa como a elite colonial, pois a população de cor (negros e mulatos) correspondia, em números aproximados, a 80% da população da capitania.

A dureza se explica pela origem social dos acusados e por um conjunto de outras circunstâncias ligadas ao temor das rebeliões de negros e mulatos. A insurreição de escravos iniciada em São Domingos, colônia francesa nas Antilhas, em 1791, estava em pleno curso e só iria terminar em 1801, com a criação do Haiti como Estado independente.

A inspiração dos rebeldes baianos veio principalmente da Revolução Francesa. No curso do processo, foram apreendidas obras filosóficas de autores como Voltaire e Condillac, que vários inconfidentes mineiros também conheciam. Ao lado dessas obras, aparecem pequenos textos políticos, de linguagem direta, definidores de posições. Esses textos atravessaram o Atlântico, chegaram às estantes de livros de gente letrada da Colônia e acabaram por inspirar os "pasquins sediciosos" e os panfletos lançados nas ruas de Salvador, em agosto de 1798.

No plano dos fatos materiais, a Conjuração dos Alfaiates pouco representou. Assim como a Inconfidência Mineira, ela nos interessa pelo seu aspecto simbólico. Sem alcançar as glórias da Inconfidência, o movimento foi posto em destaque na historiografia brasileira a partir de um livro de Affonso Ruy intitulado de A Primeira Revolução Social Brasileira, publicado em 1942. O título é exagerado, mas não há dúvida de que a Conjuração dos Alfaiates foi à primeira expressão de uma corrente de raiz popular que combinava as aspirações de independência com reivindicações sociais.

A Independência não viria, porém pela via de um corte revolucionário com a Metrópole, mas por um processo de que resultaram mudanças importantes e também continuidades com relação ao período colonial. A história desse processo passa por episódios novelescos, como a transferência da família real para o Brasil, e

atos solenes, como a abertura dos portos, pondo fim ao sistema colonial.

## 8. REGÊNCIA E REINADO DE D. JOÃO VI

Napoleão Bonaparte foi coroado imperador da França em 1804, tendo conquistado grande parte da Europa continental, não conseguindo, contudo, submeter à Inglaterra.

Em 1806, o imperador francês Napoleão Bonaparte decretou o Bloqueio Continental, que proibia, a todos os países do continente europeu, fazer comércio com a Inglaterra.

Incapaz de derrotar a inimiga Inglaterra no mar, devido à inferioridade naval francesa, o imperador pretendia debilitá-la economicamente, forçando o governo de Londres a um entendimento com a França.

O Bloqueio Continental deixou Portugal em uma situação delicada. Desde o Tratado de Methuen (1703) o país caíra sob a influência da Inglaterra. Em 1792, a rainha D. Maria I, atingida por irremediável doença mental, fora afastada da chefia do Estado. Em seu lugar, assumiu o governo, na qualidade de regente, o príncipe-herdeiro D. João (futuro D. João VI).

Se por um lado Portugal não podia enfrentar Napoleão, por outro também não podia simplesmente romper com a Inglaterra, de cuja relação dependia a própria sobrevivência econômica de Portugal.

Em agosto de 1807, o governo francês enviou um ultimato a Portugal: ou aderiria ao Bloqueio Continental, ou teria seu território invadido. Em 27 de outubro de 1807, França e Espanha assinaram o Tratado de Fontainebleau, que destronava a Dinastia de Bragança, reinante em Portugal desde a Restauração de 1640.

Em 19 de novembro, o general francês Junot penetrou com suas tropas em Portugal, avançando rapidamente para o sul, em direção a Lisboa. Três dias antes, uma frota britânica ancorava no Rio Tejo, colocando-se à disposição do príncipe D. João para trasladá-lo ao Brasil. O que se seguiu foi um grotesco quadro de atropelo, confusão e desespero, agravado pelas notícias da célere aproximação dos franceses.

Foram embarcados os arquivos dos ministérios, móveis e pratarias, bem como uma enorme soma de dinheiro, equivalente à metade das moedas que circulavam em Portugal.

### O Governo Joanino no Brasil

A transferência do Estado Português para o Brasil foi fundamental para que nosso país pudesse encaminhar seu processo de emancipação política. O primeiro passo nesse sentido foi dado poucos dias após o desembarque de D. João na Bahia através da abertura dos portos brasileiros “a todas as nações amigas”. É verdade que pouco depois, pelos Tratados de 1810, o governo português concedeu ao comércio e aos cidadãos britânicos condições privilegiadas para atuar no Brasil.

Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, D. João, assessorado por ministros capazes, tomou numerosas iniciativas importantes, que deram ao Brasil certo arcabouço administrativo e cultural.

No plano econômico, foi revogado o alvará de 1785 que proibia a instalação de indústrias no Brasil; ainda no econômico, criaram-se a Casa da Moeda e o Banco do Brasil; no militar, fundaram-se as Academias Militar e Naval e foi implantada uma fábrica de munições; no cultural, surgiram a Imprensa Régia, a Biblioteca Real, o Real Teatro de S. João, o Jardim Botânico e as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, além de se contratar a vinda, após a queda de Napoleão, de uma importante Missão Artística Francesa.

O coroamento de todas essas realizações deu-se em 1815, quando foi instituído o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (este último território corresponde ao extremo sul de Portugal). Com isso, o Brasil deixava de ser uma colônia, equiparava-se a Portugal e – mais que isso – tornava-se a sede legalizada do Reino Lusitano.

De um modo geral, a aristocracia rural brasileira aceitou de bom grado a administração joanina. Tal avaliação, porém, não se aplica a Pernambuco, onde o antilusitanismo sempre foi muito forte e havia uma intensa atuação da Maçonaria (uma organização secreta, ideologicamente liberal, e, portanto, oposta ao absolutismo de D. João).

Acrescentem a esse quadro o aumento de impostos (para sustentar a Corte Portuguesa no Brasil) e a crise nas exportações do açúcar (devido ao consumo do açúcar de beterraba na Europa), e teremos os elementos detonadores da Revolução Pernambucana de 1817.

No plano sul-americano, o governo joanino empreendeu duas ações militares. A primeira, como uma retaliação à invasão napoleônica de Portugal, foi a ocupação da Guiana Francesa. Já a segunda ação militar constou da invasão da chamada Banda Oriental (atual Uruguai), denominada de província Cisplatina.

### Retorno de D. João a Portugal

Após a expulsão dos invasores franceses, Portugal passou a ser administrado por um general inglês, Beresford. D. João foi constrangido a nomeá-lo lugar-tenente (isto é, substituto imediato) do rei para o território português. Na prática, porém, Beresford atuava como administrador absoluto, subordinado apenas formalmente à autoridade real. Uma humilhação a mais para os portugueses.

Em 24 de agosto de 1820, aproveitando a ausência de Beresford, que viajara para o Rio de Janeiro, irrompeu na cidade do Porto uma revolução liberal, conduzida pela burguesia, mas com forte participação popular. O movimento ganhou rapidamente o país e uma Junta Provisória de governo convocou eleições para uma Assembleia Constituinte que poria fim ao absolutismo.

As Cortes de Lisboa tinham uma posição ambígua: eram indiscutivelmente liberais em relação a Portugal;

mas na atitude para com o Brasil eram reacionárias, pois tinham o projeto de recolonizá-lo, mediante a supressão do Reino Unido declarado em 1815. Para executar esse projeto, porém, era necessário primeiro que o governo português se reinstalasse em Portugal.

Como D. João VI não era mais absoluto e as Cortes representavam a máxima autoridade política do Reino Unido, não foi difícil pressioná-lo para voltar. Assim, em 24 de abril de 1821, o monarca embarcou com sua família para Lisboa. Deixou no Rio de Janeiro, porém, com o título de príncipe-regente, seu filho e herdeiro D. Pedro, com 24 anos. E, ao se despedir, deu-lhe o célebre conselho: “Pedro, se o Brasil se separar de Portugal, toma a coroa para ti, antes que algum aventureiro lance mão dela.”

## TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO

### 1. As Instituições da Administração Colonial

Vejam em síntese quais foram as principais instituições e órgãos da administração portuguesa no Brasil, a partir do governo geral. Antes, lembremos que não havia especialização clara dos diferentes órgãos como hoje ocorre. Atividades executivas e judiciárias, por exemplo, não estavam delimitadas. Existiam autoridades que tanto realizavam tarefas de administrar como de julgar questões surgidas entre as pessoas.

Entre as figuras de cúpula, destacavam-se os governadores de capitania, especialmente os das mais importantes. Acima deles, ficava o governador-geral. A partir de 1763, quando a sede do governo foi transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, tornou-se comum a outorga ao governador-geral, pelo rei, do título de Vice-Rei e Capitão-General do Mar e Terra do Estado do Brasil. Os vice-reis tinham extensas atribuições, dispendo do conjunto das forças armadas.

Representavam e encarnavam, à distância, a pessoa do monarca português, o que não era pouco, em uma época de contatos e comunicações difíceis.

Os demais órgãos administrativos podem ser agrupados em três setores: o Militar, o da Justiça e o da Fazenda. As forças armadas de uma capitania compunham-se da tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenança. A primeira constituía um contingente regular e profissional permanentemente em armas. Era quase sempre composta de regimentos portugueses. Para completar os efetivos, as autoridades coloniais deveriam engajar gente branca da Colônia. Mas como poucas pessoas queriam voluntariamente ingressar na tropa em seus níveis mais baixos, as autoridades lançavam mão do recrutamento, que se tornou o espantoso da população. Na Bahia, por exemplo, em fins do século XVIII, logo que começava a ação violenta dos agentes recrutadores, constatava-se a carestia dos gêneros alimentícios porque os lavradores abandonavam as roças.

As milícias eram tropas auxiliares, recrutadas, entre os habitantes da Colônia, para serviço obrigatório e não remunerado. Quase não se apresentavam voluntários, e o método do recrutamento forçado, principalmente dos pobres, aí imperava.

Por último, existiam as ordenanças, formadas por todo o resto da população masculina entre dezoito e sessenta anos, exceto os padres. Ao contrário das milícias, as ordenanças constituíam uma força local e para elas não havia recrutamento. Sua atividade militar limitava-se a exercícios periódicos e a agir quando surgissem na localidade tumultos ou outros acontecimentos extraordinários.

Os órgãos de Justiça, às vezes com funções administrativas, eram representados pelos vários juizes, entre os quais se destacava o ouvidor da comarca, nomeado pelo soberano por três anos. Para julgar recursos das decisões, existiam os Tribunais da Relação, presididos pelo governador ou pelo vice-rei, a princípio só na Bahia e depois na Bahia e no Rio de Janeiro. Por sua vez, o principal órgão encarregado de arrecadar tributos e determinar a realização de despesas era a Junta da Fazenda, presidida também pelo governador de cada capitania.

Devemos por último fazer referência especial a um órgão de poder constituído de membros da sociedade: as Câmaras Municipais, com sede nas vilas e nas cidades. Elas eram compostas de membros natos, ou seja, não eleitos, e de representantes eleitos. Votavam nas eleições, que eram geralmente indiretas, os "homens bons", ou seja, proprietários residentes na cidade, excluídos os artesãos e os considerados impuros pela cor e pela religião, isto é, negros, mulatos e cristãos-novos. O campo de atividade das Câmaras Municipais variou muito.

Nos primeiros tempos da Colônia, Câmaras como as de São Luís, Rio de Janeiro e São Paulo tornaram-se de fato a principal autoridade das respectivas capitanias, sobrepondo-se aos governadores e chegando mesmo, em certos casos, a destituí-los. Posteriormente, seu poder diminuiu, refletindo a concentração da autoridade nas mãos dos representantes da Coroa.

As Câmaras possuíam finanças e patrimônio próprios. Arrecadavam tributos, nomeavam juizes, decidiam certas questões, julgavam crimes como pequenos furtos e injúrias verbais, cuidavam das vias públicas, das pontes e chafarizes incluídos no seu patrimônio. Elas foram controladas, sobretudo até meados do século XVII, pela classe dominante dos proprietários rurais e expressavam seus interesses. As Câmaras de Belém e São Paulo, por exemplo, procuraram garantir o direito de organizar expedições para escravizar os índios, e as do Rio de Janeiro e Bahia muitas vezes estabeleceram moratória para as dívidas dos senhores de engenho e combateram os monopólios comerciais. Graças ao seu enraizamento na sociedade, as Câmaras Municipais foram o único órgão que sobreviveu por inteiro e até se reforçou, após a Independência.

## 2. Livres e Escravos

O critério discriminatório se referia essencialmente a pessoas. Mais profundo do que ele era o corte que separava pessoas e não pessoas, ou seja, gente livre e escravos, considerados juridicamente coisa. A condição de livre ou de escravo estava muito ligada à etnia e à cor, pois escravos eram, em primeiro lugar, negros, depois, índios e mestiços. Toda uma nomenclatura se aplicava aos mestiços, distinguindo-se os mulatos, os mamelucos, curibocas ou caboclos, nascidos da união entre branco e índio; os cafuzos, resultantes da união entre negro e índio.

Convém distinguir, porém entre escravidão indígena e negra. Do início da colonização até a extinção formal da escravidão indígena, houve índios cativos e os chamados forros ou administrados. Estes eram índios que, após a captura, tinham sido colocados sob a tutela dos colonizadores. Sua situação não era muito diversa dos cativos. Entretanto, se em geral a situação do índio era muito penosa, não equivalia à do negro. A proteção das ordens religiosas nos aldeamentos indígenas impôs limites à exploração pura e simples. A própria Coroa procurou estabelecer uma política menos discriminatória. Um alvará de 1755, por exemplo, chegou mesmo a estimular os casamentos mistos de índios e brancos, considerando tais uniões sem "infâmia alguma". O mesmo alvará previa uma preferência em "empregos e honras" para os descendentes dessas uniões e proibia que eles fossem chamados de "caboclos" ou outros nomes semelhantes que pudessem ser "injuriosos". Tratamento muito diferente recebia as uniões de índio com negro. Por exemplo, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque "se mostrara de tão baixos sentimentos que" casou com uma "preta", manchando seu sangue com esta aliança e tornando-se assim indigno de exercer o referido "posto".

A significativa presença de africanos e afro-brasileiros na sociedade brasileira pode ser constatada pelos indicadores de população no fim do período colonial. Negros e mulatos representavam cerca de 75% da população de Minas Gerais, 68% de Pernambuco, 79% da Bahia e 64% do Rio de Janeiro. Apenas São Paulo tinha uma população majoritariamente branca (56%). Cativos trabalhavam nos campos, nos engenhos, nas minas, na casa-grande.

Realizavam nas cidades tarefas penosas, no transporte de cargas, de pessoas, de dejetos malcheirosos ou na indústria da construção. Foram também artesãos, quitandeiros, vendedores de rua, meninos de recado etc.

As relações escravistas não se resumiram a um vínculo direto entre senhor e escravo, sem envolver outras pessoas. Houve cativos alugados para a prestação de serviços a terceiros e, nos centros urbanos, existiram os "escravos de ganho" - uma figura comum no Rio de Janeiro dos primeiros decênios do século XIX. Os senhores permitiam que os escravos fizessem seu "ganho",

prestando serviços ou vendendo mercadorias e cobravam deles, em troca, uma quantia fixa paga por dia ou por semana. Escravos de ganho foram utilizados em pequena e em larga escala, de um único cativo até trinta ou quarenta. Se a maioria deles exercia sua atividade nas ruas, caindo inclusive na prostituição e na mendicância, com o assentimento de seus senhores, existiram também escravos de ganho que eram barbeiros instalados em lojas, ou operários.

Mas entre os escravos existiram distinções. Algumas se referiam ao trabalho exercido, pois havia diferenças entre servir na casa-grande ou trabalhar no campo, ser escravo na grande propriedade ou "escravo de ganho" nas cidades. Outras distinções referiam-se à nacionalidade, ao tempo de permanência no país ou à cor da pele. "Boçal" era o cativo recém-chegado da África, ignorante da língua e dos costumes; "ladino", o que já estava relativamente "adaptado", falando e entendendo português; "crioulo" era o nascido no Brasil.

Uma coisa era o preto retinto, em um extremo, e o mulato claro, em outro. Em geral, mulatos e crioulos eram preferidos para as tarefas domésticas, artesanais e de supervisão, cabendo aos escuros, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados, sobretudo aos africanos, os trabalhos mais pesados.

Além das distinções no âmbito da massa escrava, devemos considerar que houve no Brasil colonial um grande número de africanos ou afro-brasileiros livres ou libertos. Dados referentes ao fim do período indicam que cerca de 42% da população negra ou mulata eram constituídas por essa categoria. Sua condição era ambígua. Considerados formalmente livres, voltavam na prática a ser escravizados de forma arbitrária. Não podiam pertencer ao Senado da Câmara ou a prestigiosas irmandades leigas, como a Ordem Terceira de São Francisco. Mesmo a liberdade de um ex-escravo podia ser revogada, por atitudes de desrespeito para com seu antigo senhor.

A escravidão foi uma instituição nacional. Penetrou toda a sociedade, condicionando seu modo de agir e de pensar. O desejo de ser dono de escravos, o esforço por obtê-los ia da classe dominante ao modesto artesão branco das cidades. Houve senhores de engenho e proprietários de minas com centenas de escravos, pequenos lavradores com dois ou três, lares domésticos, nas cidades, com apenas um escravo. O preconceito contra o negro ultrapassou o fim da escravidão e chegou modificado a nossos dias. Até pelo menos a introdução em massa de trabalhadores europeus no centro-sul do Brasil, o trabalho manual foi socialmente desprezado como "coisa de negro".

## 3. Estado e Sociedade

### Como definir as relações entre Estado e sociedade?

Começamos identificando duas interpretações radicalmente opostas. A primeira, que tem em Raimundo

Faoro um de seus representantes mais significativos, localiza no Estado o polo dominador; a origem da dominação estaria na formação do Estado português que, desde o século XIV, caracterizava-se pela centralização precoce e pela vigência de um corpo de leis, como um Estado patrimonialista. Na Colônia, os poderes estatais, representados por uma poderosa burocracia, teriam iniciado sua obra centralizadora, reforçando os mecanismos de dominação e de repressão. Seus braços atingiram até mesmo o sertão distante, por meio de caudilhos e bandeirantes que, em última análise, agiam em nome do Estado.

A orientação oposta, mais antiga, se encontra em autores como Oliveira Viana e Nestor Duarte, que escreveram seus trabalhos nas décadas de 1920 e 1940. Para eles, um setor da sociedade imperava na Colônia diante de um Estado frouxo e sem expressão. Os dominadores teriam sido os grandes proprietários de terras, o senhorato rural, não só através da descentralização do poder como da modificação de sua natureza, a qual deixou de ser o da função política para servir a interesses privados. Seriam eles quem governava, legislava, fazia justiça, guerreava contra as tribos do interior, em defesa das populações próximas às suas fazendas. Em suma, agia como verdadeiros senhores feudais.

Penso que não é possível colocar-se na linha de uma ou outra dessas interpretações, por duas razões principais:

1. elas se apresentam como um modelo imposto a espaços e momentos históricos diversos;
2. ao separar radicalmente Estado de um lado e sociedade de outro, tendem a excluir a possibilidade de entrelaçamento dos dois níveis.

Começando pela primeira dessas razões, podemos dizer que a ausência do Estado e o preenchimento de suas funções por grupos privados ocorreram em certas áreas, como no sertão nordestino voltado para a pecuária, mas não serve para definir o quadro mais geral da Colônia.

Por outro lado, o Estado português não se ajusta à ideia de uma máquina burocrática esmagadora, transposta com êxito para a Colônia. A tentativa de transpor a organização administrativa lusa para o Brasil chocou-se com inúmeros obstáculos, dada a extensão da Colônia, a distância da Metrópole e a novidade dos problemas a serem enfrentados.

O Estado foi estendendo seu alcance ao longo do tempo, diríamos melhor ao longo dos séculos, sendo mais presente nas regiões que eram o núcleo fundamental da economia de exportação. Até meados do século XVII, a ação das autoridades somente se exerceu com eficácia na sede do governo geral e das capitânias à sua volta. Nas outras regiões, predominaram as ordens religiosas, especialmente a dos jesuítas, considerada um Estado dentro do Estado, ou os grandes proprietários rurais e apesadores de índios. O Estado foi estendendo

seu alcance ao longo do tempo, diríamos melhor ao longo dos séculos, sendo mais presente nas regiões que eram o núcleo fundamental da economia de exportação.

O bandeirismo paulista não foi uma iniciativa do Estado. Compatibilizou-se em regra com os interesses do governo português, definindo-se, porém, ao mesmo tempo, como uma iniciativa da sociedade local, independentemente da vontade do poder metropolitano.

Com a descoberta das minas de ouro e diamantes no início do século XVIII, o Estado aumentou seus controles, com o objetivo de organizar uma sociedade em rápido crescimento e assegurar a percepção dos tributos sobre as novas riquezas. Mas mesmo aí só o Distrito Diamantino, instalado em Minas Gerais na Comarca do Serro Frio, correspondeu à imagem de um Estado sobrepuesto à sociedade, amputando todos os membros que resistissem a seu domínio.

Isso não quer dizer que seja inviável estabelecer um padrão geral das relações entre Estado e sociedade no Brasil colonial, respeitadas as diferenças de tempo e espaço.

Em primeiro lugar, sobretudo quando nos referimos aos níveis mais altos da atividade do Estado, será quase sempre possível distinguir entre a ação do Estado e os interesses dominantes da sociedade. A Coroa e seus prepostos no Brasil assumiram um papel de organizador geral da vida da Colônia que não correspondia necessariamente a esses interesses. Por exemplo, medidas tendentes a limitar a escravização dos índios, ou garantir o suprimento de gêneros alimentícios por meio do plantio obrigatório nas fazendas, foram recebidas até com revolta pelos apesadores de índios e proprietários rurais.

Mas Estado e sociedade não são dois mundos estranhos. Pelo contrário, há um duplo movimento do Estado em direção à sociedade e desta em direção ao Estado. Esse movimento se caracteriza pela indefinição dos espaços público e privado.

### **Que significa isso?**

Significa que, se por um lado o Estado é penetrado por interesses particulares, por outro sua ação não tem limites claros, decorrentes de garantias individuais dos cidadãos. Os traços do Estado patrimonial luso, onde tudo, em última análise, é patrimônio do rei, ajustam-se aos traços da sociedade colonial, na qual predomina a solidariedade familiar.

A família ou as famílias em aliança - e aqui estamos falando de famílias da classe dominante - surgem como redes formadas não apenas por parentes de sangue, mas por padrinhos e afilhados, protegidos e amigos. Para a Coroa, o Estado é um patrimônio régio e os governantes devem ser escolhidos entre os homens leais ao rei. Por sua vez, os setores dominantes da sociedade tratam de abrir caminho na máquina estatal ou receber as graças dos governantes em benefício da rede familiar.

Por caminhos diversos, resulta disso um governo que se exerce não de acordo com padrões de impessoal-

lidade e respeito à lei, mas segundo critérios de lealdade. A expressão "para os amigos tudo, para os inimigos a lei" resume a concepção e a prática que descrevemos.

O fato de que ela tenha sido atribuída a um presidente da República mostra que estamos diante de um padrão de comportamento com longa vida na história do Brasil. e acordo com padrões de impessoalidade e respeito à lei, mas segundo critérios de lealdade. A expressão "para os amigos tudo, para os inimigos a lei" resume a concepção e a prática que descrevemos. O fato de que ela tenha sido atribuída a um presidente da República mostra que estamos diante de um padrão de comportamento com longa vida na história do Brasil.

#### 4. A corte no Rio de Janeiro

A transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil mudou o quadro das relações internacionais no contexto da América do Sul. A política externa de Portugal passou a ser decidida na Colônia, instalando-se no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros. Além de realizar uma expedição à Guiana Francesa, incentivada pela Inglaterra, a Coroa concentrou sua ação na área do Prata, especificamente na Banda Oriental -atual Uruguai -, região onde espanhóis e portugueses se chocavam desde as últimas décadas do século XVII.

Com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil, Dom João VI realizou duas intervenções militares, em 1811 e a partir de 1816. A derrota de Artigas - principal figura na luta pela independência uruguaia - garantiu aos portugueses a posse da região e a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Entretanto, os conflitos no Prata estavam longe de terminar.

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se aí uma vida cultural. O acesso aos livros e a uma relativa circulação de ideias foram marcas distintivas do período. Em setembro de 1808, veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas, para interesses portugueses no Brasil.

Um dos principais focos de descontentamento estava nas forças militares. Dom João chamou tropas de Portugal para guarnecer as principais cidades e organizou o Exército, reservando os melhores postos para a nobreza lusa. O peso dos impostos aumentou, pois agora a Colônia tinha de suportar sozinha as despesas da Corte e os gastos das campanhas militares que o rei promoveu no Rio da Prata.

Acrescente-se a isso o problema da desigualdade regional. O sentimento imperante no Nordeste era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da Colônia passara de uma cidade estranha para outra igualmente estranha, ou seja, de Lisboa para

o Rio de Janeiro. A revolução que estourou em Pernambuco em março de 1817 fundiu esse sentimento com vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses.

Ela abrangeu amplas camadas da população: militares, proprietários rurais, juizes, artesãos, comerciantes e um grande número de sacerdotes, a ponto de ficar conhecida como a "revolução dos padres". Chama a atenção à presença de grandes comerciantes brasileiros ligados ao comércio externo, os quais começavam a concorrer com os portugueses, em uma área até então controlada, em grande medida, por estes.

Outro dado importante da Revolução de 1817 se encontra no fato de que ela passou do Recife para o sertão, estendendo-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. O desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo, foi o denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina. Não devemos imaginar, porém, que os diferentes grupos tivessem os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à ideia de igualdade, uma igualdade mais para cima do que para baixo. Uma curiosa carta, escrita no Recife pouco após o fim da revolução, descreve como "os cabras, mulatos e crioulos andavam tão atrevidos que diziam que éramos todos iguais e não haviam de casar senão com brancas das melhores".

Os boticários, cirurgiões e sangradores davam-se ares de importância e até os barbeiros recusavam-se a fazer a barba das pessoas, alegando que estavam "ocupados no serviço da pátria". Para os grandes proprietários rurais, tratava-se de acabar com a centralização imposta pela Coroa e tomar em suas mãos o destino, se não da Colônia, pelo menos do Nordeste.

Aquele era, aliás, um momento economicamente difícil, combinando a queda do preço internacional do açúcar e do algodão com a alta do preço dos escravos. Mais uma vez, não devemos supor que, em quaisquer circunstâncias, as posições radicais fossem assumidas pelos mais pobres e as conservadoras, pelos ricos. Por exemplo, um dos membros radicais do levante, defensor da abolição da escravatura, era o comerciante Domingos José Martins, casado com moça nascida em uma família ilustre da terra.

Os revolucionários tomaram o Recife e implantaram um governo provisório baseado em uma "lei orgânica" que proclamou a República e estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou no problema da escravidão. Foram enviados emissários às outras capitanias em busca de apoio e aos Estados Unidos, Inglaterra e Argentina, em busca também de apoio e de reconhecimento. A revolta avançou pelo sertão, porém, logo em seguida, veio o ataque das forças portuguesas, a partir do bloqueio do Recife e do desembarque em Alagoas. As lutas se desenrolaram no interior, revelando o despreparo e as desavenças entre os revolucionários. Afinal, as tropas portuguesas ocuparam Recife, em maio de 1817. Seguiram-se as prisões e execuções

dos líderes da rebelião. O movimento durara mais de dois meses e deixou uma profunda marca no Nordeste.

## 9. A REGÊNCIA DE D. PEDRO E O I REINADO

### O PRIMEIRO REINADO

O primeiro reinado compreende o período entre 7 de setembro de 1822, data em que D. Pedro I proclamou a independência do Brasil, e 7 de abril de 1831, quando abdicou do trono brasileiro.

O primeiro reinado caracterizou-se por ser um período de transição. Foi marcado por uma aguda crise econômica, financeira, social e política. A efetiva consolidação da independência do Brasil só ocorreria a partir de 1831, com a abdicação de D. Pedro I.

Após Napoleão I declarar guerra aos países aliados da Inglaterra, ele invadiu Portugal, que se recusou a atender as imposições francesas dito o desrespeito ao bloqueio continental, que decretava a não relação comercial entre os países da Europa com a Inglaterra. Por este motivo, a coroa britânica financiou a fuga da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, no ano de 1808. Após alguns anos de vivência na capital colonial, D. João VI elevou o status político do país. Assim, foi fundado, a 16 de dezembro de 1815 o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sendo o Rio de Janeiro nomeado capital do Reino Unido.

Sob este novo status político, o Brasil gozou de algumas condições não vistas antes, como a instalação de algumas pequenas indústrias no Rio de Janeiro e o comércio com outros países, fora Portugal - principalmente a Inglaterra. A Inglaterra, aliás, teve grandes benefícios com a mudança política, pois não precisaria esperar as mercadorias brasileiras (matérias-primas, ouro, minérios) passarem primeiro por Portugal. E, depois, por ter ajudado a coroa portuguesa, os ingleses tinham tarifas preferenciais de importação de produtos brasileiros com a assinatura do Tratado do Comércio e Navegação, Aliança e Amizade (1810), pagavam 15% de impostos, os portugueses pagavam 16%, e o resto dos países europeus 24% de imposto.

Porém problemas surgiram em 1820, quando a população portuguesa exigiu o retorno de D. João VI a Lisboa, pois Napoleão já havia sido deposto na França. A Revolução do Porto estourou em 24 de agosto do mesmo ano, inicialmente na cidade de Porto e, em seguida, para o resto das metrópoles portuguesas. Apesar de conseguir adiar por alguns meses a insatisfação dos portugueses, D. João VI se viu obrigado a voltar a Lisboa no ano de 1822.

Submetendo o rei a nova Constituição, as Cortes tinham por objetivo recolonizar o Brasil. A elite brasileira foi contra a perda da situação a que o Brasil ascendeu, e a 7 de setembro de 1822 D. Pedro I proclamou a Independência do Brasil.

D. Pedro, agora Imperador Pedro I do Brasil, buscou retirar possíveis focos de resistência portuguesa dentro do território brasileiro. Encontrou ferrenha oposição nas províncias de Maranhão, Bahia, Pará e Piauí sem contar tropas portuguesas que ainda estavam instaladas no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras. Assim, D. Pedro I contratou alguns militares europeus, a maioria inglesa e francesa. Comandados pelo marechal britânico Thomas Cochrane, os soldados brasileiros e mercenários contratados conseguiram retirar a resistência.

Aclamado primeiro imperador do país em 12 de outubro de 1822, D. Pedro I enfrentou a resistência de tropas portuguesas. Ao vencê-las, em meados de 1823, consolidou sua liderança.

Seu primeiro grande ato político foi à convocação da Assembleia Constituinte, eleita no início de 1823. Foi também seu primeiro fracasso: dada a uma forte divergência entre os deputados e o soberano, que exigia poder pessoal superior ao do Poder Legislativo e ao do Poder Judiciário, a Assembleia foi dissolvida em novembro.

### Reconhecimento

Apesar de a independência ter sido proclamada a 7 de setembro, os europeus ainda não viam o Brasil como estado soberano. Somente em 1825 a Inglaterra e Portugal reconheceram a independência, mediante o pagamento brasileiro de 1,4 milhão de libras esterlinas para a coroa portuguesa, e uma indenização de guerra no valor de 600 mil libras. Ainda, D. Pedro I renunciava a ideia de, futuramente, anexar colônias portuguesas na África. Aos britânicos foi prometida a abolição da escravidão, mas este episódio perdurou pelo resto do século XIX.

### A Assembleia Constituinte e a Constituição de 1824

No dia 3 de março de 1823, a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil iniciou sua legislatura com o intento de realizar a primeira Constituição Política do país. No mesmo dia, Dom Pedro I discursou para os deputados reunidos, deixando clara a razão de ter afirmado durante sua coroação no final do ano anterior que a Constituição deveria ser digna do Brasil e de si.

A Assembleia num primeiro momento se prontificou a aceitar o pedido do Imperador, mas alguns deputados se sentiram incomodados com o discurso de Dom Pedro, pois não tinham interesse em um monarca absoluto.

O esboço da Constituição de 1823 (Constituição da Mandioca) foi escrito por Antônio Carlos de Andrada, que sofreu forte influência das Cartas francesa e norueguesa. Em seguida foi remetido a Constituinte, onde os deputados iniciaram os trabalhos para a realização da

carta. Existiam diversas diferenças entre o projeto de 1823 e a posterior Constituição de 1824.

A Constituinte optou também pela inclusão do veto suspensivo por parte do Imperador (assim como a de 1824), que poderia inclusive vetar se assim o desejasse o próprio projeto de Constituição. Entretanto, mudanças nos rumos políticos levaram os deputados a proporem tornar o monarca uma figura meramente simbólica, completamente subordinado à Assembleia. Este fato, seguido pela aprovação de um projeto em 12 de junho de 1823 pelo qual as leis criadas pelo órgão dispensariam a sanção do Monarca levou dom Pedro I a entrar em choque com a Constituinte.

Por trás da disputa entre o Imperador e a Assembleia, havia outra, mais profunda e que foi a real causa da dissolução da Constituinte. Desde o início dos trabalhos legislativos, os liberais federalistas tinham como principal intuito derrubar o ministério presidido por José Bonifácio a qualquer custo e se vingar pelas perseguições que sofreram no ano anterior. Os ataques contra os portugueses em geral e até mesmo contra dom Pedro por parte dos jornais e deputados a favor dos Andradas levou o Imperador a se aproximar dos portugueses.

A crise tornou-se ainda mais séria quando um episódio que normalmente seria completamente ignorado acabou por ser utilizado para fins políticos. Um boticário nascido no Brasil, que também praticava o jornalismo, sofreu agressões físicas por parte de dois oficiais lusitanos que erroneamente acreditavam que ele tivesse sido o autor de artigo injurioso. O Imperador ordenou que o Exército se preparasse para um conflito. Os deputados demonstraram apreensão e exigiram respostas sobre a razão da reunião de tropas em São Cristóvão. Os deputados reunidos debateram sobre a proposta do governo e permaneceram em sessão durante a madrugada (Noite da Agonia).

O Imperador após dissolver a Assembleia, encarregou o Conselho de Estado criado em 13 de novembro de 1823 de redigir um novo projeto de Constituição que estaria finalizado em apenas quinze dias. O Conselho de Estado utilizou como base o projeto da Constituinte e assim que terminou, enviou uma cópia da nova Constituição para todas as câmaras municipais. A primeira Constituição brasileira foi então promulgada por dom Pedro I e solenemente jurada na Catedral do Império, no dia 25 de março de 1824.

A Carta promulgada em 1824 foi influenciada pelas Constituições francesa de 1791 e espanhola de 1812. A forma de governo era a monárquica, hereditária, constitucional e representativa, sendo o país dividido formalmente em províncias. Apesar da Constituição prever a possibilidade de liberdade religiosa somente em âmbito doméstico, na prática, ela era total. Tanto os protestantes, como judeus e seguidores de outras religiões mantiveram seus templos religiosos e a mais completa liberdade de culto. Continha uma inovação, que era o Poder Moderador, que serviria para “resolver impasses e assegurar o funcionamento do governo”.

Na Constituição de 1824 foram definidas as primeiras regras do sistema eleitoral brasileiro. Foi criada a Assembleia Geral, órgão máximo do poder Legislativo nacional, composta pelo Senado e pela Câmara dos Deputados, cujos integrantes eram escolhidos pelo voto dos cidadãos.

As eleições no império eram indiretas, isto é, o pleito se dava em dois graus. No primeiro grau, exercido pelos eleitores de paróquia, votavam os cidadãos de, no mínimo, 25 anos de idade e 100 mil réis de renda anual, e eram escolhidos os eleitores de segundo grau. Esses, também conhecidos como eleitores de província, elegiam os deputados. Os senadores eram eleitos pelo imperador.

O voto era obrigatório para os cidadãos, mas censitário, isto é, o eleitor de primeiro grau era definido de acordo com suas posses econômicas, deveria possuir renda anual mínima de 100 mil réis. Os trabalhadores assalariados em geral, os soldados, as mulheres, os índios e os menores de 25 anos eram excluídos da vida política nacional.

Outra importante característica do sistema eleitoral brasileiro durante o império foi a proximidade entre o estado e a religião, o chamado padroado. A Igreja Católica, declarada religião oficial do Brasil, tinha elevada influência sobre as relações políticas nacionais. Tal influência se refletia na exigência legal, por parte dos candidatos a cargos políticos, de seguir o catolicismo, assim como na realização das eleições dentro das igrejas. Além disso, uma boa porcentagem dos políticos eleitos no Brasil nessa época era de origem sacerdotal, uma vez que eram os padres que faziam o recrutamento dos eleitores e a organização do pleito era realizada por padres. Os clérigos receberiam renda do Império, equiparando-se a funcionários públicos. Todas as decisões tomadas pela Igreja deveriam passar pelo crivo do Imperador.

### **A Confederação do Equador e a Guerra da Cisplatina**

As forças políticas das províncias do Nordeste, lideradas por Pernambuco, se rebelaram contra a Constituição, pois dava muitos poderes ao soberano. Pregavam uma república livre da coroa, com capital Recife, que se chamaria Confederação do Equador. O movimento foi reprimido com extrema violência pelas tropas imperiais, demonstrando um governo absolutista.

Um dos mais graves problemas do primeiro reinado foi a Guerra da Cisplatina, quando uruguaios apoiados pelo governo argentino ocuparam toda a Província Cisplatina e um governo provisório uruaio decidiu a incorporação da Cisplatina à República das Províncias Unidas do Rio da Prata.

Em 1825, na Guerra da Cisplatina, saiu o Brasil derrotado, e, em 1828 houve a perda da Província Cisplatina e a conseqüente independência com o nome de Re-

pública Oriental do Uruguai, agravando assim, e muito, os problemas de D. Pedro I.

### **Crise Sucessória e Abdicação**

Seguindo a política da Constituição portuguesa de então, e aproveitando-se da fragilidade do Brasil após a Guerra da Cisplatina, D. João VI e a ala absolutista de seu ministério procuram reaver o território brasileiro em meados de 1825. Na iminência de uma guerra, D. João VI decide nomear Pedro seu sucessor em Portugal, ignorando a deserção que ele mesmo impôs ao filho devido à sua rebeldia e aos acontecimentos de 1822, negociação essa acompanhada à distância pelo governo inglês.

Habilmente, Pedro I aceita a proposta e retorna a Portugal para finalmente sagrar-se Pedro IV de Portugal em maio de 1826, após a abdicação de seu pai. Contudo, vista a Constituição brasileira recém-aprovada, era proibido ao imperador brasileiro deter paralelamente o título de regente de Portugal. Assim, apenas um mês depois de coroado rei português, Pedro abdica ao trono, todavia garantido a sucessão à sua primogênita, D. Maria II, que momentaneamente não assumiria devido à sua idade, e entregando a regência do reino português a D. Miguel I. Pedro retorna ao Brasil, onde enfrentaria uma conjuntura política cada vez mais desfavorável a si.

Entretanto, D. Miguel, irmão de D. Pedro I, fez-se proclamar rei em lugar da filha do imperador brasileiro, arrastando o Brasil numa guerra não esperada.

No plano interno, o imperador passou a enfrentar diversos problemas, tais como as dificuldades financeiras advindas da falência do primeiro Banco do Brasil (1829) e a inflação ocasionada pela elevação dos preços dos alimentos, a situação familiar do imperador após o falecimento de sua primeira esposa, Imperatriz D<sup>a</sup>. Maria Leopoldina (1826), diante do envolvimento com a sua amante a Marquesa de Santos, o assassinato do jornalista Líbero Badaró em São Paulo (1830), executado por policiais ligados ao império (Dom Pedro foi responsabilizado pela morte), e o constante apoio pedido pelo governante aos burocratas e militares do setor português, gerando conflitos entre portugueses e brasileiros.

D. Pedro I procurou então apoio nos setores portugueses que instalara no Brasil na burocracia civil-militar e no comércio das principais cidades. Com a sua imagem cada vez mais desgastada perante a opinião pública brasileira, as manifestações de protesto e apoio eram alvo de violência (Noite das Garrafadas).

Uma tentativa de recuperar prestígio político foi frustrada pela má recepção em uma visita a Minas Gerais - foi a última. A intenção era obter um acordo com os políticos da província, mas foi recebido com frieza já que havia setores da elite mineira que o ligavam ao assassinato do jornalista.

Numa tentativa de conciliar novamente o seu governo com a opinião pública, D. Pedro I nomeou um novo

ministério com pessoas aceitas pelos Liberais. Porém, a oposição não aceitou a manobra, e continuou a pressioná-lo. O ministério assim formado foi destituído e constituído um novo com portugueses de tendências absolutistas (Ministério dos Marqueses). Os soldados brasileiros aquartelados no bairro de São Cristóvão e o povo reagiu formando uma oposição implacável, culminando com o cerco ao palácio imperial pela população. Não houve resistência, pois poderia ocasionar uma guerra civil.

A 7 de abril de 1831, D. Pedro I renunciou ao império, deixando o país nas mãos de seu primogênito, D. Pedro II, que na época tinha 5 anos. No mesmo dia, embarcou a bordo do Warspite, de onde nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva como tutor de seus filhos menores, e seguiu para Portugal.

### **TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO**

#### **1. A noite das garrafadas**

Ao longo da colonização do Brasil, observamos que as relações e diferenças entre a metrópole e a população colonial promoviam uma situação de oposição que, em alguns momentos, se estendeu a uma disputa entre brasileiros e portugueses. A Guerra dos Mascates, por exemplo, exprimiu bem esse tipo de situação, quando os fazendeiros de Olinda se voltaram contra os comerciantes portugueses do Recife. No período joanino, vemos que essa mesma situação se manteve.

Quando alcançamos a nossa independência, vimos que essa rivalidade se preservava na figura do próprio D. Pedro I. Em diversas ocasiões o imperador, de descendência portuguesa, se envolveu com assuntos da antiga metrópole e tomou decisões que muitas vezes colocavam em dúvida o seu compromisso junto aos interesses da nação que comandava. Vários de seus ministros eram portugueses e muitos desses defendiam irrestritamente o fortalecimento da autoridade imperial no país.

Alcançando os últimos anos do império, vemos que essa situação de desconfiança e crítica ao imperador se agravou quando Líbero Badaró, jornalista de tendência liberal e ferrenho opositor de D. Pedro I, foi misteriosamente assassinado. Em pouco tempo, o incidente foi tomado pela população como um desmando do imperador. Mediante a conturbada situação, D. Pedro I organizou uma comitiva em busca de apoio e prestígio em outras províncias do território.

Dirigindo-se primeiramente a Ouro Preto, em Minas Gerais, a comitiva imperial foi hostilizada com as portas das casas fechadas e cobertas por mantos negros. Tornando com a represália, D. Pedro resolveu voltar à capital do império. Nesse meio tempo, os portugueses que viviam na cidade do Rio de Janeiro decidiram organizar uma festa de boas-vindas ao imperador. Por meio dessa ação, os lusitanos pretendiam reforçar o seu já conhecido apoio aos atos do governante.

A notícia do evento deixou os brasileiros incomodados com uma homenagem para uma figura política tão somente questionada. Desse modo, começaram a hostilizar os portugueses chamando os mesmos de “estrangeiros” ou bradando “morte aos pés de chumbo”. Em pouco tempo, as ofensas se transformaram em uma enorme e violenta baderna entre portugueses e brasileiros pelas ruas da cidade. Atacando os lusitanos com garrafas, cacos e pedras, o evento acabou conhecido como “A noite das garrafadas”.

Do ponto de vista político, esse foi um dos últimos eventos que antecederam a retirada de D. Pedro I do cenário. Antes disso, o imperador ainda tentou contornar a situação ao promover a eleição de um ministério formado somente por brasileiros. Contudo, a medida acabou não perdurando e novas manifestações contra o imperador o forçaram a abdicar do trono brasileiro.

## 2. A Confederação do Equador

A Confederação do Equador contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo os proprietários rurais que, em grande parte, haviam apoiado o movimento de independência e a ascensão de D. Pedro I ao trono, julgando que poderiam obter maior poder político com o controle sobre a província de Pernambuco. Dessa maneira as elites agrárias da região pretendiam preservar as estruturas socioeconômicas e ao mesmo tempo chegar ao poder, até então manipulado pelos mercadores e militares de origem portuguesa, que se concentravam em Recife. No entanto esse movimento não foi protagonizado apenas pelas elites. A necessidade de lutar contra o poder central fez com que a aristocracia rural mobilizasse as camadas populares. Se as camadas populares não tinham até então sua própria organização, isso não significa que não tivesse condição para organizar suas reivindicações e caminhar com as próprias pernas, questionando não apenas o autoritarismo do poder central, mas da própria aristocracia da província.

A Confederação do Equador pode ser considerada como um desdobramento da Revolução de 1817, marcada pelo liberalismo radical e que fora reprimida por D. João VI. No entanto, apesar da violenta repressão, as ideias republicanas e autonomistas estavam fortemente arraigadas em parcelas significativas da sociedade pernambucana. Essas ideias haviam se desenvolvido ao longo do século XVIII, devido às influências do iluminismo europeu e principalmente à decadência da lavoura canavieira associada à política de opressão fiscal do governo do Marquês de Pombal, e se manifestaram principalmente na Revolução Pernambucana de 1817 e no Movimento Constitucionalista de 1821. Em outros momentos da história, as ideias liberais encontraram terreno para expansão, como durante a Revolução do Porto e nos primeiros momentos pós-independência.

Em 1821 iniciou-se um novo movimento emancipacionista em Pernambuco, quando foi organizada a "Jun-

ta Constitucionalista", antecipando em 1 ano a independência. Nesse ano, era possível encontrar na região uma série de elementos ainda relacionados com a revolução de 1817; ainda subsistiam as condições objetivas da crise e os elementos subjetivos, iluministas, expressos na Revolução do Porto, em andamento em Portugal, que difundia ideias constitucionalistas e liberais, apesar de suas contradições.

O governo de Pernambuco estava nas mãos de Luís do Rego Barreto, responsável pela repressão em 17, muitos líderes da Revolução se encontravam em liberdade. A "Junta Provisória" foi formada em outubro de 1821, na cidade de Goiana, organizada principalmente por proprietários rurais - organizados na maçonaria - e por parcelas das camadas urbanas de Recife. Na prática era um poder paralelo, na medida em que, com um discurso liberal, condenavam o governo de Luís do Rego e defendiam sua deposição. O movimento, de caráter político, transformou-se rapidamente em uma luta armada, que impôs a Convenção de Beberibe, determinando a expulsão do governador para Portugal e a eleição pelo povo, de uma nova junta de governo. O novo governo foi formado principalmente por ex-combatentes da revolução de 1817, predominando, porém, os elementos da camada mais rica da sociedade local. Uma das medidas mais importantes do novo governo foi a expulsão das tropas portuguesas do Recife, que na prática representou o rompimento definitivo da província de Pernambuco com Portugal.

O movimento pernambucano representava uma ameaça aberta tanto aos interesses portugueses de recolonização, expresso nas cortes de Lisboa, como principalmente à elite tradicional brasileira e a seu projeto moderado de independência política. O regionalismo e o sentido de autonomia que se manifestava na região nordeste contrariavam as intenções da aristocracia rural, organizada principalmente no Rio de Janeiro. Para essa elite, a independência deveria conservar as estruturas socioeconômicas e promover mudanças políticas apenas no sentido de romper com Portugal e garantir a soberania do Brasil, possibilitando dessa forma, que essas elites exercessem com maior liberdade, seus interesses econômicos.

A manutenção da unidade territorial (ao contrário do que ocorria na América Espanhola) era a forma de garantir que os interesses predominantes no Rio de Janeiro fossem igualmente predominantes em todo o Brasil. A repressão ao movimento foi articulada por José Bonifácio, articulado com alguns fazendeiros de Pernambuco, que depôs a Junta em 17 de setembro de 1822. Um novo governo formou-se na província, do qual participava Francisco Paes Barreto e outros ricos proprietários, o que fez com que o governo ficasse popularmente conhecido como "Junta dos Matutos".

Em 8 de dezembro de 1822 D. Pedro I foi reconhecido imperador em Recife e a elite pernambucana passou a participar da elaboração de uma constituição brasileira. A historiografia tradicional encara a "Formação do Estado Nacional" de forma elitizada, desprezando as

guerras de independência que ocorreram em várias províncias do país. Enquanto movimentos antilusitanos se desenvolviam no nordeste, reunia-se no Rio de Janeiro uma Assembleia Constituinte, concentrando as atenções das elites, incluindo as de Pernambuco. As discussões políticas na Assembleia deixavam antever a organização das primeiras tendências que se desenvolveriam mais tarde no país. No entanto, naquele momento, a tendência predominante foi a centralizadora, vinculada principalmente aos interesses lusitanos e apoiada principalmente pelos portugueses residentes no Brasil, em sua maioria comerciantes, que pretendiam reverter o processo de independência.

O fechamento da Constituinte foi o primeiro passo concreto para a realização desse objetivo, seguido da imposição da Constituição em 1824, autoritária e centralizadora, fazendo com que as elites provinciais vissem ruir qualquer possibilidade de autonomia.

Além dos elementos já analisados, na organização do movimento foi de grande importância o papel da imprensa, em especial dos jornais "A Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco", de Cipriano Barata e do "Tífis Pernambucano" de Frei Caneca. A eclosão do movimento está diretamente associada às demonstrações de autoritarismo do imperador na província de Pernambuco, nomeando Francisco Paes Barreto como presidente da província, em lugar de Pais de Andrade, apoiado pelo povo.

As Câmaras Municipais de Recife e Olinda não aceitaram a substituição. Em 2 de Junho de 1824 foi proclamada a Confederação do Equador. O caráter separatista do movimento pretendia negar a centralização e o autoritarismo que marcavam a organização política do Brasil. A consolidação dessa situação dependia em grande parte da adesão das demais províncias do nordeste, que viviam situação semelhante tanto do ponto de vista político como econômico. Dessa maneira, as ideias republicanas e principalmente federalistas assimiladas dos EUA serviram como elemento de propaganda juntas às elites de cada província.

O governo da Confederação deslocou homens para outras províncias a fim de obter a adesão de seus governantes. Foi convocada uma Assembleia Legislativa e Constituinte, cuja abertura estaria marcada para o dia 7 de agosto de 1824. Do ponto de vista político, pais de Andrade elaborou um projeto de Constituição, tendo como modelo a Constituição Colombiana, vista como a mais liberal na América Latina; do ponto de vista social, o projeto elaborado por Frei Caneca determinou a extinção do tráfico negreiro para o porto do Recife. Essa medida é considerada como a primeira e mais importante fissura do movimento, uma vez que atingia diretamente os interesses dos proprietários rurais.

No entanto os trabalhos preparatórios da Assembleia Constituinte foram suspensos devido a ameaça das forças de repressão. O governo provisório encabeçado por Pais de Andrade procurou adquirir armas nos Estados Unidos, garantir a adesão das demais províncias e organizar milícias populares para fazer frente às tropas mo-

nárquicas de D. Pedro I. Os presidentes das províncias do Ceará e do Rio Grande do Norte aderiram ao movimento e organizaram tropas para defendê-lo. Na Paraíba, o apoio veio das forças contrárias ao presidente Filipe Néri, fiel ao imperador, que acabou deposto.

A organização de tropas para defender a Confederação permitiu a grande participação popular. Setores da camada popular já estavam organizados em "brigadas" desde 1821, compostas por mulatos, negros libertos e militares de baixa patente. Em 21, quando do movimento Constitucionalista, essas brigadas foram organizadas pelos líderes do movimento e acionadas em determinadas situações, porém, sob o controle das elites locais. No entanto, em vários momentos na história das brigadas houve insubordinação e radicalização, expressando não o sentimento nativista, mas a radicalização contra proprietários ou ainda a população branca. Em 1823 ocorreram ataques diretos aos portugueses, que ficaram conhecidos como "mata-marinheiro" e protestos raciais, marcados pelo exemplo haitiano. Esse processo de radicalização amedrontava as elites e por várias vezes foram responsáveis por seu recuo na luta contra o poder central. As divisões internas ao movimento, entre as elites haviam tendências diferenciadas, assim como o distanciamento destas em relação à massa popular contribuiu para a derrota do movimento. Por outro lado, havia a presença de tropas mercenárias contratadas pelo poder central, comandadas por Lord Cochrane que cercavam a província.

Essa situação foi responsável pela política vacilante de Pais de Andrade, que não aceitou os termos de rendição propostos pelo mercenário, devido principalmente, a forte pressão que sofria das camadas baixas da população. Essa situação é reforçada quando, depois da tomada de Recife pelas tropas mercenárias, Pais de Andrade refugiou-se em um navio inglês, enquanto os elementos mais radicais resistiam em Olinda, liderados por Frei Caneca. A violenta repressão, financiada pelo capital inglês, foi responsável por debelar o movimento, prender seus principais líderes, que foram executados, dentre eles o próprio Frei Caneca.

### 3. José Bonifácio

Mais conhecido na história do Brasil como o "Patriarca da Independência", quem foi José Bonifácio de Andrada e Silva, que tanto influenciou D. Pedro I, em sua Regência? Que poder tinha esse homem para ser nomeado tutor dos filhos de D. Pedro I, mesmo após ter iniciado um amplo movimento de oposição ao imperador? Brasileiro de família abastada, nascido em 1763 na cidade de Santos, José Bonifácio estudou Ciências Naturais e Direito em Coimbra, adquirindo considerável reputação como professor universitário. Após percorrer por dez anos várias regiões da Europa, retornou para Portugal e em 1800 recebeu o título de doutor em filosofia, destacando-se também como geólogo e metalurgista, quando fundou a primeira cátedra de metalurgia

lusitana. Tornando-se intendente-geral das minas de Portugal, ganhou cargos de relevância, passando a chefiar a polícia do Porto, após a expulsão dos franceses que haviam invadido Portugal em 1807 durante a expansão napoleônica.

Presente em nossa história desde o início movimento de independência, José Bonifácio foi presidente da junta governativa de São Paulo (1821) e posteriormente assessor e ministro de D. Pedro, juntamente com seu irmão Martim Francisco. Tornou-se o principal organizador da Independência do Brasil com atuação destacada no processo constitucional. Seu liberalismo, porém, limitava-se ao discurso ou a alguma literatura que produziu sobre a necessidade de abolição gradual da escravidão. Na prática foi um assumido defensor dos escravocratas. Nas eleições para Constituinte, José Bonifácio conseguiu fazer três dos seis representantes paulistas, colocando na liderança do grupo seu outro irmão Antônio Carlos. Atenuou as divergências políticas e ideológicas entre o imperador e a Assembleia Constituinte, onde representava a corrente mais conservadora defendendo um Estado extremamente centralizado e a limitação do direito de voto, em oposição aos liberais radicais, que exigiam uma constituição liberal, a limitação dos poderes de D. Pedro e a maior autonomia das províncias.

Nesse contexto, a união dos Andradas com o imperador foi de curta duração. O autoritarismo de José Bonifácio gerou severas críticas por parte da oposição e a perda de seu prestígio frente ao imperador. Em junho de 1823 José Bonifácio foi frontalmente contrariado pelo monarca que assinou um decreto anistiando revoltosos inimigos dos Andradas. No mês seguinte José Bonifácio e Martim Francisco demitiram-se, enquanto Antônio Carlos se destacava como principal articulador do projeto constitucional na Assembleia Constituinte, mais tarde dissolvida pelo imperador.

Na oposição os Andradas passaram a combater teozamente o governo de D. Pedro não somente na Assembleia, mas sobretudo no Tamoio, jornal que fundaram em agosto de 1823 e cujo título, nome de uma tribo famosa pela aversão que tinha aos portugueses, mostra claramente sua orientação. O Tamoio era muito bem redigido, mas os princípios democráticos em seus editoriais contrastavam-se com o autoritarismo que marcou os Andradas na época em que eram ministros. Outro jornal de oposição, o Sentinela da Liberdade à beira do mar da Praia Grande, auxiliava o Tamoio em suas investidas contra o imperador.

Com a dissolução da Constituinte, José Bonifácio, seus irmãos e alguns partidários, foram deportados para Europa. Publicando um caderno de poesias sob o pseudônimo arcádico de Américo Elísio, José Bonifácio foi considerado o mais notório brasileiro de seu tempo.

De volta ao Brasil, foi residir na ilha de Paquetá, reaproximando-se de D. Pedro I que após abdicar ao trono, indicou-o como tutor de seu filho (futuro D. Pedro II). Suspeito de participar da conspiração que pretendia restaurar D. Pedro I, foi acusado de crime político e

preso em 1833, sendo julgado e absolvido por unanimidade. Em seus últimos dias de vida mudou-se para cidade de Niterói, onde faleceu em 1838.

Legítimo representante das elites rurais José Bonifácio foi um político conservador que odiava a democracia e não hesitava em lançar tropas contra as massas. Suas propostas de caráter mais progressista, como a abolição gradual da escravidão e a distribuição de terras inutilizadas para lavradores pobres, são circunstanciais, refletindo a inevitável influência dos princípios iluministas naquela época.

Se procurarmos entender o que de fato representou o estadista José Bonifácio na realidade histórica marcada pelo processo de formação do Estado Brasileiro, encontraremos um personagem extremamente conservador e até reacionário, já que quase tudo nele, girava em torno dos interesses da aristocracia rural escravista, a classe social que José Bonifácio efetivamente representou ao longo de sua vida política.

## 10. PERÍODO REGENCIAL

### O fim do primeiro reinado

Os motivos da abdicação foram:

- o fechamento da Assembleia Constituinte de 1823;
- a imposição da Constituição de 1824;
- a extrema violência utilizada contra os rebeldes da Confederação do Equador;
- as mortes e despesas causadas pela Guerra Cisplatina;
- a falência do Banco do Brasil, que refletia a crise econômica e financeira do Império;
- a grande preocupação de D. Pedro com a situação política de Portugal, especialmente com a sucessão monárquica após a morte de D. João VI;
- o assassinato de Libero Badaró;
- a Noite das Garrafadas; e
- o Ministério dos Marqueses.

### A Regência

Em 1831, D. Pedro I abdicou do trono em favor de seu filho Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos de idade. Conforme as regras da constituição do império, o Brasil seria governado por um conselho de três regentes, eleitos pelo Legislativo, enquanto Pedro de Alcântara não atingisse a maioria (idade de 18 anos).

O período regencial foi marcado por importantes revoltas políticas e sociais, que agitaram a vida do país. Diferentes setores da sociedade (desde os grupos mais ricos até os mais pobres) lutavam pelo poder político.

### Os Grupos Políticos

Após a abdicação de D. Pedro I, a vida pública do país foi dominada por três grupos principais que disputavam o poder político:

- Restauradores ou Caramurus que se reuniam na Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira (Sociedade Militar) e publicavam suas ideias no Caramuru;

- Liberais moderados ou Chimangos, que se reuniam na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e publicavam suas ideias na Aurora Fluminense; e

- Liberais exaltados ou Farroupilhas, que se reuniam na Sociedade Federal e publicavam suas ideias na Malagueta.

Em 1834, D. Pedro morreu em Portugal, aos trinta e seis anos de idade. Com sua morte, teve fim o objetivo do grupo dos restauradores. Por volta de 1837, o grupo dos liberais moderados dividiu-se em duas grandes alas: os progressistas e os regressistas.

Eles passaram a disputar o Centro do poder. Por essa época, os restauradores e os liberais exaltados já tinham perdido grande parte de sua influência política.

### **Regência Trina Provisória**

No dia 7 de abril de 1831 (data da abdicação), o Parlamento brasileiro estava em férias. Não havia no Rio de Janeiro número suficiente de deputados e senadores para eleger os três regentes que governariam conforme mandava a constituição. Então, os poucos políticos que se encontravam na cidade resolveram, como solução de emergência, eleger uma Regência Provisória para governar a nação, até que se elegesse a Regência Permanente.

A Regência Trina Provisória governou o país durante quase três meses. Participaram dela: senador Carneiro de Campos, senador Campos Vergueiro e brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

#### **Entre as principais medidas tomadas pela Regência Trina Provisória destacam-se:**

- readmissão do Ministério dos Brasileiros;
- suspensão parcial do uso do Poder Moderador, pelos regentes;
- anistia (perdão) às pessoas presas por motivos políticos;
- a convocação dos deputados e senadores para que, em Assembleia Geral, elegessem a Regência Trina Permanente.

### **A Regência Trina Permanente**

Após reunir deputados e senadores do país, a assembleia Geral elegeu a Regência Trina Permanente, no dia 17 de junho de 1831. A nova regência era composta pelos deputados João Bráulio Muniz (político do nordeste) e José da Costa Carvalho (político do sul) e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

### **A criação da Guarda Nacional**

Uma das figuras de maior destaque da Regência Trina Permanente foi o padre Diogo Antônio Feijó, nomeado para o cargo de ministro da Justiça. Sua principal preocupação era garantir a ordem pública, que interessava aos moderados. Para isso era preciso acabar com as agitações populares e revoltas militares que ameaçavam o governo. Para impor a ordem, o governo precisava de uma força militar que lhe fosse fiel. O Exército não era confiável, pois parte da tropa, composta de pessoas pobres, sempre se colocava a favor dos que protestavam contra o governo. A solução proposta pelos políticos moderados foi à criação da Guarda Nacional: uma polícia de confiança do governo e das classes dominantes agrárias.

### **O ato adicional**

No ano de 1834, os políticos moderados fizeram uma reforma na constituição do império, conhecida como Ato Adicional.

**O Ato Adicional era uma tentativa de harmonizar as diversas forças políticas que brigavam no país. O Ato Adicional de 1834 estabeleceu:**

- que a regência seria exercida por uma única pessoa, com mandato de quatro anos (Regência Una);
- extinção do Conselho de Estado;
- criação das Assembleias Legislativas das províncias, com poderes para fazer leis referentes às questões locais;
- criação do município neutro (Distrito Federal).

### **A regência do Padre Feijó: a explosão das rebeliões**

De acordo com o Ato Adicional, novas eleições foram realizadas para a escolha da Regência Una. O vencedor dessas eleições (com pequena diferença de votos) foi o padre Diogo Antônio Feijó, que era ligado à ala progressista dos moderados.

Seu adversário representava a ala regressista. Depois de eleito, o regente Feijó sofreu grande oposição dos regressistas, que o acusavam de não conseguir impor ordem no país. Explodiram, durante seu governo, importantes rebeliões como a Cabanagem no Pará e a Farroupilha no Rio Grande do Sul.

Os políticos que representavam os grandes fazendeiros estavam cada vez mais preocupados com as rebeliões. Tinham medo de perder o poder político e econômico do país. Quando ainda faltavam dois anos para terminar seu mandato, Feijó decidiu renunciar ao cargo de regente. Provisoriamente, a regência foi entregue a

Pedro de Araújo Lima, senador pernambucano que representava os regressistas.

### **A regência de Araújo Lima**

Ao assumir o poder, Araújo Lima montou um ministério composto só de políticos conservadores. Havia uma firme decisão do governo de usar toda a violência contra as revoltas políticas populares que agitavam o país (Cabanagem, Balaiada, Sabinada, Farroupilha). As classes dominantes queriam de qualquer jeito "parar o carro da revolução", como dizia o ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos.

As rebeliões separatistas ameaçavam a unidade territorial do país. E os fazendeiros estavam assustados, com medo de perder suas riquezas, baseadas na grande propriedade e na exploração dos escravos. Foi o caso, por exemplo, da Lei Interpretativa do Ato Adicional (12 de maio de 1840), que reduzia o poder das províncias e colocava os órgãos da Polícia e da Justiça sob o comando do poder central (Código de Processo Criminal).

### **As revoltas Provinciais**

No período das regências, inúmeras revoltas explodiram pelas províncias brasileiras. Preocupado, o regente Feijó chegou a dizer: "o vulcão da anarquia ameaça devorar o império". Havia muitas razões para tantas revoltas.

No campo econômico, as exportações brasileiras perdiam preço e mercado. O açúcar de cana sofria a concorrência internacional das Antilhas e dos Estados Unidos (açúcar de beterraba). O algodão, o fumo, o mate e o couro também enfrentavam a forte concorrência de outras áreas produtoras. O ouro era um minério quase esgotado.

No campo social, o povo das cidades e do campo levava uma vida miserável. Os alimentos eram caros. A riqueza e o poder estavam concentrados em mãos dos grandes fazendeiros e comerciantes.

No campo político, havia grande oposição ao autoritarismo do governo central do império. As províncias queriam mais liberdade e autonomia. Queriam o direito de eleger seus próprios presidentes da província. Muitos políticos das províncias pregavam a separação do governo central.

### **Cabanagem**

Na década de 1830, a província do Grão-Pará, que compreendia os estados do Pará e do Amazonas, tinha um pouco mais de 80 mil habitantes (sem incluir a população indígena não-aldeada). De cada cem pessoas, quarenta eram escravos indígenas, negros, mestiços ou tapuios, isto é, indígenas que moravam nas vilas. Belém, nessa época, não passava de uma pequena cidade com 24 mil habitantes, apesar de importante centro comercial

por onde era exportado cravo, salsa, fumo, cacau e algodão.

A independência do Brasil despertou grande expectativa no povo da região. Os indígenas e tapuios esperavam ter seus direitos reconhecidos e não serem mais obrigados a trabalhar como escravos nas roças e manufaturas dos aldeamentos; os escravos negros queriam a abolição da escravatura; profissionais liberais nacionalistas e parte do clero lutavam por uma independência mais efetiva que afastasse os portugueses e ingleses do controle político e econômico.

O resto da população – constituída de mestiços e homens livres, entusiasmada com as ideias libertárias, participou do movimento, imprimindo-lhe um conteúdo mais amplo e mais radical.

A grande rebelião popular, que aconteceu em 1833, teve origem num movimento de contestação, ocorrido dez anos antes e que havia sido sufocado com muita violência, conhecido como "rebelião do navio Palhaço".

O descontentamento que dominava não só Belém, mas igualmente o interior do Pará, aumentou com a nomeação do novo presidente da província, Lobo de Souza. O cônego João Batista Campos, importante líder das revoltas ocorridas em 1823 e duramente reprimidas, tornou-se novamente porta-voz dos descontentes, principalmente da igreja e dos profissionais liberais.

A partir de 1834, as manifestações de rua se multiplicaram e o governo reagiu prendendo as lideranças. Batista Campos, Angelim e outros líderes refugiaram-se na fazenda de Félix Clemente Malcher, onde já se encontravam os irmãos Vinagre. Ali foi planejada a resistência armada.

Iniciava-se a Cabanagem, a mais importante revolta popular da Regência. Esse nome indicava a origem social de seus integrantes, os cabanos, moradores de casas de palha. Foi "o mais notável movimento popular do Brasil, o único em que as camadas pobres da população conseguiram ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade", segundo o historiador Caio Prado Júnior.

As forças militares foram extremamente violentas, incendiando a fazenda de Malcher e prendendo-o juntamente com outros líderes. Revoltado, o povo de Belém acompanhava os acontecimentos. O destacamento militar de Abaeté se rebelou em protesto contra a perseguição feita a Eduardo Angelim. Após a morte de Batista Campos, o grupo se rearticulou em quatro frentes e atacou Belém. Com a adesão de guarnições da cidade, a vitória foi total. O presidente da província, Lobo de Souza, e o comandante das tropas portuguesas foram mortos, e os revoltosos, soltos. Malcher foi aclamado presidente da província.

Iniciava-se o primeiro governo cabano. Sem muitas lideranças, o povo escolheu Clemente Malcher, por ser um homem respeitado por todos. Porém, ele continuava com "cabeça" de fazendeiro e começou a tomar atitudes que os cabanos consideraram traição. Os desentendimentos levaram a primeira importante ruptura das lideranças: de um lado, Malcher e as elites dominantes, e,

de outro, os Vinagre e Angelim, juntamente com os cabanos e boa parte da tropa.

### A Farroupilha

Em 1835, Bento Gonçalves comandou as tropas farroupilhas que dominaram Porto Alegre, capital da província. O governo do império reagiu energicamente, mas não teve forças suficientes para derrubar os farroupilhas. A rebelião expandiu-se e, em 1836, fundou a República Rio-Grandense, também chamada de República de Piratini.

O momento máximo da expansão do movimento farroupilha deu-se em 1839, com a conquista de Santa Catarina e a fundação da República Juliana, sob o comando de Davi Canabarro e Garibaldi.

A Revolução Farroupilha só foi contida a partir de 1842, por meio da ação militar de Luís Alves de Lima e Silva, futuro duque de Caxias. Além da ação militar, Caxias procurou entrar em acordo com os líderes farroupilhas. No dia 1º de março de 1845, já durante o Segundo Reinado, celebrou-se o acordo de paz entre as tropas imperiais (comandadas por Caxias) e as forças farroupilhas.

Os revoltosos não seriam punidos e receberiam a anistia (perdão) do império. Os escravos fugitivos que lutavam ao lado dos farroupilhas teriam o direito à liberdade.

A Revolução Farroupilha não foi uma revolta do povo pobre do sul. Foi uma rebelião dos ricos estancieros que lutavam pelos seus interesses econômicos e políticos. O povo só participou do movimento sob o controle dos grandes fazendeiros. Não existia, entre os líderes da Farroupilha, o desejo de libertar o povo gaúcho da exploração social, da escravidão ou da vida miserável. O que eles queriam era garantir o lucro das grandes fazendas pecuárias e exercer poder político no Rio Grande com mais liberdade administrativa.

### A Sabinada

Em 1837, estourou na Bahia uma rebelião liderada pelo médico Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, por isso conhecida como Sabinada. Seu objetivo básico era instituir uma república baiana, enquanto D. Pedro fosse menor.

Com o apoio de parte do exército baiano, os sabinos conseguiram tomar o poder em Salvador (7 de novembro de 1837). Mas o movimento não empolgou a população. E as tropas imperiais, ajudadas pelos fazendeiros, não tardaram a combater a rebelião com fúria e violência. Inúmeras casas de Salvador foram incendiadas. Muitos revoltosos foram queimados vivos. Mais de mil pessoas morreram na luta. Em março de 1838, a rebelião estava totalmente esmagada. Apesar da violenta repressão os principais líderes do movimento não foram

mortos. O médico Francisco Sabino, por exemplo, foi preso e degredado para o Mato Grosso.

Ao contrário da Cabanagem (uma revolta dos pobres), a Sabinada foi uma rebelião comandada por homens cultos da classe média da cidade de Salvador. Não teve a participação dos pobres nem obteve o apoio dos ricos fazendeiros.

O objetivo da Sabinada era proclamar uma república na Bahia, mas não para sempre. A república só duraria enquanto D. Pedro II fosse menor e não assumisse o poder.

### A Balaiada

A Balaiada foi uma importante revolta popular que explodiu na província do Maranhão, entre os anos de 1838 a 1841. Nessa época, a economia agrária do Maranhão atravessava grande crise. Sua principal riqueza, o algodão, vinha perdendo preço e compradores no exterior, devido à forte concorrência internacional do algodão produzido nos Estados Unidos (mais barato e de melhor qualidade que o produto brasileiro).

Quem mais sofria as consequências dos problemas econômicos do Maranhão era a população pobre. Ou seja, a multidão formada por vaqueiros, sertanejos e escravos. Cansada de tantos sofrimentos, essa multidão queria lutar de algum modo contra as injustiças. Lutar contra a miséria, a fome, a escravidão e os maus tratos.

Foram os bem-te-vis que iniciaram a revolta contra os grandes fazendeiros conservadores do Maranhão e contaram com a participação explosiva dos sertanejos pobres.

Apesar de desorganizados, os rebeldes balaios conseguiram conquistar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do Maranhão. Para combater a revolta dos balaios, o governo enviou tropas comandadas pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva. Nessa altura acontecimentos, a classe média do Maranhão (os bem-te-vis) já havia abandonado os sertanejos e apoiava as tropas governamentais.

O combate aos balaios foi duro e violento. A perseguição só terminou em 1841, quando tinham morrido cerca de 12 mil sertanejos e escravos. A Balaiada não tinha uma organização consistente nem um projeto político definido. Não foi um movimento único e harmônico. Foi um conjunto de lutas dos sertanejos marcadas pelo desejo de vingança social contra os poderosos da região.

### A aclamação do Imperador

A Assembleia Nacional tinha poderes para antecipar a maioria de D. Pedro. Foi, então, fundado o Clube da Maioridade, organização política cujo objetivo era lutar pela antecipação da maioria do príncipe a fim de que ele pudesse assumir o trono. O Clube da Maioridade teve o apoio das classes dominantes e uniu políticos progressistas e parte dos regressistas.

Em 1840, a Assembleia Nacional aprovou a antecipação da idade do príncipe Pedro de Alcântara. Era a vitória do Clube da Maioridade. Assim, o jovem Pedro foi aclamado imperador, como título de D. Pedro II, em 23 de julho de 1840. Iniciava-se o Segundo Reinado, período que durou quase meio século (1840 a 1889).

## 11. D. PEDRO II

### O SEGUNDO REINADO (1840/1889)

#### Política interna

A vida política nacional, ao longo do Segundo Reinado, foi marcada pela atuação de dois partidos políticos: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Os dois partidos representavam a classe dominante, defendiam a monarquia e a manutenção da mão-de-obra escrava. Por isto, não apresentavam divergências ideológicas, justificando uma frase muito comum na época: "Nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder, e nada mais parecido com um liberal do que um conservador no poder".

#### Evolução Política

O primeiro ministério do Segundo Reinado era composto por liberais, que apoiaram o golpe da Maioridade. Funcionou de 1840 a 1841 e ficou conhecido como "Ministério dos Irmãos", sendo formado pelos irmãos Cavalcanti, Coutinho e Andrada.

O gabinete ministerial sofria oposição da Câmara, formada, na sua maioria por conservadores. Diante desta situação, a Câmara de Deputados foi dissolvida e marcada novas eleições.

Para garantir uma maioria de deputados liberais, os membros do Partido Liberal, usando de violência, fraudaram as eleições e garantiram a maioria parlamentar. Tal episódio é conhecido como "eleições do cacete".

Os conservadores reagiram e exigiram que o imperador dissolvesse a Câmara que havia sido eleita nas "eleições do cacete". D. Pedro II demitiu o ministério liberal, nomeou um ministério conservador e marcou novas eleições - também marcadas pelas fraudes.

A vitória dos conservadores e o avanço de medidas centralizadoras provocaram uma reação dos liberais, em São Paulo e Minas Gerais - a chamada Revolta Liberal de 1842.

Em 1844 o imperador demitiu o gabinete conservador e nomeou um gabinete liberal, cuja principal decisão foi à criação da tarifa Alves Branco (1844), que extinguiu as taxas preferenciais aos produtos ingleses; no ano de 1847 foi criado o cargo de presidente do Conselho de Ministros, implantando o parlamentarismo no Brasil.

#### Parlamentarismo às Avesas

O parlamentarismo é um regime político onde o partido que detém a maioria no Parlamento indica o primeiro-ministro, que é o chefe de governo e comanda o poder Executivo. Desta forma, o Executivo fica subordinado ao Legislativo. No Brasil, ao contrário, o primeiro-ministro era escolhido pelo imperador. Se a Câmara não tivesse uma maioria de parlamentares do partido do ministério adotado, ela seria dissolvida e novas eleições eram marcadas, o que tornava o Legislativo refém do Executivo.

#### Revolução Praieira (1848/1850)

Movimento que ocorreu na província de Pernambuco, e está relacionado aos levantes liberais de 1848, período conhecido como Primavera dos Povos. As causas do movimento podem ser encontradas no controle do poder político pela família dos Cavalcanti e no monopólio do comércio exercido pelos estrangeiros, principalmente portugueses e que não empregavam trabalhadores brasileiros, desenvolvendo um forte sentimento antilusitano.

O porta-voz da rebelião era o Diário Novo, jornal dos liberais que estava instalado na Rua da Praia - daí a denominação de praieiros aos rebeldes - que no ano de 1848 publicou o "Manifesto ao Mundo", redigido por Borges da Fonseca.

O manifesto, fortemente influenciado pelas ideias do socialismo utópico, reivindicava o voto livre e universal, a liberdade de imprensa, autonomia dos poderes, liberdade de trabalho, federalismo, nacionalização do comércio varejista, extinção do poder Moderador e do Senado vitalício e a abolição do trabalho escravo. Embora reprimida com muita facilidade foi um movimento contra a aristocracia fundiária e está inserida no quadro geral das revoluções populares que ocorreram na Europa de 1848.

#### Política externa

A política externa brasileira, durante o Segundo Reinado, foi marcada por conflitos na região do Prata - responsáveis pela Guerra do Paraguai e por atritos diplomáticos com a Inglaterra, gerando a chamada Questão Christie.

#### Questão Christie (1863)

A influência da Inglaterra no Brasil está presente desde antes da nossa independência. Com a assinatura dos tratados de 1810, a Inglaterra ganha privilégios econômicos. Com a independência do Brasil, em 1822, a Inglaterra impõe como forma de reconhecer a independência, a renovação dos tratados de 1810.

Ademais, o Brasil era dependente financeiramente da Grã-Bretanha. Durante o Segundo Reinado, as relações entre Brasil e Inglaterra conhecem sucessivos atritos que culminaram com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

As hostilidades entre Brasil e Inglaterra começaram em 1844, com a aprovação da tarifa Alves Branco, que acabou com as vantagens comerciais que a Inglaterra tinha no Brasil.

A resposta do governo britânico foi a aprovação do Bill Aberdeen, decreto que proibia o tráfico negreiro e outorgava o direito, aos ingleses, de aprisionar qualquer navio negreiro. Respondendo às pressões inglesas, no ano de 1850 foi promulgada a Lei Euzébio de Queiróz, que extinguiu definitivamente o tráfico negreiro no Brasil.

No ano de 1861, o navio inglês Prince of Waller afundou nas costas do Rio Grande do Sul e sua carga foi pilhada. O embaixador inglês no Brasil, William Christie, exigiu uma indenização ao governo imperial.

No ano de 1862, marinheiros britânicos embriagados foram presos no Rio de Janeiro e o embaixador Christie exigiu a demissão dos policiais e desculpas oficiais do governo brasileiro à Inglaterra. O Brasil recusou-se a aceitar as exigências de Christie. Alguns navios brasileiros foram aprisionados pela Inglaterra; o governo brasileiro pagou a indenização referente ao roubo da carga do navio inglês naufragado.

Em 1863, sob a mediação de Leopoldo I, rei de Bélgica, ficou estabelecido que a Inglaterra deveria pedir desculpas ao governo brasileiro, pelo ocorrido com os marinheiros na cidade do Rio de Janeiro. Diante da negativa da Inglaterra, D. Pedro I resolveu romper relações diplomáticas com a Inglaterra.

### **Guerras no Prata**

Entre 1851 e 1870, o governo brasileiro realiza intervenções militares na região platina - formada pela Argentina, Uruguai e Paraguai. Os motivos destas intervenções eram as disputas territoriais, a tentativa de impedir a formação de um Estado poderoso e rival e garantir a livre navegação nos rios da bacia do Prata (Paraná, Paraguai e Uruguai).

#### **Campanha contra Oribe (1851)**

O Uruguai possuía dois partidos políticos: o Blanco, liderado por Manuel Oribe, aliado dos argentinos; e o Colorado, liderado por Frutuoso Rivera, apoiado pelo Brasil.

A aliança entre Manuel Oribe, então presidente do Uruguai, com o governo argentino de Juan Manuel Rosas, trouxe à tona a ideia de restauração do antigo vice - reinado do Prata.

Procurando garantir a livre navegação no rio da Prata, D. Pedro II envia uma tropa militar sob o comando de Caxias. Esta tropa recebe o apoio das tropas militares de Rivera que, juntas, depuseram Manuel Oribe do poder.

#### **Campanha contra Rosas (1851)**

Como Rosas apoiava os blancos, o governo imperial organizou uma expedição e invadiu a Argentina. Os brasileiros venceram, na batalha de Monte Caseros, depuseram Rosas e, em seu lugar colocaram o general Urquiza, auxiliar do Brasil na campanha contra Oribe.

No ano de 1864, outro conflito na região, desta vez envolvendo o Paraguai.

#### **Guerra do Paraguai (1864/1870)**

O Paraguai se constituiu em uma exceção na América Latina, durante o século XIX, em virtude de seu desenvolvimento econômico autônomo. Durante os governos de José Francia (1811/1840) e Carlos López (1840/1862) houve um relativo progresso econômico, com construção das estradas de ferro, sistema telegráfico eficiente, surgimento das indústrias siderúrgicas, fábricas de armas e a erradicação do analfabetismo.

As atividades econômicas essenciais eram controladas pelo Estado e a balança comercial apresentava saldos favoráveis, garantindo a estabilidade da moeda, criando as condições para um desenvolvimento autossustentável, sem recorrer ao capital estrangeiro.

Solano López, presidente do Paraguai a partir de 1862, inicia uma política expansionista, procurando ampliar o território paraguaio. O objetivo desta política era conseguir acesso ao oceano Atlântico, para garantir a continuidade do desenvolvimento econômico da nação.

A expansão territorial do Paraguai deu-se com a anexação de regiões da Argentina, do Uruguai e do Brasil. Ademais, a Inglaterra não via com bons olhos o desenvolvimento autônomo do Paraguai, achando necessário destruir este modelo econômico.

No ano de 1864, o governo paraguaio aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda e invadiu o Mato Grosso, levando o Brasil a declarar guerra ao Paraguai. Em 1865 é formada a Tríplice Aliança, união das forças brasileiras, argentinas e uruguaias contra o Paraguai.

As principais batalhas foram: Riachuelo, Tuiuti, Humaitá, Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. Solano López foi morto em 1870, na batalha de Cerro Corá.

A guerra serviu para destruir o modelo econômico do Paraguai, tornando-o um dos países mais pobres do mundo, sua população sofreu uma drástica redução (cerca de 75% dela morreu na guerra). Para o Brasil, a participação na guerra contribuiu para o aumento da dívida externa e a morte de aproximadamente 40 mil homens.

A Inglaterra foi a grande beneficiada com a guerra, pois acabou com a experiência econômica do Paraguai na região, e seus empréstimos reafirmaram a dependência financeira do Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra do Paraguai marca o início da decadência do Segundo Reinado, em razão do fortalecimento político do Exército, que se torna um foco abolicionista e republicano.

## 12. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL NO IMPÉRIO

### Economia do Segundo Reinado.

Durante o Segundo Reinado houve uma diversificação das atividades econômicas, muito embora o modelo econômico estivesse voltado para atender as necessidades do mercado externo. O cacau e a borracha ganharam destaque na produção agrícola.

O surto da borracha, no Pará e no Amazonas, levou o Brasil a dominar 90% do comércio mundial. Porém, o principal produto de exportação brasileira será o café.

### Café: expansão e modernização

O café foi introduzido no Brasil, por volta de 1727, por Francisco de Mello Palheta. A partir de 1760 o produto passou a ter uma importância comercial, sendo utilizado para a exportação. Inicialmente no Rio de Janeiro, no vale do Paraíba e, posteriormente o Oeste paulista.

No vale do Paraíba, as fazendas de café eram estruturadas de forma tradicional, ou seja, grandes propriedades que utilizavam a mão-de-obra escrava. O esgotamento do solo e a escassez de terras contribuíram para a decadência da produção na região.

Em contrapartida, a expansão do mercado consumidor internacional favoreceu a expansão do cultivo do café para o Oeste paulista. A economia cafeeira foi responsável pelo processo de modernização econômica do século XIX: desenvolvimento urbano, dos meios de transportes (ferrovias e portos), desenvolvimento dos meios de comunicação (telefone e telégrafo), a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e o surto industrial.

### Substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado.

A crise do escravismo brasileiro está relacionada a uma série de fatores, entre os quais, as pressões inglesas sobre o tráfico negreiro e a expansão da atividade cafeeira, trazendo a necessidade de ampliar a força de trabalho. Com a extinção do tráfico negreiro em 1850 – Lei Euzébio de Queiroz, os fazendeiros de café tiveram que encontrar uma solução para suprir a falta de mão-de-obra; esta solução será a importação de imigrantes europeus.

O pioneiro em recrutar imigrantes europeus foi um grande fazendeiro da região de Limeira, em São Paulo, o senador Nicolau de Campos Vergueiro, que trouxe para a sua fazenda famílias da Suíça e da Alemanha, iniciando o chamado sistema de parceria.

No sistema de parceria, o fazendeiro custeava o transporte dos imigrantes europeus até suas fazendas e estes, por sua vez, pagariam os fazendeiros com trabalho. O trabalho consistia no cultivo do café e gêneros de subsistência, entregando ao fazendeiro boa parte da produção (dois terços).

O regime de parceria não obteve sucesso, em razão dos elevados juros cobrados sobre as dívidas assumidas pelos colonos para trabalharem no Brasil, os maus tratos recebidos e o baixo preço pago pelo café cultivado. Diante do fracasso do sistema e das revoltas de colonos, outras formas de estímulo à vinda de imigrantes foram adotadas.

A imigração subvencionada substituiu o sistema de parcerias. Nela, o Estado pagava os custos da viagem do imigrante europeu e regulamentava as relações entre os fazendeiros e os colonos. Os grandes "importadores" de imigrantes foram a Itália e a Alemanha, países que passavam por guerras, em virtude do processo de unificação política.

A consolidação do trabalho livre e assalariado fortaleceu o mercado interno brasileiro e criou condições para o desenvolvimento industrial. Com a extinção do tráfico negreiro e a entrada maciça de imigrantes europeus, abriu-se a possibilidade do desenvolvimento da chamada economia familiar: pequenas propriedades, voltadas para o abastecimento do mercado interno. Pressionado pela aristocracia rural, o governo imperial aprovou, em 1850, a chamada Lei das Terras, determinando que as terras públicas só poderiam tornar-se privadas mediante a compra. Dado ao preço elevado das terras, pessoas de poucos recursos não tinham acesso, evitando desvio de mão-de-obra para outras atividades que não fossem o setor agroexportador.

### O surto industrial

O desenvolvimento industrial brasileiro está relacionado com a promulgação, em 1844 da tarifa Alves Branco, que aumentou as taxas alfandegárias sobre os artigos importados; o fim do tráfico negreiro foi um fator que também favoreceu o florescimento industrial, pois os capitais destinados ao comércio de escravos passaram a ser empregados em outros empreendimentos e, com a vinda dos imigrantes e da consolidação do trabalho assalariado, houve uma ampliação do mercado consumidor.

O maior destaque industrial do período foi, sem dúvida nenhuma, Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá. Dirigiu inúmeros empreendimentos, tais como bancos, companhias de gás, companhias de navegação, estradas de ferro, fundição, fábrica de velas. No campo das comunicações, trabalhou na instalação de um cabo

submarino ligando o Brasil à Europa. O surto industrial e a chamada "Era Mauá", entraram em crise a partir de 1860, com a tarifa Silva Ferraz, que substituiu a tarifa Alves Branco. Houve uma redução nas taxas de importação e a concorrência inglesa foi fatal para os empreendimentos de Mauá.

### **13. A CRISE DO REGIME MONÁRQUICO E O ADVENTO DA REPÚBLICA**

#### **A queda da monarquia brasileira**

A queda monarquia brasileira está relacionada às mudanças estruturais que ocorreram no Brasil ao longo do século XIX: a modernização da economia, o surto industrial, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre e assalariado, o abolicionismo, o movimento republicano, o choques com a Igreja e o Exército.

#### **O movimento abolicionista**

A campanha pela abolição da escravidão ganhou impulso com o final da guerra do Paraguai - muitos soldados negros que lutaram na guerra foram alforriados. Organizaram-se no país "clubes" que discutiam a questão. Visando diminuir as pressões internas e externas (a Inglaterra tinha interesses na abolição), o governo imperial iniciou uma série de reformas, com o intuito de reduzir a escravidão:

- Lei do Ventre Livre (1871): filhos de escravas nascidos a partir daquela data seriam considerados livres. Os seus efeitos foram reduzidos visto que o escravo ficaria sob a tutela do proprietário até os oito anos, cabendo a este o direito de explorar o trabalho do escravo até este completar 21 anos de idade.

- Lei dos Sexagenários (1885): libertava os escravos com acima de 65 anos de idade. Esta lei ficou conhecida como "a gargalhada nacional". Primeiro pelo reduzido número de escravos libertados, uma vez que poucos atingiam tal idade; além disto, um escravo com mais de 65 anos representava um custo ao grande proprietário, não tendo condições alguma de trabalhar. Por fim, depois da libertação, o negro deveria dar mais três anos de trabalho ao senhor, como forma de indenização!

- Lei Áurea (1888): decretava, no dia 13 de maio, a libertação de todos os escravos no Brasil. A abolição da escravidão no Brasil foi um duro golpe aos grandes proprietários de terras escravocratas, que passaram a combater a Monarquia. São os chamados "Republicanos de 13 de maio".

#### **A questão religiosa**

Foi o choque do governo imperial com a Igreja Católica, em virtude do regime do padroado, ou seja, o poder do imperador de nomear bispos ficando a Igreja subordinada ao Estado.

Em 1864, o Papa Pio IX, através da bula Sillabus proibiu a permanência de membros da maçonaria dentro da organização eclesiástica. O imperador, membro da maçonaria, rejeitou a bula.

Porém, dois bispos obedeceram ao papa e expulsaram párocos ligados à maçonaria. Os bispos foram condenados à prisão com trabalhos forçados, sendo anistiados pouco depois. Os bispos eram D. Vidal de Oliveira da diocese de Olinda, e D. Antônio de Macedo da diocese de Belém. O episódio deixou claro que, caso houvesse uma conspiração contra a Monarquia, esta não receberia o apoio da Igreja.

#### **A questão militar**

Desde o final da Guerra do Paraguai, o exército vinha exigindo uma maior participação nas decisões políticas do império. A insatisfação política, as ideias positivistas e os baixos soldos levaram os militares, através da imprensa, a criticarem a monarquia.

Em 1883, o tenente-coronel Sena Madureira criticou as reformas no sistema de aposentadoria militar, sendo punido. O governo proibiu qualquer tipo de declaração política dos militares na imprensa.

Em 1885, o coronel Cunha Matos do Piauí, utilizou-se da imprensa para defender-se da acusação de desonesto, sendo preso por 48 horas. A punição provocou um mal-estar na alta oficialidade, reclamando da interferência civil sobre os assuntos militares. Entre os oficiais descontentes com a Monarquia estava o marechal Deodoro da Fonseca.

#### **O movimento republicano**

O movimento republicano iniciou-se em 1870, com a fundação do Clube Republicano e do jornal "A República" e o lançamento do "Manifesto Republicano".

O Partido Republicano apresentava duas correntes: os evolucionistas, liderados por Quintino Bocaiúva, que defendiam a via pacífica para atingir o poder; os revolucionários, sob a liderança de Silva Jardim, que pregavam a revolução e a participação popular.

O movimento de 15 de novembro foi conduzido pelos evolucionistas. Entre os republicanos militares, as ideias de Augusto Comte foram muito difundidas, principalmente por Benjamin Constant. Trata-se do positivismo, cujo lema era "Ordem e progresso".

#### **A proclamação da República**

Em 1888, um novo gabinete fora nomeado, tendo como primeiro ministro Afonso Celso de Oliveira Figueiredo, o visconde de Ouro Preto. Este iniciou um amplo programa reformista procurando salvar a monarquia. No dia 14 de novembro de 1889 foi divulgado um boato de que o visconde de Ouro Preto havia decretado a prisão de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Os militares rebelaram-se e na madrugada do dia 15, o

marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando dos rebelados que marcharam em direção ao centro da cidade.

Na tarde de 15 de novembro de 1889, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, José do Patrocínio declarou a proclamação da República.

O movimento, elitista e que não contou com a participação popular, foi aplaudido e incentivado pela burguesia cafeicultora do Oeste Paulista, pois o ideal republicano envolvia a ideia de federação, ou seja, grande autonomia aos estados membros. Desta forma, a província de São Paulo ocuparia um lugar de destaque no Estado republicano, como se verá adiante.

## A ERA MAUÁ

Com a extinção do tráfico negreiro, a partir da Lei Eusébio de Queirós (1850), os capitais até então empregados no comércio de escravos passaram a ser investidos na industrialização. Aproveitando essa oportunidade, Mauá passou a se dividir entre as atividades de industrial e banqueiro, tendo acumulado fortuna aos quarenta anos de idade.

Entre os investimentos que realizou, além do estaleiro e fundição na Ponta da Areia, destacam-se:

- o projeto de iluminação a gás da cidade do Rio de Janeiro, cuja concessão de exploração obteve por vinte anos. Pelo contrato, o empresário comprometia-se a substituir 21 milhas de lâmpões a óleo de baleia por outros, novos, de sua fabricação, erguendo uma fábrica de gás nos limites da cidade.

- a organização da Companhia de Navegação do Amazonas (1852), com embarcações a vapor fabricadas no estaleiro da Ponta da Areia.

- a construção de um trecho de 14 quilômetros de linha férrea entre o porto de Mauá, na baía de Guanabara, e a estação de Fragoso, na raiz da serra da Estrela (Petrópolis), na então Província do Rio de Janeiro, a primeira no Brasil. No dia da inauguração (30 de abril de 1854), na presença do imperador e de autoridades, a locomotiva, posteriormente apelidada de Baroneza (em homenagem à esposa de Mauá), percorreu em 23 minutos o percurso. Na mesma data, em reconhecimento, o empresário recebeu o título de barão de Mauá.

- em 1873 pela União & Indústria, empreendimento de Mauá ligando Petrópolis (RJ) a Juiz de Fora (MG), a primeira estrada pavimentada no país, chegavam as primeiras cargas de Minas Gerais para a Estrada de Ferro Dom Pedro II (depois Estrada de Ferro Central do Brasil) empreendimento estatal inaugurado em 1858, que oferecia fretes mais baixos. Em 1882, vencidas as dificuldades técnicas da serra, os trilhos chegavam a Petrópolis.

- o estabelecimento de uma companhia de bondes puxados por burros na cidade do Rio de Janeiro.

Convivendo em uma sociedade rural e escravocrata, o contato com a mentalidade empresarial britânica que,

nos meados do século XIX, gestava a segunda fase da Revolução Industrial, foi determinante para a formação do pensamento de Mauá.

O seu estilo liberal de administrar era personalíssimo para o Brasil, país acostumado à forte centralização monárquica que o Poder Moderador, expresso na Constituição de 1824, havia reafirmado.

Os seus primeiros passos como empresário foram marcados pela ousadia de projeto, apostando no emprego à tecnologia de ponta. Em toda a sua carreira preocupou-se com a correta gestão de recursos, marcada por uma administração descentralizada, onde a responsabilidade de cada indivíduo na cadeia de comando era valorizada. A sua política salarial expressava, em si própria, um investimento nos talentos de seus empregados, tendo sido pioneiro, no país, na distribuição de lucros da empresa aos funcionários. Em complemento, incentivava os seus colaboradores mais próximos a montar empresas e a fazer negócios por conta própria. O nível de gerência era contemplado com créditos e apoio logístico para operar os empreendimentos, o que combinado com a autonomia administrativa e com a participação nos lucros, permitia fazer face à maioria das dificuldades.

Desse modo, Mauá controlou oito das dez maiores empresas do país: as restantes eram o Banco do Brasil e a Estrada de Ferro Dom Pedro II, ambas empreendimentos estatais. Chegou a controlar dezessete empresas, com filiais operando em seis países. Sua fortuna em 1867, atingiu o valor de 115 mil contos de réis, enquanto o orçamento do Império do Brasil para aquele ano contava apenas com 97 mil contos de réis. Estima-se que a sua fortuna seria equivalente a 60 bilhões de dólares, nos dias de hoje.

Mauá também foi muito conhecido por suas ideias contrárias à escravidão, o que o distanciava das elites políticas do Império, o que se ressentiu indiretamente nos seus interesses comerciais. Com o passar dos anos, Mauá foi se aprofundando em dívidas, pois sempre que não conseguia recursos, fosse através de subscrições, ou através do apoio financeiro do governo, lançava mão das reservas de sua base de operações: o Banco Mauá & Cia.

## TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO O Café no Brasil

Tudo começou nas montanhas da Etiópia, Arábia Saudita ou Pérsia, não se sabe ao certo, antes do século 5 d.C., onde o Cahue = força/vigor em árabe que é o nome do café, chamou a atenção de um pastor de cabras, pois os animais comiam, vorazmente, os frutos vermelhos de um arbusto. Mais tarde, os grãos de café eram transformados em uma pasta misturada com uma espécie de manteiga. Daí foi para a Arábia onde os grãos eram torrados, reduzidos a pó num pilão e este pó era misturado com água fervente, como o café turco que, ainda hoje, é feito pelos descendentes de árabes no

Brasil e servia como tônico revigorante para os enfermos debilitados. No final do século 15, em Meca, surgiram os primeiros locais públicos de venda de café. Essas casas de café aparecem também em Constantinopla onde o sucesso é tão grande que os pregadores arengavam contra o Carvão, (café torrado) pedindo aos fiéis que abandonassem as casas de café e voltassem para as Mesquitas.

Daí, o café chega a Veneza, a bordo das naus dos comerciantes, onde é modificada a maneira de fazer o café, pois, aos venezianos, não agradava a maneira turca e eles alteram o preparo para adaptá-lo ao seu gosto: os grãos torrados, e moídos, são colocados num filtro aonde é derramada a água fervente sobre o pó que é filtrado. Essa maneira de preparar o café cai no gosto geral e o café vira moda na Itália e aparecem os salões de café, com instalações sofisticadas para reuniões de amigos; Carlo Goldoni, em 1750, faz a peça *La Bottega del Caffè* em sua homenagem. O café vai para a França e criam-se os saraus literários em torno do café. Até Luís XV era um apreciador e gostava de preparar o seu próprio café. Na Alemanha o sucesso é tão grande que Johann Sebastian Bach compõe, em 1732, a cantata *Kaffee-Kantate*: "Ah, como é doce o seu sabor! Delicioso como milhares de beijos, mais doce que vinho moscatel! Eu preciso de café ....". Na Inglaterra as *coffè houses* não se popularizam e se mantém a primazia incontestada do chá.

Em 1820 o químico alemão Friedlieb Runge isolou, no grão de café, o princípio ativo que ele batizou de cafeína, ou seja, algo encontrado no café. No séc. XIX a cafeína, (que aparece também no chá e cacau), é a droga que, segundo alguns, tornou o mundo moderno possível, pois ajudou o homem a se enquadrar no ritmo da luz elétrica permitindo o trabalho num ciclo dominado pelo relógio e não mais no ciclo primevo das estações do ano com sua alternância de noite e dia. No séc. XXI é a droga energética que conquistou o mundo e pelo consenso médico atual a cafeína interfere na adenosina que é o recurso químico natural do corpo humano que induz ao sono, pois estimula o sistema nervoso central e aprimora o desempenho físico, além de diminuir a dor, evitar as enxaquecas, reduzir os sintomas da asma e elevar o ânimo.

Os holandeses levam algumas mudas de café para o Sri Lanka e Java e, de lá, graças ao comércio das companhias holandesas, o café chega às Guianas aonde também chega pelas mãos dos franceses que começam a plantá-lo na Guiana Francesa e, para alguns, detém o mérito de tê-lo introduzido nas Américas graças ao comandante Desclieux que vem da França com várias mudas, que não resistem à longa travessia com exceção de uma única muda, que fora regada pelo comandante durante a viagem. Está preparado o cenário para a chegada do café no Brasil, com um toque de aventura galante, pois se diz que, em 1727, o sargento-mor português, Francisco de Mello Palheta consegue as mudas proibidas, graças ao apoio romântico de Madame d'Orvilliers que lhe dá sementes de cafeeiros escondidas do

marido, o Governador da Guiana Francesa, e que o oficial faz plantar no Pará. Algumas mudas são transportadas para o Maranhão onde se aclimatam esplendidamente, permitindo a exportação para Portugal onde é protegido por decreto de João V que determina que no reino, só entra café do Maranhão. É o incipiente início da formidável aventura econômica do ouro verde, do Brasil Império no século XIX, na província fluminense.

Entre 1760 e 1762 foi trazido, do norte para o Rio de Janeiro, pelo desembargador João Alberto de Castelo Branco, mudas de Café que ele ofereceu ao Governador Geral, Gomes Ribeiro de Andrade, Conde de Bobadella. Dessas mudas só 4 vingaram: uma na casa do Castelo Branco, outra no Convento de Santa Teresa, a terceira no Convento dos frades Barbadinhos, à rua dos Barbados e a última, na propriedade do holandês João Hopman. Das mudas plantadas pelas freiras de Santa Teresa, pelos frades Barbadinhos e de João Hopman saíram em 1780, às sementes para as plantações na zona rural da Corte, nas fazendas do Capão do Bispo, da Mendanha e Campo Grande.

O padre Antônio Lopes da Fonseca e D. Joaquim Justiniano, bispo do Rio de Janeiro, foram grandes difusores da cultura cafeeira; o 1º com extensa plantação em sua fazenda da Mendanha e o 2º distribuindo sementes para João Lopes, de São Gonçalo, subdistrito de Niterói e para o padre Couto, da localidade do Caminho de Campo Alegre que, mais tarde, passa a se chamar Rezende, onde o café foi largamente cultivado, a partir de 1783, nas regiões de Morro Redondo, Ponte Alta, e Taquaral. Em 1802, as escrituras já se referem à compra e venda de terras e cafezais como aparece na venda da fazenda Ribeirão Raso, feita por João Leite da Silva para Antônio Pereira Leite. Da fazenda de Antônio Bernardes Bahia, em Rezende, saíram às primeiras sementes para o início da cultura cafeeira em Bananal e Campinas, SP. Saint Hilaire relata que, em Macaé, se cultivava o café por dar menos trabalho que a cana de açúcar e exigir menos escravos.

Em 1810, ou 1812, D. João VI mandou vir d'África, sementes de café e as distribuiu entre os fidalgos que tinham terras no vale do Paraíba e norte de São Paulo. Ele mesmo, com as próprias mãos, dava os pequenos sacos com as sementes e estimulava o plantio, num gesto precursor de uma futura era de extraordinária riqueza para a província fluminense. Esse Rei português, tão injustiçado pela história oficial, presentira o potencial de desenvolvimento e a importância do Brasil para o futuro de seu reino.

Os presentes de sementes e mudas eram entregues por D. João VI aos fidalgos mais amigos; Bernardo Clemente Pinto, Conde de Nova Friburgo, com 2 mudas de café vindas de Java, trazidas por colonos suíços e Braz Carneiro Leão, Marquês de Baependy, e seu irmão José Inácio Nogueira da Gama, foram os que mais receberam as mudas entregues pelo Rei. José Inácio, 20 anos após, colhia em suas terras 18.000 arrobas de café.

Do êxito das plantações de Rezende vai o café para as Zonas da Baixada, Vale do Paraíba, e a zona monta-

nhosa do centro da província fluminense e começam a surgir os extensos campos verdejantes dos cafezais que, no apogeu do 2º Reinado, chegaram a conter 500 milhões de pés de café, o ouro verde.

O Embaixador Raul Fernandes, meu primo, que foi 2 vezes Ministro das Relações Exteriores (1946-51 e 1954-55), filho insígne de Vassouras, RJ, assim fala do café: "o café, no Vale do Paraíba, era uma das colunas mestras da economia do Império; as outras esteiavam-se nos canaviais de Campos da Bahia e de Pernambuco. A riqueza das 3 províncias não era só o dinheiro com que elas abasteciam o Tesouro Imperial, mas, também, as elites formadas na sua opulência para as artes, a ciência, a política e que deram, nas últimas décadas do Brasil monárquico, o maior contingente para o verniz de civilização com que elas brilham na história nacional". A primeira referência sobre a entrada de café na cidade do Rio de Janeiro consta de um almanaque manuscrito do acervo da Biblioteca Nacional que informa: Em 1792 entraram na cidade, tanto de fora como do Recôncavo, 160 arrobas de café.

A primeira remessa para o exterior só acontece em 1800, com a saída de 13 sacas de café. Em 1808, saem 8.000 sacas. Em 1810, exportam-se, 66.000 sacas. Em 1820, já são 97.000 sacas. Em 1830, são 484.000 sacas. Em 1840 temos 3.463.000 sacas de café que dão o impulso para Vassouras e Valença viverem o seu apogeu de quase ½ século de fausto, com um luxo e requinte inigualáveis na história do Brasil.

No 2º Reinado, foram plantadas novas espécies de cafeeiros: o bourbon, vindo da ilha do mesmo nome; o botucatu; o café amarelo; o guatemala; o maragogipe (com as mais altas cotações da praça, mas os pés tinham uma frutificação irregular e com carga menor) e o libéria (com rosetas muito espaçadas e poucos caroços em cada uma delas e com casca grossa e aquosa o que tornava a secagem do grão muito demorada) e, por último, o montanhas azuis.

De todas as espécies, a chamada crioulo, que viera da costa africana, foi sempre a favorita por ser mais resistente, de maior duração, e com a produção mais abundante e, junto com a espécie bourbon, se constituem em 90% das plantações da região, no ocaso do Império. O Cafeeiro é uma planta perene, isto é, uma vez bem tratada não precisa de plantio anual, produzindo continuamente por muitos anos e germina em vários tipos de terra, quando se evita a erosão. Em compensação, é frágil, sensível às geadas, aceita temperaturas limites de 5° a 33°, precisa de chuvas regulares, não produz imediatamente após o plantio, demora de 4 a 5 anos, necessita de muito mais capital inicial que a cana de açúcar e muita mão de obra para o seu trato.

Foi essa a rotina dos fazendeiros pioneiros da região fluminense: primeiramente, pôr a mata virgem abaixo, depois, plantar, colher, exportar. Depois produzir muito e dispendir pouco, consigo mesmo e com a família, apenas o estritamente necessário, o imprescindível, e assim conseguia-se alcançar a abundância. E, então, vinha o palacete nos fundos de uma extensa fila de palmeiras

imperiais, cercado de jardins, com capelão e mordomo como os barões medievais, porém, sem nunca esquecer a vida dura do passado que era sempre recordada com emoção, como nos relatos do 2º Barão do Rio das Flores, primo irmão de meu bisavô materno. As fazendas tinham, em média, 120 alqueires, sendo o alqueire equivalente a 48.400 m<sup>2</sup>. Para os grandes proprietários as fazendas tinham, em média, de 250 a 600 alqueires e os latifundiários possuíam 2 sesmarias, ou mais, que tinham, cada uma, a área em torno de 1 légua quadrada, que equivale a 4.356 hectares.

1727: o café chega ao Brasil, pelas mãos do sargento Francisco de Mello Palheta, com plantações no Pará, daí para o Maranhão, donde é exportado para Portugal protegido por decreto de D. João V que apenas permite o café do Maranhão em Portugal.

O apogeu da produção cafeeira fluminense foi de 1830 a 1875 e, nesses 45 anos, equivaleu, em média, a 65% da produção brasileira. Essa produção gerou uma extraordinária riqueza para os fazendeiros fluminenses que souberam aproveitá-la muito bem, construindo suas casas, como palácios rurais, e mantendo um trem de vida onde, o luxo, o requinte e o fausto eram os apanágios corriqueiros desses ricos fazendeiros que são a grande maioria dos Barões do Café, agraciados por D. Pedro II no 2º Reinado, (1840-1889). São eles que financiam a guerra contra o Paraguai e são o esteio do Império se constituindo numa aristocracia genuinamente rural, de caráter imperial. Eles são consequência direta do estímulo premonitório de D. João VI, distribuindo as sementes que mandara vir d'África e da facilidade com que a planta se desenvolve, inicialmente, nas terras de Rezende e daí, para o Vale Fluminense. Oliveira Viana assim descreve o patriciado fluminense:

Não tinha esse, o fluminense, nem o orgulho do paulista, nem o democratismo do mineiro. Era mais fino, mais polido, mais socialmente culto pela proximidade, convívio e hegemonia da Corte, cuja ação o absorve. O polimento urbano lhe corrigiu a rusticidade e pela finura, pelo senso do meio-termo, acabou por desempenhar, no Sul, o papel dos atenienses da política e das letras.

A fazenda de café fora indispensável àquele resultado de elegância espiritual e polimento urbano. Dos meados dos oitocentos, sobressaem já os proprietários enriquecidos pela lavoura cafeeira. Eram palacetes cercados por jardins, prados à entrada, com pequenos lagos com renques de palmeiras imperiais soberbas que conduziam os visitantes à porta do solar.

A rotina da vida numa fazenda de café começava cedo, antes das 5 horas acordando as pessoas e predispondo-as para a jornada. As festas são memoráveis. Delas participam convidados da corte e vizinhos, também proprietários. Os banquetes tinham uma vintena de pratos diferentes, com vinhos raros, importados da França, que eram guardados nas adegas das casas, algumas famosas como a do Visconde do Rio Preto, em sua imponente fazenda Paraíso, a joia de Valença que é

emblemática como referência histórica para o período do fausto cafeeiro da região fluminense:

Em uma rua de 400 metros, ladeada por palmeiras imperiais que se abrem no final, em gracioso semicírculo, encontra-se o palacete com a placidez de um solar. Dentro resplandece o luxo, no estilo do mobiliário, na pureza dos cristais e dos espelhos, nas finas tapeçarias, na sobriedade dos damascos, nas pratarias lavradas. Galerias de quadros de valor, museu de raridades, tudo continha a Paraíso do Visconde. Há no térreo: 2 salões, de bilhar e de visitas, 4 quartos, escritório, biblioteca, sala de almoço, copa, salão de costura, capela e várias dependências: banheiros, dispensa e cozinha. No sobrado, salão de recepções, alcançado por majestosa escada (cujos lados no térreo são ornamentados por dois negros de bronze, de tamanho natural, sustentando nas mãos ricos candelabros) e que bifurca para a esquerda e direita, há ainda, sala de armas, sala de jantar, vasto dormitório, alcova, 20 quartos para hóspedes e vários banheiros. Na fazenda trabalhavam 500 escravos e havia uma banda de música com 50 figuras. A casa começou a ser construída em 1845 e tinha iluminação a gás que só chegou a São Paulo em 1870. Domingos Custódio Guimarães, nascido em 1800, 1o Barão de Rio Preto a 6/12/1854 e Visconde do Rio Preto a 14/3/1867, é um perfeito exemplo do grand seigneur do patriciado fluminense. Ele ficara riquíssimo no comércio da carne mineira para a cidade do Rio de Janeiro com o seu sócio João Francisco de Mesquita, Marquês de Bonfim em 1872 que foi um dos signatários, quando era Visconde, do atestado para Pedro II recomendando João Gualberto de Carvalho a receber o título de 1o Barão de Cajuru, em 1860. Desfeita a sociedade, resolveu investir em terras para o plantio de café. Para tal, mandou o seu sobrinho, Joaquim Custódio Guimarães, procurar fazendas e foram compradas 13 fazendas: Sta. Quitéria, Montacavalo, Mirante, São Bento, Sta. Genoveva, Jequitibá, Criméia, São Leandro, São Policarpo, União, São José, e 2 mais, compradas de João Pedro Maynard (que fora companheiro de Dom Pedro I e Dom Miguel, nas farras da juventude), a Loanda e a Paraíso, que foi comprada por indicação de Domingos Antônio, (futuro sogro de Joaquim) que é filho de João Ribeiro do Valle, o qual é irmão do meu 6o avô, Felisberto Ribeiro do Valle, ambos netos de André do Valle Ribeiro. As fazendas do Visconde produziam 60.000 arrobas de café o que daria com a saca vendida ao preço médio de R\$ 150 e com o US\$ a R\$ 3, um resultado anual de US\$ 735.000, uma fortuna para o custo de vida da época!. Com a morte do Visconde a 7/7/1868, que deixa uma fortuna de 4.000 contos de réis, (equivalentes a 3.600 kg. de ouro ou R\$ 140 milhões, considerando a gr. de ouro a R\$ 39), as fazendas vão para seu filho, o 2o Barão de Rio Preto a 23/09/1874 que é casado com uma filha do marquês de Bonfim, que mantém a Paraíso até sua morte em 1876. Seu filho, Domingos, a mantém até 1895, quando a vende para o sogro, o Barão d'Aliança, (sobrinho do 1o Barão do Rio das Flores que é cunhado de João Antônio de Avellar e Almeida e Silva, meu bisavô), que a

mantém até 1912, quando a vende para o Major Galileu Belfort de Arantes, sobrinho do Visconde de Arantes meu tio trisavô e neto do 1o Barão de Cabo Verde, meu tio tetravô, Antônio Belfort de Arantes e sua mulher, Maria Custódia Ribeiro do Valle que é irmã de Ana Inácia Ribeiro do Valle, mulher de João Gualberto de Carvalho, 1o Barão de Cajuru a 30/06/1860, meus tetravós. Hoje a Paraíso não é mais de café, mas de gado leiteiro e ainda mantém muito do seu esplendor inicial, que tanta admiração causou em Taunay e no Conde d'Eu, e se mantém nas mãos de Arantes, trinetos do 1o Barão de Cabo Verde.

O desgosto dos proprietários, novos e antigos, diante dessa feroz decadência teve outra consequência, mais fundamentalmente prejudicial à lavoura: os fazendeiros do Império moravam em suas fazendas, nelas procuravam ter todo conforto e vangloriavam-se da sua profissão; posteriormente não. Os que podiam iam morar nas cidades, colocando administradores em seu lugar, um filho, um genro, um estranho, frequentemente incompetente e indiferente à terra. Desapareceram os antigos predicados que caracterizavam os velhos fazendeiros: a rija resistência, a tenacidade, as ambições de um título nobiliárquico; o amor apaixonado àquele pedaço de terra. Os fazendeiros do Império tinham orgulho de sua profissão, recebida como um legado que deviam honrar, como seus pais e seus avós fizeram percorrendo com orgulho, prazer e alegria as suas terras.

A decadência expulsa do lugar os proprietários, eles "queimam" suas fazendas de terras exaustas por qualquer preço aviltante e as famílias se dispersam e, com o passar do tempo, esmaece e acaba a memória deste passado, o conhecimento desta época de fausto e requinte, que teve uma qualidade inigualada em qualquer outra província brasileira nos 67 anos do Império.

Há uma correspondência, inequívoca, entre a força da província fluminense com o seu poderio econômico alicerçado no café, e a força do Império Brasileiro dos Braganças, pois enquanto a província foi poderosa o Império brilhou e quando a província enfraquece o Império acaba.

Hoje a região fluminense de Vassouras e Valença é uma sombra do que foi, não mais se avistam os extensos cafezais, os palacetes das cidades estão em ruínas e as poucas soberbas sedes de fazenda que resistiram à decadência e aos cupins estão, todas, nas mãos de novos proprietários que, em alguns casos, fizeram intervenções, restaurando parte do esplendor do passado, porém em outros casos, nada foi feito e as sedes estão em plena decadência, arfando nos estertores finais de uma centenária trajetória que conheceu um formidável tempo de prestígio e glória para a sociedade agrária brasileira. O governo estadual deveria valorizar essa região cujo potencial de atração é imenso e transformá-la em uma área de preservação histórica, e vigoroso polo turístico-cultural, para o turista estrangeiro, principalmente o europeu, que já conhece e admira essas casas solarengas desde o século XIX, nesta região que pode ser chamada, sem exagero, de Vale do Loire Brasileiro.

## 14. POLÍTICA INTERNA E EXTERNA DA REPÚBLICA VELHA

### REPÚBLICA VELHA

A República Velha está subdividida em dois períodos. A República da Espada, momento da consolidação das instituições republicanas, e a República Oligárquica, onde as instituições republicanas são controladas pelos grandes proprietários de terras.

#### PARTE I - A REPÚBLICA DA ESPADA (1891/1894)

Período inicial da história republicana onde o governo foi exercido por dois militares, devido o temor de uma reação monárquica. Momento de consolidação das instituições republicanas. Os militares presidentes foram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

##### Governo Deodoro da Fonseca

**O governo de Deodoro da Fonseca é dividido em dois momentos, o governo provisório e o governo constitucional.**

##### Governo provisório (1889/1891)

Período que vai da proclamação da República em 15 de novembro de 1889 até a elaboração da primeira constituição republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Entre as principais medidas do governo provisório estão a extinção da vitaliciedade do Senado, a dissolução da Câmara dos Deputados, a supressão do Conselho de Estado, extinção do Padroado e do beneplácito, a separação entre Igreja e Estado, a transformação das províncias em estados, o banimento da Família Real.

Além disto, estabeleceu-se à liberdade de culto, a secularização dos cemitérios, criação do Registro Civil - para legalizar nascimentos e casamentos - a grande naturalização, ou seja, todo estrangeiro que vivia no Brasil adquiriu nacionalidade brasileira, e foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, responsável pela elaboração da primeira constituição republicana do Brasil.

##### A constituição de 1891

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte evidenciaram-se as divergências entre os republicanos. Havia o projeto de uma república liberal - defendido pelos cafeicultores paulistas - grande autonomia aos estados (federalismo); garantia das liberdades individuais; separação dos três poderes e instauração das eleições. Este projeto visava a descentralização administra-

tiva, tornando o poder público um acessório ao poder privado - marcante ao longo da República Velha.

O outro projeto republicano era inspirado nos ideais da Revolução Francesa, o período da Convenção Nacional e a instalação da Primeira República Francesa. Este ideal era conhecido como república jacobina, defendida por intelectuais e pela classe média urbana. Exaltavam a liberdade pública e o direito do povo discutir os destinos da nação.

Por fim, inspirada nas ideias de Augusto Comte, com bastante aceitação dentro do exército brasileiro, o projeto de uma república positivista. O seu ideal era o progresso dentro da ordem, cabendo ao Estado o papel de garantir estes objetivos. Este Estado teria de ser forte e centralizado.

Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a segunda Constituição brasileira, e a primeira republicana. O projeto de uma república liberal foi vencedor.

#### Foram características da Constituição de 1891:

- instituição de uma República Federativa, onde os Estados teriam ampla autonomia econômica e administrativa;

- separação dos poderes em Poder Executivo, exercido pelo presidente eleito para um mandato de quatro anos (sem direito à reeleição), e auxiliado pelos ministros; o Poder Legislativo, exercido pelo Congresso Nacional, formado pela Câmara de Deputados (eleitos para um mandato de três anos, sendo seu número proporcional à população de cada Estado) e pelo Senado Federal, com mandato de 9 anos, a cada três anos um terço dele seria renovado; o Poder Judiciário, tendo como principal órgão o Supremo Tribunal Federal.

- o voto era descoberto (não secreto), direto e universal aos maiores de 21 anos. Proibido aos soldados, analfabetos, mendigos e religiosos de ordens monásticas.

- ficava estabelecida a liberdade religiosa, bem como os direitos e as garantias individuais.

A Constituição de 1891 foi fortemente influenciada pelo modelo norte-americano, sendo adotado o nome de República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Nas "disposições transitórias" da Constituição ficava estabelecido que o primeiro presidente do Brasil não seria eleito pelo voto universal, mas sim pela Assembleia Constituinte.

#### O encilhamento

Além da elaboração da Constituição de 1891, o governo provisório de Deodoro da Fonseca foi marcado uma política econômica e financeira, conhecida como Encilhamento. Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, procurou estimular a industrialização e a produção agrícola.

Para atingir estes objetivos, Rui Barbosa adota a política emissionista, ou seja, o aumento da emissão do papel-moeda, com a intenção de aumentar a moeda em circulação.

O ministro facilitou o estabelecimento de sociedades anônimas fazendo com que boa parte do dinheiro em circulação não fosse aplicada na produção, mas sim na especulação de títulos e ações de empresas fantasmas.

A especulação financeira provocou uma desordem nas finanças do país, acarretando uma enorme desvalorização da moeda, forte inflação e grande número de falências. Deve-se ressaltar que a burguesia cafeeira não via com bons olhos esta tentativa de Rui Barbosa em industrializar o Brasil, algo que não estava em seus planos.

### **Governo constitucional (1891).**

Após a aprovação da Constituição de 1891, Deodoro da Fonseca - eleito pela Assembleia - permaneceu no poder, em parte devido às pressões dos militares aos cafeicultores.

A eleição pela Assembleia revelou os choques entre os republicanos positivistas (que postulavam a ideia de golpe militar para garantir o "continuismo") e os republicanos liberais.

O candidato destes era Prudente de Moraes, tendo como vice-presidente o marechal Floriano Peixoto. Como o voto na Assembleia não era vinculado, Floriano Peixoto foi eleito vice-presidente de Deodoro da Fonseca.

O novo governo, autoritário e centralizador entraram em choque com o Congresso Nacional, controlado pelos cafeicultores, e com militares ligados a Floriano Peixoto. Deodoro da Fonseca foi acusado de corrupção e o Congresso votou o projeto da Lei das Responsabilidades, tornado possível o impeachment de Deodoro.

Esse, por sua vez, vetou o projeto, fechou o Congresso Nacional, prendeu líderes da oposição e decretou estado de sítio. A reação a esse autoritarismo foi imediata e inesperada, ocorrendo uma cisão no interior do Exército. Uma greve e trabalhadores, contrários ao golpe, em 22 de novembro no Rio de Janeiro, e a sublevação da Marinha no dia seguinte liderada pelo almirante Custódio José de Melo – em que os navios atracados na baía da Guanabara apontaram os canhões para a cidade, exigindo a reabertura do Congresso - forçaram Deodoro da Fonseca a renunciar à Presidência, sendo substituído pelo seu vice-presidente, Floriano Peixoto.

### **Governo Floriano Peixoto (1891-1894)**

Adepto do republicanismo radical, o "florianismo" virou sinônimo de "jacobinismo". Foi um defensor da força para garantir e manter a ordem republicana, recebendo o apelido de "Marechal de Ferro".

Floriano reabriu o Congresso Nacional, suspendeu o estado de sítio e tomou medidas populares, tais como a redução do valor dos aluguéis das moradias populares e suspendeu a cobrança do imposto sobre a carne vendida no varejo. Essas medidas, porém, estavam restritas à cidade do Rio de Janeiro. Seu governo também incentivou a indústria, através do estabelecimento de medidas protecionistas - evidenciando o nacionalismo dos republicanos radicais.

No entanto, este caráter nacionalista de Floriano Peixoto era mal visto no exterior, o que podia dificultar as exportações de café e os interesses dos cafeicultores. O início da oposição a Floriano partiu em abril de 1892, quando foi publicado o Manifesto dos Treze Gerais, acusando o governo de ilegal e exigindo novas eleições.

Pela Constituição de 1891, em seu artigo 42, caso o Presidente não cumprisse a metade do seu mandato, o vice-presidente deveria convocar novas eleições. Floriano não acatou as determinações do artigo, alegando ter sido eleito de forma indireta. Os oficiais que assinaram o manifesto foram afastados e presos por insubordinação. Paralelamente, o Rio Grande do Sul foi palco de uma guerra civil, envolvendo grupos oligárquicos pelo controle do poder político, os Federalistas (maragatos), liderados por Gaspar Silveira Martins, contra os castilhistas (pica-paus), chefiados por Júlio de Castilhos, que controlavam a política do Estado de maneira centralizada.

Floriano interveio no conflito, denominado Revolução Federalista em favor de Júlio de Castilhos. O apoio de Floriano aos castilhistas fez com que a oposição apoiasse os maragatos. Em setembro de 1893, na cidade do Rio de Janeiro, eclode a Segunda Revolta da Armada, liderada pelo almirante Custódio de Melo. A revolta da Armada fundiu-se com a Revolução Federalista. A repressão aos dois movimentos foi extremamente violenta. Após três anos de governo, enfrentando com violência as oposições, Floriano Peixoto passa a presidência à Prudente de Moraes, tendo início à República das Oligarquias.

## **PARTE II - A REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS (1894/1930)**

As oligarquias eram constituídas por grandes proprietários de terra e que exerciam o monopólio do poder local. Este período da história republicana é caracterizada pela defesa dos interesses destes grupos, particularmente da oligarquia cafeeira. Os grupos oligárquicos vão garantir a dominação política no país, através do coronelismo, do voto do cabresto, da política dos governadores e da política de valorização do café.

### **A política dos governadores**

Um acordo entre os governadores dos Estados e o governo central

Os governadores apoiavam o presidente, concordando com sua política. Em troca, o governo federal só reconheceria a vitória de deputados e senadores que representassem esses governadores.

Desta forma, o governador controlaria o poder estadual e o presidente da República não teria oposição no Congresso Nacional.

O instrumento utilizado para impedir a posse dos deputados da oposição foi a Comissão Verificadora de Poderes: caso um deputado da oposição fosse eleito para o Congresso, uma comissão, constituída por membros da Câmara dos Deputados, acusando fraude eleitoral, não entregava o diploma. O candidato da oposição sofria a chamada "degola".

No entanto, para manutenção de seu domínio político, no plano estadual, sob o apoio do governo central, as oligarquias estaduais usavam das fraudes eleitorais.

A política dos governadores foi iniciada na presidência de Campos Sales, e responsável pela implantação da chamada política do café-com-leite.

### **A política do café-com-leite**

Revezamento, no executivo federal, entre as oligarquias paulistas e mineiras.

O número de deputados federais era proporcional à população dos Estados. Desta forma, os estados mais populosos - São Paulo e Minas Gerais - tinham maior número de representantes no Congresso.

### **Coronelismo e voto do cabresto**

O sistema político da República Velha estava assentado nas fraudes eleitorais, visto que o voto não era secreto. O exercício da fraude eleitoral ficava a cargo dos "coronéis", grandes latifundiários que controlavam o poder político local (os municípios).

Exercendo um clientelismo político (troca de favores) o grande proprietário controlava toda uma população ("curral eleitoral"), através do voto de cabresto. Assim, o poder oligárquico era exercido no nível municipal pelo coronel, no nível estadual pelo governador e, através da política do café-com-leite, o presidente controlava o nível federal.

### **A política de valorização do café.**

Durante a segunda metade do século XIX, até a década de 30, no século XX, o café foi o principal produto de exportação brasileiro. As divisas provenientes dessa exportação contribuíram para o início do processo de industrialização a partir de 1870.

Por volta de 1895, a economia cafeeira passou a mostrar sinais de crise. As causas desta crise estavam no excesso de produção mundial. A oferta, sendo maior que a procura, acarreta uma queda nos preços prejudicando os fazendeiros de café. Procurando combater a crise, a burguesia cafeeira, que possuía o controle do aparelho estatal, criou mecanismos econômicos de valorização do café.

Em 1906, na cidade de Taubaté, os cafeicultores criaram o Convênio de Taubaté - plano de intervenção do estado na cafeicultura, com o objetivo de promover a elevação dos preços do produto.

Os governadores dos estados produtores de café (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) garantiam a compra de toda a produção cafeeira com o intuito de criar estoques reguladores. O governo provocaria uma falta do produto, favorecendo a alta dos preços, e, em seguida vendia o produto. Os resultados desta política de valorização do café foram prejudiciais para a economia do país. Para comprar toda a produção de café, os governos estaduais recorriam a empréstimos no exterior, que seriam arcados por toda a população; além disso, caso a demanda internacional não fosse suficiente, os estoques excedentes deveriam ser queimados, causando prejuízos para o governo - que já havia pagado pelo produto.

Outro mecanismo da valorização do café foi à política cambial de desvalorização do dinheiro brasileiro em relação à moeda estrangeira. Para quem dependia da exportação - no caso, a burguesia cafeeira, semelhante política, atendia seus interesses: na hora da conversão da moeda estrangeira em moeda brasileira não havia perdas; porém, para quem dependia das importações - no caso a grande maioria dos brasileiros, visto que se importava quase tudo, principalmente gêneros alimentícios e roupas - esta política tornava os produtos estrangeiros muito mais caros.

A política de valorização do café, de forma geral, provoca o que se chamará de "socialização das perdas". Os lucros econômicos ficariam com a burguesia cafeeira e as perdas seriam distribuídas entre a população.

### **A Sucessão Oligárquica (1894/1930)**

#### **Prudente de Moraes (1894/1898)**

Seu governo foi marcado pela forte oposição dos florianistas. Adotou uma postura de incentivar a expansão industrial, mediante a adoção de taxas alfandegárias que dificultavam a entrada de produtos estrangeiros.

Essa política não agradou a oligarquia cafeeira, reclamando incentivos somente para o setor rural. O principal acontecimento de seu governo foi à eclosão da Guerra de Canudos, entre 1896 e 1897, no interior da Bahia. As causas deste movimento são encontradas no latifúndio de caráter monocultor - voltado para atender os interesses do mercado externo. O predomínio do latifúndio acentua a miséria da população sertaneja e a fome. O movimento de Canudos possui um cunho religioso (messianismo). Antônio Conselheiro, pregando a salvação da alma, fundou o arraial de Canudos, às margens do rio Vaza-Barris.

Canudos possuía uma população de, aproximadamente, 20 mil habitantes. Dedicavam-se às pequenas plantações e criação de animais para a subsistência. O arraial de Canudos não agradava à Igreja Católica, que perdia fiéis; nem aos latifundiários, que perdiam mão-de-obra. Sob a acusação de o movimento ser monarquista, o governo federal iniciou uma intensa campanha militar.

A Guerra de Canudos é objeto de análise de Euclides da Cunha, em sua obra "Os Sertões".

### **Campos Sales (1898/1902)**

Em seu governo procurou reorientar a política econômica para atender os interesses das oligarquias rurais: café, algodão, borracha, cacau, açúcar e minérios.

Adotando o princípio de que o Brasil era um país essencialmente agrícola, o apoio à expansão industrial foi suspenso. Já em seu governo, a inflação e a dívida externa eram problemas sérios.

Seu ministro da Fazenda, Joaquim Murinho, deu início ao chamado saneamento financeiro: política deflacionista visando à valorização da moeda. Além do corte de crédito à expansão da indústria, o governo deixou de emitir moeda e criou novos impostos, aumentando os que já existiam. Procurou-se uma redução dos gastos públicos e foi adotada uma política de arrocho salarial.

Outra medida para o equilíbrio econômico foi o funding-loan, acordo de negociação da dívida externa: o Brasil teria um novo empréstimo; suspensão, por 13 anos do pagamento das dívidas e de 63 para liquidar as dívidas. Para conseguir apoio do Congresso na adoção do saneamento financeiro, Campos Sales colocou em funcionamento a política dos governadores.

### **Rodrigues Alves (1902/1906)**

Período conhecido como "quadriênio progressista", marcado pela modernização dos portos, ampliação da rede ferroviária e pela urbanização da cidade do Rio de Janeiro - preocupação de seu prefeito, Pereira Passos.

Houve também a chamada Campanha de Saneamento, dirigida por Osvaldo Cruz, buscando eliminar a febre amarela e a varíola. Para combater a varíola, foi imposta a vacinação obrigatória, provocando um descontenta-

mento popular. Os opositores ao governo aproveitaram-se da situação, eclodindo a Revolta da Vacina.

No quadriênio de Rodrigues Alves foi aprovada a decisão do Convênio de Taubaté, visando à valorização do café. Destaque para o surto da borracha que ocorreu em seu governo.

A extração e exportação da borracha atendiam os interesses da indústria de pneumáticos e de automóveis. No entanto, a extração da borracha não se mostrou como alternativa ao café. Sua exploração apresentou um caráter de surto, de aproximadamente 50 anos. A economia da borracha provocou uma questão externa, envolvendo Brasil e Bolívia, a chamada Questão do Acre.

A solução veio com a assinatura do Tratado de Petrópolis, em que o Brasil anexou o Acre, pagando uma indenização de 2 milhões de libras para a Bolívia.

### **Afonso Pena (1906/1909)**

Implantação do plano para a valorização do café, em que o governo compraria toda a produção de café e armazenando-a, para depois vendê-la. Faleceu em 1909, tendo seu mandato presidencial terminado por Nilo Peçanha, seu vice-presidente.

### **Nilo Peçanha (1909/1910)**

Criação do Serviço de Proteção ao Índio, dirigido pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Seu curto governo foi marcado pela sucessão presidencial. De um lado, representando a máquina oligárquica, estava o candidato Hermes da Fonseca, de outro, como candidato da oposição, estava Rui Barbosa. O lema da campanha de Rui Barbosa era Campanha Civilista, visto que Hermes da Fonseca era marechal do exército.

Rui Barbosa defendia a reforma eleitoral com o voto secreto, a revisão constitucional e a elaboração do Código Civil. Apesar de grande votação, Rui Barbosa não venceu as eleições.

### **Hermes da Fonseca (1910/1914)**

Imposição da chamada Política das Salvações: intervenção federal para derrubar oligarquias oposicionistas, substituindo-as por outras que apoiassem a administração. Esta política de intervenção provocou a chamada Revolta de Juazeiro, ocorrida no Ceará, e liderada pelo padre Cícero.

Ainda em seu governo, na cidade do Rio de Janeiro, eclodiu a Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido, contra os castigos corporais e excesso de trabalho na Marinha. A rebelião militar foi duramente reprimida.

O seu governo foi marcado por uma acentuação da crise econômica - queda nas exportações do café e da borracha - levando o governo a realizar um segundo funding-loan.

### **Venceslau Brás (1914/1918)**

Em seu governo ocorre, no sul do país, um movimento social muito semelhante à Guerra de Canudos. O conflito, denominado Guerra do Contestado, apresentava como causas a miséria e a fome da população sertaneja, nas fronteiras de Santa Catarina e Paraná.

O movimento teve um caráter messiânico, pois liderado pelo "monge" João Maria. A exemplo de Canudos, o movimento foi duramente reprimido pelo governo. O principal evento, que marcou o quadriênio de Venceslau Brás, foi a Primeira Guerra Mundial (1914/18).

A duração da guerra provocou, no Brasil, um surto industrial. Esse processo está ligado à política de substituição de importações: já que não se conseguia importar nada, em virtude da guerra, o Brasil passou a produzir. Esse impulso à industrialização fez nascer uma burguesia industrial e o operariado. A classe operária, por sua vez, vivia em precárias condições, não possuindo salário mínimo, não tendo jornada de trabalho regulamentada, havia exploração do trabalho infantil e feminino. Muitos acidentes de trabalho aconteciam.

Contra este estado de coisas, a classe operária manifestou-se, através de greves. A maior delas ocorreu em 1917, sendo reprimida pela polícia. Aliás, a questão social na República Velha, ou seja, a relação capital/trabalho era vista como "caso de polícia". Até a década de 30 o movimento operário terá como bandeira os ideais do anarquismo e do anarco-sindicalismo.

### **Rodrigues Alves/ Delfim Moreira (1918/1919)**

O eleito em 1918 fora Rodrigues Alves que faleceu - gripe espanhola - sem tomar posse. Seu vice-presidente, Delfim Moreira, de acordo com o artigo 42 da Constituição Federal, marcou novas eleições. O vencedor do novo pleito foi Epitácio Pessoa.

### **Epitácio Pessoa (1919/1922)**

Seu governo é marcado pelo início de graves crises econômicas e políticas, responsáveis pela chamada Revolução de 1930. A crise econômica foi deflagrada com o início da queda - gradual e constante - dos preços das matérias primas no mercado internacional, por conta do final da Primeira Guerra Mundial.

O setor mais afetado no Brasil foi como não poderia deixar de ser, o setor exportador do café.

No plano militar, Epitácio Pessoa resolveu substituir ministros militares por ministros civis, em pastas ocupadas por membros das Forças Armadas. Para o Ministério da Marinha foi indicado Raul Soares, e para o Ministério da Guerra, Pandiá Calógeras. A nomeação causou descontentamento militar.

A oposição militar às oligarquias desencadeou o chamado Tenentismo.

O tenentismo foi um movimento que propunha a moralização do país, mediante o voto secreto e da centralização política. Teve um forte caráter elitista - muito embora suas propostas identificavam-se com os interesses das camadas médias do país.

Os tenentes julgavam-se os únicos capazes de solucionar os problemas do país: o chamado "ideal de salvação nacional".

O primeiro levante dos tenentes ocorreu em 05 de julho de 1922, episódio conhecido como Levante do Forte de Copacabana (os 18 do Forte). O motivo deste levante foi a publicação de cartas, cujos conteúdos, ofendiam o Exército.

O autor teria sido Artur Bernardes, recém-eleito presidente da República.

### **Artur Bernardes (1922/1926)**

Apesar do episódio das "cartas falsas", Artur Bernardes foi declarado vencedor em março de 1922. O descontentamento no meio militar foi muito grande. O levante do forte de Copacabana foi uma tentativa de impedir a sua posse.

No ano de 1924 uma nova revolta tenentista ocorre. Desta feita em São Paulo - Revolução Paulista de 1924. A reação do governo foi violenta, forçando os rebeldes a fugirem da cidade. Os revoltosos encontraram-se com outra coluna militar - gaúcha - é comandada por Luís Carlos Prestes.

Originou-se assim, a Coluna Prestes, que percorreu cerca de 25 mil quilômetros no interior do Brasil, denunciando os problemas da República Oligárquica. No ano de 1927 a Coluna foi desfeita, tendo a maioria dos líderes buscado refúgio na Bolívia.

O governo de Artur Bernardes foi palco da Semana de Arte Moderna, inaugurando o Modernismo no Brasil. A expansão industrial, o crescimento urbano, o desenvolvimento do operariado inspiraram os modernistas.

### **Washington Luís (1926/1930)**

#### **Governo marcado pela eclosão da Revolução de 1930.**

No ano de 1929, a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou, causando sérios efeitos para a economia mundial. A economia norte-americana fica arruinada, com pesadas quedas na produção, além da ampliação do desemprego.

A crise econômica nos EUA fez-se sentir em todo o mundo. Os efeitos da crise de 1929, para o Brasil, fizeram-se sentir com a queda brutal nos preços do café. Os fazendeiros de café pediram auxílio ao governo federal, que rejeitou, alegando que a queda nos preços do café seria compensada pelo aumento no volume das exportações, o que, aliás, não ocorreu.

No plano interno, em 1930, ocorriam eleições presidenciais. Washington Luís indicou um candidato paulista.

ta - Júlio Prestes, rompendo o pacto estabelecido na política do café-com-leite.

Os mineiros não aceitaram (Washington Luís representava os paulistas e, seguindo a regra, o próximo presidente deveria ser um mineiro, aliás, o governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada).

O rompimento da política do café-com-leite vai fortalecer a oposição, organizada na chamada Aliança Liberal. A Aliança Liberal era uma chapa de oposição, tendo Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice-presidente. Esta chapa contava com o apoio das oligarquias do Rio Grande do Sul, Paraíba e de Minas Gerais, além do Partido Democrático, formado por dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP).

O programa da Aliança Liberal vai de encontro aos interesses das classes dominantes marginalizadas pelo setor cafeeiro e, aumentando sua base de apoio, defendia a regulamentação das leis trabalhistas, a instituição do voto secreto e do voto feminino. Reivindicava a expansão da industrialização e uma maior centralização política. De quebra, propunha a anistia aos tenentes condenados, sensibilizando o setor militar.

Porém, mediante as tradicionais fraudes eleitorais, o candidato da situação, Júlio Prestes, venceu as eleições. A vitória do candidato situacionista provocou insatisfação das oligarquias marginalizadas, dos tenentes e da camada média urbana. Alguns tenentes, como Juarez Távora e João Alberto, iniciaram uma conspiração para evitar a posse de Júlio Prestes. Temendo que a conspiração pudesse contar com a participação popular, os líderes oligárquicos tomaram o comando do processo. "Façamos a revolução antes que o povo a faça", esta fala de Antônio Carlos Andrade, governador de Minas, sintetiza tudo.

O estopim do movimento foi o assassinato de João Pessoa. Em 03 de outubro, sob o comando de Góes Monteiro eclode a revolta no Rio Grande do Sul; em 04 de outubro foi à vez de Juarez Távora iniciar a rebelião na Paraíba.

Por fim, em 24 de outubro de 1930, temendo-se uma guerra civil, o alto-comando das Forças Armadas no Rio de Janeiro desencadeou o golpe, depondo Washington Luís, impedindo a posse de Júlio Prestes e formando uma junta pacificadora, composta pelos generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e pelo almirante Isaías Noronha. No dia 03 de novembro Getúlio Vargas era empossado, de forma provisória, como presidente da República.

## **15. A REVOLUÇÃO DE 1930 E A ERA VARGAS SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO DE 1930**

O movimento de 1930, apesar de sua complexa base social (oligarquias dissidentes, tenentes, camadas médias urbanas) não deve ser visto como uma ruptura na estrutura social, política e econômica do Brasil. A revolução não rompeu com o sistema oligárquico, houve tão somente uma substituição de oligarquias no poder. A

revolução de 30 colocou um novo governo comprometido com diversos grupos sociais. Sob este ponto de vista, pode-se dizer que o movimento de 1930 patrocinou um "rearranjo" do Estado brasileiro.

### **ERA VARGAS (1930/1945)**

A chamada Era Vargas está dividida em três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo.

O período inaugurou um novo tipo de Estado, denominado "Estado de compromisso", em razão do apoio de diversas forças sociais e políticas: as oligarquias dissidentes, classes médias, burguesia industrial e urbana, classe trabalhadora e o Exército.

Neste "Estado de compromisso" não existia nenhuma força política hegemônica, possibilitando o fortalecimento do poder pessoal de Getúlio Vargas.

### **Governo Provisório (1930/1934)**

#### **Aspectos políticos e econômicos**

No plano político, o governo provisório foi marcado pela Lei Orgânica, que estabelecia plenos poderes a Vargas.

O órgão legislativo foi extinto, até a elaboração de uma nova constituição para o país. Desta forma, Vargas exerce o poder Executivo e o Legislativo. Os governadores perderam seus mandatos – por força da Revolução de 30 – e em seus lugares os interventores federais (que eram escolhidos pelos tenentes).

A economia cafeeira receberá atenções por parte do governo federal. Para superar os efeitos da crise de 1929, Vargas criou o Conselho Nacional do Café, reeditando a política de valorização do café ao comprar e estocar o produto. O esquema provocou a formação de grandes estoques, em razão da falta de compradores, levando o governo a realizar a queima dos excedentes.

Houve um desenvolvimento das atividades industriais, principalmente no setor têxtil e no de processamento de alimentos. Este desenvolvimento explica-se pela chamada política de substituição de importações.

### **Revolução Constitucionalista de 1932**

Movimento ocorrido em São Paulo ligado à demora de Getúlio Vargas para reconstitucionalizar o país e a nomeação de um interventor pernambucano para o governo do Estado (João Alberto). Mesmo sua substituição por Pedro de Toledo não diminuiu o movimento. O movimento teve também como fator a tentativa da oligarquia cafeeira retomar o poder político. O movimento contou com apoio das camadas médias urbanas.

Formou-se a Frente Única Paulista, exigindo a nomeação de um interventor paulista e a reconstitucionalização imediata do país. Em maio de 1932 houve uma manifestação contra Getúlio que resultou na morte de

quatro manifestantes: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC). Iniciou-se a radicalização do movimento, sendo que o MMDC passou a ser o símbolo deste momento marcado pela luta armada. Após três meses de combate, as forças leais a Vargas forçaram os paulistas à rendição. Procurando manter o apoio dos paulistas, Getúlio Vargas acelerou o processo de redemocratização realizando eleições para uma Assembleia Constituinte que deveria elaborar uma nova constituição para o Brasil.

### A Constituição de 1934

Promulgada em 16 de novembro de 1934 apresentando os seguintes aspectos:

- A manutenção da República com princípios federativos;
- Existência de três poderes independentes entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário;
- Estabelecimento de eleições diretas para o Executivo e Legislativo;
  - As mulheres adquirem o direito ao voto;
  - Representação classista no Congresso (elementos eleitos pelos sindicatos);
  - Criado o Tribunal do Trabalho;
  - Legislação trabalhista e liberdade de organização sindical;
  - Estabelecimento de monopólio estatal sobre algumas atividades industriais;
  - Possibilidade da nacionalização de empresas estrangeiras;
  - Instituído o mandato de segurança, instrumento jurídico dos direitos do cidadão perante o Estado.

A Constituição de 1934 foi inspirada na Constituição de Weimar preservando o liberalismo e mantendo o domínio dos proprietários visto que a mesma não toca no problema da terra.

### Governo Constitucional (1934/1937)

Período marcado pelos reflexos da crise mundial de 1929: crise econômica, desemprego, inflação e carestia.

Neste contexto desenvolvem-se, na Europa, os regimes totalitários (nazismo e fascismo) – que se opunham ao socialismo e ao liberalismo econômico. A ideologia nazifascista chegou ao Brasil, servindo de inspiração para a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada pelo jornalista Plínio Salgado. Movimento de extrema direita, anticomunista, que tinha como lema "Deus, pátria, família". Defendia a implantação de um Estado totalitário e corporativo. A milícia da AIB era composta pelas "camisas verdes", que usavam de violência contra seus adversários. Os integralistas receberam apoio da alta burguesia, do clero, da cúpula militar e das camadas médias urbanas.

Por outro lado, o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora possibilitou a formação de um movimento de caráter progressista, contando com o apoio de liberais, socialista, comunistas, tenentes radicais e dos sindicatos – trata-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Luís Carlos Prestes, filiado ao Partido Comunista Brasileiro foi eleito presidente de honra. A ANL reivindicava a suspensão do pagamento da dívida externa, a nacionalização das empresas estrangeiras e a realização da reforma agrária. Colocava-se contra o totalitarismo e defendia a democracia e um governo popular. A adesão popular foi muito grande, tornando a ANL uma ameaça ao capital estrangeiro e aos interesses oligárquicos.

Procurando conter o avanço da frente progressista o governo federal - por meio da aprovação da Lei de Segurança Nacional – decretou o fechamento dos núcleos da ANL. A reação, por parte dos filiados e simpatizantes, foi violenta e imediata. Movimentos eclodiram no Rio de Janeiro, Recife, Olinda e Natal – episódio conhecido como Intentona Comunista.

### O golpe do Estado Novo

No ano de 1937 deveriam ocorrer eleições presidenciais para a sucessão de Getúlio Vargas. A disputa presidencial foi entre Armando de Sales Oliveira – que contava com o apoio dos paulistas e de facções de oligarquias de outros Estados. Representava uma oposição liberal ao centralismo de Vargas. A outra candidatura era a de José Américo de Almeida, apoiado pelo Rio Grande do Sul, pelas oligarquias nordestinas e pelos Partidos Republicanos de São Paulo e Minas Gerais.

Um terceiro candidato era Plínio Salgado, da Ação Integralista. A posição de Getúlio Vargas era muito confusa – não apoiando nenhum candidato. Na verdade a vontade de Getúlio era a de continuar no governo, em nome da estabilidade e normalidade constitucional; para tanto, contava com apoio de alguns setores da sociedade. O continuísmo de Vargas recebeu apoio de uma parte do Exército – Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra representavam a alta cúpula militar – surgindo a ideia de um golpe, sob o pretexto de garantir a segurança nacional.

O movimento de "salvação nacional" – que garantiu a permanência de Vargas no poder – foi a divulgação de um falso plano de ação comunista para assumir o poder no Brasil. Chamado de Plano Cohen, o falso plano serviu de pretexto para o golpe de 10 de novembro de 1937, decretando o fechamento do Congresso Nacional, suspensão da campanha presidencial e da Constituição de 1934. Iniciava-se o Estado Novo.

### O Estado Novo (1937/1945)

O Estado Novo – período da ditadura de Vargas – apresentou as seguintes características: intervencionismo do Estado na economia e na sociedade e uma centra-

lização política nas mãos do Executivo, anulando o federalismo republicano.

### **A Constituição de 1937**

Foi outorgada em 10 de novembro de 1937 e redigida por Francisco Campos. Baseada na constituição polonesa (daí o apelido de “polaca”) apresentava aspectos fascistas. Principais características:

- centralização política e fortalecimento do poder presidencial;
- extinção do legislativo;
- subordinação do Poder Judiciário ao Poder Executivo;
- instituição dos interventores nos Estados e uma legislação trabalhista.

A Constituição de 1937 eliminava a independência sindical e extinguiu os partidos políticos. A extinção da AIB deixou os integralistas insatisfeitos com Getúlio. Em maio de 1938, os integralistas tentaram um golpe contra Vargas – o Putsch Integralista – que consistiu numa tentativa de ocupar o palácio presidencial. Vargas reagiu até a chegada à polícia e Plínio Salgado precisou fugir do país.

### **Política Trabalhista**

O Estado Novo procurou controlar o movimento trabalhador através da subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho. Proibiram-se as greves e qualquer tipo de manifestação. Por outro lado, o Estado efetuou algumas concessões, tais como:

- o salário mínimo,
- a semana de trabalho de 44 horas,
- a carteira profissional,
- as férias remuneradas.

As leis trabalhistas foram reunidas, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regulamentando as relações entre patrões e empregados. A aproximação de Vargas junto à classe trabalhadora urbana originou, no Brasil, o populismo – forma de manipulação do trabalhador urbano, onde o atendimento de algumas reivindicações não interfere no controle exercido pela burguesia.

### **Política Econômica**

O Estado Novo iniciou o planejamento econômico, procurando acelerar o processo de industrialização brasileiro. O Estado criou inúmeros órgãos com o objetivo de coordenar e estabelecer diretrizes de política econômica. O governo interveio na economia criando as empresas estatais – sem questionar o regime privado.

As empresas estatais encontravam-se em setores estratégicos, como a siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional), a mineração (Companhia Vale do Rio Doce),

hidrelétrica (Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco), mecânica (Fábrica Nacional de Motores) e química (Fábrica Nacional de Álcalis).

### **Política Administrativa**

Procurando centralizar e consolidar o poder político, o governo criou o DASP (Departamento de Administração e Serviço Público), órgão de controle da economia. O outro instrumento do Estado Novo foi a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), que realizava a propaganda do governo.

O DIP controlava os meios de comunicação, por meio da censura. Foi o mais importante instrumento de sustentação da ditadura que, ao lado da polícia secreta, comandada por Filinto Muller, instaurou no Brasil o período do terror: prisões, repressão, exílios, torturas etc...

Como exemplo de propaganda, tem-se a criação da Hora do Brasil – que difundia as realizações do governo; o exemplo do terror fica por conta do caso de Olga Benário, mulher de Prestes, que foi presa e deportada para a Alemanha (grávida). Foi assassinada num campo de concentração.

## **16. A 2ª GUERRA MUNDIAL**

### **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**

Devido a pressões – internas e externas – Getúlio Vargas rompeu a neutralidade brasileira, em 1942, e declarou guerra ao Eixo (Alemanha, Itália, Japão). A participação do Brasil foi efetiva nos campos de batalha mediante o envio da FEB (Força Expedicionária Brasileira) e da FAB (Força Aérea Brasileira).

A participação brasileira na guerra provocou um paradoxo político: externamente o Brasil luta pela democracia e contra as ditaduras, internamente há ausência democrática em razão da ditadura.

Esta situação, somada à vitória dos aliados contra os regimes totalitários, favorece o declínio do estado Novo e amplia as manifestações contra o regime.

## **17. A POLÍTICA NO BRASIL PÓS-1945**

### **O Fim do Estado Novo**

Em 1943, Vargas prometeu eleições para o fim da guerra; no mesmo ano, houve o Manifesto dos Mineiros, onde um grupo de intelectuais, políticos, jornalistas e profissionais liberais pediam a redemocratização do país.

Em janeiro de 1945, o Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores exigia a liberdade de expressão e eleições. Em fevereiro do mesmo ano, Vargas publicava um ato adicional marcando eleições presidenciais para 2 de dezembro.

Para concorrer às eleições, surgiram os seguintes partidos políticos:

- UDN (União Democrática Nacional) - Oposição liberal a Vargas e contra o comunismo. Tinha como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes;

- PSD (Partido Social Democrático) – era o partido dos interventores e apoiava a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra;

- PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – organizado pelo Ministério do Trabalho e tendo como presidente Getúlio Vargas. Apoiava, junto com o PSD, Eurico Gaspar Dutra;

- PRP (Partido de Representação Popular) – de ideologia integralista e fundado por Plínio Salgado;

- PCB (Partido Comunista Brasileiro) – tinha como candidato o engenheiro Yedo Fiúza.

Em 1945 houve um movimento popular pedindo a permanência de Vargas – contando com o apoio do PCB. Este movimento ficou conhecido como Queremismo, devido ao lema da campanha “Queremos Getúlio”.

O movimento popular assustou a classe conservadora, temendo a continuidade de Vargas no poder. No dia 29 de outubro foi dado um golpe, liderado por Goés Monteiro e Dutra. Vargas foi deposto sem resistência.

O governo foi entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal. Em dezembro de 1945 foram realizadas as eleições com a vitória de Eurico Gaspar Dutra.

## 18. A REPÚBLICA POPULISTA

A década de 30 trouxe profundas mudanças na estrutura social e econômica brasileiras. Houve um avanço na industrialização brasileira, grande desenvolvimento urbano – com aumento da população. O urbanismo favoreceu o crescimento da burguesia industrial, da classe média e do proletariado. O fortalecimento destas novas forças sociais trouxe uma mudança no aparelho estatal: a permanência do populismo, transformado em prática política costumeira com o intuito de conquistar o apoio das massas – principalmente a urbana. O fenômeno do populismo consiste, enfim, na manipulação – por parte do Estado ou dos políticos – dos interesses da classe trabalhadora. O período que vai de 1945 (fim do Estado Novo) até 1964 (governos militares) apresentou as características acima.

### Governo de Eurico Gaspar Dutra (1946/1951)

Marcado pela aliança político PSD/PTB apresentou aspectos conservadores. Em setembro de 1946 foi promulgada uma nova constituição, onde se manteve a república presidencialista e o princípio federativo.

Foram instituídos o voto secreto e universal e a divisão do estado em três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Externamente seu governo foi marcado pela

aproximação com os Estados Unidos – início da guerra fria e a opção brasileira pelo capitalismo. Como reflexo desta política, houve o rompimento das relações diplomáticas com a União Soviética e o Partido Comunista foi colocado na ilegalidade.

No plano interno, Dutra procurou colocar em prática o primeiro planejamento global da economia brasileira, o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia). Houve a pavimentação da rodovia Rio-São Paulo e a instalação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Verificou-se uma enorme inflação, em razão do aumento da emissão de papel-moeda.

Ao mesmo tempo elevava-se o preço do café e das matérias-primas, auxiliando a balança comercial brasileira.

### Governo de Getúlio Vargas (1951/1954)

A Segunda presidência de Vargas foi marcada pelo nacionalismo e pelo intervencionismo estatal na economia, trazendo insatisfações ao empresariado nacional e ao capital internacional. No ano de 1951 o nacionalismo econômico de Vargas efetivou-se no projeto de estabelecer o monopólio estatal do petróleo.

Esse programa, que mobilizou boa parte a população brasileira tinha como slogan “O Petróleo é nosso”, resultando na criação da Petrobrás – empresa estatal que monopolizou a exploração e o refino do petróleo no Brasil.

Vargas planejava também a criação da Eletrobrás, com o objetivo de monopolizar a geração e distribuição de energia elétrica. Propôs, no ano de 1954, um reajuste de 100% no salário mínimo, como forma de compensar as perdas salariais, em virtude da inflação.

A aplicação de uma política nacionalista, bem como a aproximação de Vargas à classe trabalhadora, preocupava a classe dominante. Temia-se a criação de uma República Sindicalista, como na Argentina de Perón.

O líder da oposição a Vargas era o jornalista Carlos Lacerda, que denunciava uma série de irregularidades do governo; Lacerda também era o porta-voz dos setores ligados ao capital estrangeiro. Neste contexto ocorreu o atentado da Rua Toneleiros, uma tentativa de assassinar Carlos Lacerda. No episódio foi morto o major da aeronáutica Rubens Vaz.

Os resultados da investigação apontaram que Gregório Fortunato - principal guarda-costas do presidente como o responsável pelo acontecimento. Embora nunca tivesse ficado provada a participação de Getúlio Vargas no episódio, este foi acusado pelos opositores como o mandante do atentado. Em 23 de agosto o vice-presidente, Café Filho rompeu com o presidente; no mesmo dia, o Exército divulgou um manifesto exigindo a renúncia de Vargas.

Na madrugada de 24 de agosto, Getúlio Vargas suicidou-se com um tiro no coração.

### **Governo de Café Filho (1954/1955)**

Após a morte de Vargas, Café Filho – vice de Vargas assumiu o poder. Nas eleições de 1956, o candidato da aliança PSD-PTB – Juscelino Kubitschek – venceu.

O período de governo de Café Filho apresentou uma crise política quando o coronel Bizarria Mamede, da Escola Superior de Guerra, proferiu um discurso contra a posse de JK. O então Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, resolveu punir o coronel – ferindo a hierarquia, pois a punição deveria ser dada pelo presidente da República – ao qual o ministro era subordinado.

Café Filho foi afastado da presidência, por motivos de saúde, assumindo o presidente da Câmara de Deputados, Carlos Luz. Esse era do PSD, da ala conservadora, e inimigo político de Juscelino. Carlos Luz resolveu não punir o general Mamede – tornando-se cúmplice de suas declarações e forçando o pedido de demissão do general Lott.

Ficava clara a tentativa de um golpe e Henrique Lott, um defensor da legalidade constitucional e da posse dos candidatos eleitos, antecipou-se aos golpistas. Lott não assinou o pedido de demissão e organizou um contragolpe. Ordenou que as tropas fossem às ruas, reassumiu o poder e afastou Carlos Luz da presidência.

A presidência foi entregue ao presidente do Senado, Nereu Ramos, que governou até a posse de Juscelino Kubitschek (31/01/56).

### **Governo de Juscelino Kubitschek (1956/1961)**

Governo marcado pelo grande desenvolvimento econômico. Política econômica delineada pelo Plano de Metas, que tinha como lema “Cinquenta anos de progresso em cinco de governo”.

A realização do Plano de Metas resultou na expansão e consolidação do “capitalismo associado ou dependente” brasileiro, pois o processo de industrialização ocorreu em torno das empresas estrangeiras (as multinacionais). Estas empresas controlaram os setores chaves da economia nacional – maquinaria pesada, alumínio, setor automobilístico, construção naval – ocasionando a desnacionalização econômica.

A política econômica de JK acarretou um processo inflacionário, em razão da intensa emissão monetária, e a política de abertura ao capital estrangeiro resultou em remessas de lucros e royalties ao exterior.

O período de JK foi marcado, também, pela construção de Brasília, pela criação da Sudene (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste). A era JK foi também marcada por crises políticas, ocorrendo duas tentativas de golpe: o levante de Jacareacanga e o de Aragarças – insurreições por parte de alguns militares.

No final de seu governo a dívida externa brasileira aumentou consideravelmente, levando o país a recorrer ao FMI e ao seu receituário. Em 1960 houve eleições e

Jânio da Silva Quadros, então governador de São Paulo foi o vencedor, tendo como partido político a UDN e como vice-presidente João Goulart, da coligação PSD/PTB.

### **Governo de Jânio Quadros (1961)**

Jânio Quadros assume a presidência em um contexto de grave crise financeira: intensa inflação, crescimento da dívida externa e déficit na balança de pagamentos. Visando restabelecer o equilíbrio financeiro do país, Jânio realizou um reajuste cambial, restringiu os créditos, incentivou as exportações e congelou os salários. Iniciou a apuração de denúncias de corrupção administrativa e nomeou uma comissão para definir a limitação da remessa de lucros para o exterior.

No campo externo, Jânio Quadros procurou estabelecer uma política externa independente dos Estados Unidos: aproximou-se dos países socialistas ao restabelecer as relações diplomáticas com a União Soviética, enviou o vice-presidente à China e prestigiou a Revolução Cubana, ao condecorar com a Ordem do Cruzeiro do Sul um de seus líderes, Ernesto “Che” Guevara. Semelhantes atitudes preocuparam os norte-americanos e a classe dominante nacional.

A oposição ao governo tinha em Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, seu principal representante e que articulava um golpe de estado. Sem apoio político, Jânio acabou renunciando no dia 25 de agosto de 1961 – após sete meses de governo. Sua renúncia nunca foi satisfatoriamente explicada. A renúncia gerou uma grave crise política envolvendo a posse, ou não, de seu vice-presidente João Goulart.

### **Governo de João Goulart (1961/1964)**

João Goulart – cujo apelido nos meios sindicais era Jango – não era bem visto pela elite nacional e pelas Forças Armadas. Era tido como agitador e com tendências comunistas. Representava uma ameaça a “segurança nacional” trazendo risco às instituições democráticas do país. Sob estas alegações, os ministros militares pediram ao Congresso Nacional a permanência de Raniere Mazzilli na presidência que assumiu interinamente visto que Jango estava na China.

Contra a tentativa de golpe, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e cunhado de João Goulart liderou a chamada “campanha de legalidade”, que buscava garantir a posse de João Goulart. Para conciliar as duas correntes – favorável e contra a posse – o congresso Nacional aprovou um ato adicional em 02 de setembro de 1961, estabelecendo o sistema parlamentarista no Brasil.

Com o parlamentarismo os poderes do presidente foram limitados sendo que o primeiro-ministro é que governaria de fato. O primeiro a ser eleito a exercer tal função foi Tancredo Neves. Diante do fracasso do par-

lamentarismo foi convocado um plebiscito para decidir sobre a manutenção ou não do regime.

O resultado foi à volta do presidencialismo (06/01/63). Inicia-se uma segunda fase do governo de João Goulart marcada pela execução do chamado Plano Trienal, que buscava combater a inflação e realizar o desenvolvimento econômico. O plano deveria ser acompanhado de uma série de reformas estruturais, denominadas reformas de base, que incluía a reforma agrária; a reforma eleitoral – estendendo o direito de votos aos analfabetos; as reformas universitárias, ampliando o número de vagas nas faculdades públicas e as reformas financeiras e administrativas, procurando limitar a remessa de lucro e os lucros dos bancos.

O descontentamento com a política do governo aumentou a partir do dia 13 de março de 1964 quando, num comício na Central do Brasil, diante de 200 mil trabalhadores, Jango radicalizou sua promessa de reforma agrária, lançou a ideia de uma “reforma urbana” e decretou a nacionalização das refinarias particulares de petróleo. A reação uniu os grandes empresários, proprietários rurais, setores conservadores da Igreja Católica e a classe média urbana que realizaram a Marcha da Família com Deus e pela Liberdade.

Em seguida houve uma revolta dos marinheiros do Rio de Janeiro, servindo de pretexto para o golpe militar – alegava-se que a disciplina nas Forças Armadas estava em jogo. Na noite de 31 de março de 1964, o general Olympio Mourão Filho (arquiteto do falso plano Cohen) colocou a guarnição de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. No dia 1º de abril João Goulart foi deposto e exilou-se no Uruguai, no dia 2 de abril.

Encerrava-se assim o período democrático e iniciava-se a República Militar no Brasil.

## 19. O BRASIL PÓS-64

### Da República Militar à Nova República

Nesta aula trataremos do período contemporâneo da república brasileira: dos governos militares, iniciado em 1964 aos dias atuais.

#### A República Militar (1964/1985)

O governo militar de 1964 foi efetivado com o objetivo de evitar a ameaça comunista. O modelo político do regime militar foi caracterizado pelo fortalecimento do Executivo que controlou o Legislativo (através da cassação de mandatos) e as decisões do Judiciário (publicação dos atos institucionais); pela centralização do poder, controle da estrutura partidária, dos sindicatos e demais representações; pela censura aos meios de comunicação e repressão política.

O modelo econômico do regime militar foi marcado pelo processo de concentração de rendas e abertura externa da economia brasileira.

### Governo do marechal Castello Branco (1964/67)

Foi eleito por vias indiretas, através do ato institucional AI-1, em 10 de abril de 1964. Em seu governo foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI). Seu governo é marcado por uma enorme reforma administrativa, eleitoral, bancária, tributária, habitacional e agrária. Criou-se o Cruzeiro Novo, o Banco Central, Banco Nacional da Habitação e o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS).

Criou-se também o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Em outubro de 1965 foi assinado o ato institucional AI-2, ampliando o controle do Executivo sobre o Legislativo, extinguindo os partidos políticos – inaugurando o bipartidarismo no Brasil.

De um lado o partido governista a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e, de outro lado, a oposição, reunida no MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Este mesmo ato determinou que as eleições para presidente seriam diretas.

Em fevereiro de 1966, foi decretado o ato institucional AI-3, estabelecendo eleições indiretas para governador e para os municípios considerados de “segurança nacional”, incluindo todas as capitais.

Em 1967, mediante o ato institucional AI-4, foi promulgada uma nova Constituição. Nela mantinha-se o princípio federativo e os princípios dos atos institucionais – eleições indiretas para presidente e governadores.

A Constituição fortalecia os poderes presidenciais, permitindo ao presidente decretar estado de sítio, efetivar intervenção federal nos Estados, decretar recesso no Congresso Nacional, legislar por decretos e cassar ou suspender os direitos políticos.

Antes de deixar a presidência, Castello Branco instituiu a Lei de Segurança Nacional, sendo um conjunto de normas que regulamentava todas as atividades sociais, estabelecendo severa punições aos transgressores.

### Governo do marechal Costa e Silva (1967/1969)

Fazia parte da chamada “linha dura” – setor do Exército que exigia medidas mais enérgicas e repressivas para manter a ordem social e política.

Em seu governo, no ano de 1967, formou-se a Frente Ampla, grupo de oposição ao regime militar – liderada por Carlos Lacerda e JK. A Frente exigia a anistia política, eleições diretas em todos os níveis e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

As agitações internacionais de 1968 tornaram a esquerda mais radical, defendendo a luta armada para a redemocratização do país. O movimento estudantil crescia e exigia democracia. Da mesma forma, os grupos de direita também se radicalizavam.

Em dezembro de 1968, o deputado pelo MDB, Márcio Moreira Alves fez um pesado discurso e atacando as Forças Armadas.

O ministro da Justiça, Gama e Silva, procurou processar o deputado; porém o Congresso garantiu a imunidade do parlamentar. Como resposta, Costa e Silva decretou o ato institucional AI-5 – o mais violento de todos.

Pelo AI-5 estabeleceu-se, entre outros: o fechamento do Legislativo pelo presidente da República, a suspensão dos direitos políticos e garantias constitucionais, inclusive a do habeas-corpus; intervenção federal nos estados e municípios.

Através do AI-5 as manifestações foram duramente reprimidas, provocando o fechamento total do regime militar.

### **Governo do general Médici (1969/1974)**

Período mais repressivo de todo regime militar, bem como a censura aos meios de comunicação. O pretexto foi à intensificação da luta armada contra o regime. A luta armada no Brasil assumiu a forma de guerra de guerrilha (influenciada pela revolução cubana, pela guerra do Vietnã e a revolução chinesa).

Os focos de guerrilha no Brasil foram: na serra do Caparaó, em Minas Gerais – destruído pela rápida ação do governo federal; outro foco foi no vale do Ribeira, em São Paulo, chefiado pelo capitão Carlos Lamarca – foco também reprimido pelo governo rapidamente. O principal foco guerrilheiro foi no Araguaia, no Pará. Seus participantes eram ligados ao Partido Comunista do Brasil e conseguiram apoio da população local.

Ao lado da guerrilha rural, desenvolveu-se também a guerrilha urbana. Seu principal organizador foi Carlos Marighella, líder da Aliança de Libertação Nacional. Para combater a guerrilha urbana o governo federal sofisticou seu sistema de informação com os DOI-CODI (Destacamento de Operação e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), que destruíram os grupos de guerrilha da extrema esquerda.

### **O milagre econômico**

Período do governo Médici de grande crescimento econômico e dos projetos de grandes impactos (como a Transamazônica e o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAF), em razão do ingresso maciço de capital estrangeiro.

Houve uma expansão do crédito, ampliando o padrão de consumo do país e gerando uma onda de ufanismo, como no slogan “este é um país que vai prá frente”.

O ideólogo do “milagre” foi o economista Delfim Neto usando como atrativo ao capital estrangeiro as baixas taxas de juros utilizadas no mercado internacional. No entanto, a modernização e o crescimento econômico brasileiro não beneficiou as camadas pobres. No

período do “milagre” as taxas de mortalidade infantil subiram e, segundo estimativas do Banco Mundial, no ano de 1975, 70 milhões de brasileiros eram desnutridos.

### **O governo do general Ernesto Geisel (1974/79)**

O presidente Geisel tomou posse sob a promessa do retorno ‘a democracia de forma “lenta, gradual e segura”’. Seu governo marca o início do processo de abertura política. Em novembro de 1974 houve eleições parlamentares e o resultado foi uma expressiva vitória do MDB.

Preocupado com as eleições municipais, foi aprovada a Lei Falcão, que estabelecia normas gerais para a campanha eleitoral através do sistema de radiodifusão: exibição da fotografia do candidato, sua legenda e seu número. Apresentação do nome e seu currículo

Foi promulgando, então, o pacote de abril, estabelecendo mandato de seis anos para presidente da República, manutenção das eleições indiretas para governador, diminuição da representação dos estados mais populosos no Congresso Nacional e criada a reserva de um terço das vagas do Senado para nomes indicados pelo governo (senador biônico).

No ano de 1978 houve uma greve de metalúrgicos no ABC paulista, sob a liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula.

No final de seu governo, Geisel revogou o AI-5.

### **O governo do general Figueiredo (1979/1985)**

Durante o governo de João Baptista Figueiredo houve fortes pressões, da sociedade civil, que exigiam o retorno ao estado de direito, uma anistia política, justiça social e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

Em março de 1979, uma greve de metalúrgicos no ABC paulista mobilizou cerca de 180 mil manifestantes; em abril de 1981, uma nova greve, que mobilizou 330 mil operários, por 41 dias. Neste contexto é que se destaca o líder sindical Luís Inácio da Silva – Lula.

A UNE reorganizou-se no ano de 1979 e, neste mesmo ano, o presidente Figueiredo aprovou a Lei da Anistia – que beneficiava exclusivamente os presos políticos. Alguns exilados puderam voltar ao país.

Ainda em 1979 foi extinto o bipartidarismo, forçando uma reforma partidária. Desta reforma surgiram o PSD (Partido Social Democrático), herdeiro da antiga Arena; o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), composto por políticos do antigo MDB; o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), controlado por Ivete Vargas e formado por setores da antiga ARENA; PDT (Partido Democrático Trabalhista), fundado por Leonel Brizola e PT (Partido dos Trabalhadores), com propostas socialistas.

Em 1983 a sociedade civil participou intensamente do movimento das Diretas-já. Em 1984 foi apresentada

a Emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República. A emenda foi rejeitada pelo Congresso Nacional.

No ano de 1985, em eleições pelo Colégio Eleitoral, o candidato da oposição - Tancredo Neves derrotou o candidato da situação - Paulo Maluf. Tancredo Neves não chegou a tomar posse - devido a problemas de saúde veio a falecer em 21 de abril de 1985. O vice-presidente, José Sarney assumiu a presidência, iniciando um período conhecido como Nova República.

## **20. A ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES E O GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE JOSÉ SARNEY; A CONSTITUIÇÃO DE 1988: CARACTERÍSTICAS GERAIS. O BRASIL PÓS-REGIME MILITAR**

### **A Nova República**

#### **Governo de José Sarney (1985/1990)**

O mandato de José Sarney foi marcado pelos altos índices inflacionários e pela existência de vários planos econômicos: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989). O plano de maior repercussão foi o Plano Cruzado, que, procurando conter a inflação determinou: congelamento de todos os preços por um ano; abono salarial de 8%, e reajustados após um ano, ou quando a inflação atingisse 20%; extinção da correção monetária e o cruzeiro perdia três zeros e passava ser chamado de cruzado.

Por ser um governo de transição democrática, importantes avanços políticos ocorreram, como a convocação de uma Assembleia Constituinte que elaborou e promulgou a Constituição de 1988 - "Constituição Cidadã" - que estabeleceu as eleições diretas em todos os níveis; a legalização dos partidos políticos de qualquer tendência; instituição do voto facultativo aos analfabetos, jovens entre 16 e 18 anos e pessoas acima de 70 anos; fim da censura; garantido o direito de greve e a liberdade sindical; ampliação dos direitos trabalhistas; intervenção do Estado nos assuntos econômicos e nacionalismo econômico ao reservar algumas atividades às empresas estatais.

As eleições presidenciais de 1989 Em dezembro de 1989 foram realizadas as primeiras eleições diretas para a Presidência da República desde 1960. Três candidatos destacaram-se na disputa: Fernando Collor de Mello, do pequeno Partido da Renovação Nacional (PRN); Leonel Brizola do Partido Democrático Brasileiro (PDT) e Luís Inácio "Lula" da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

A disputa foi para o segundo turno entre Fernando Collor e Lula, cabendo ao primeiro a vitória nas eleições - graças à imagem de "caçador de marajás", e de uma

plataforma de luta contra a corrupção, na modernização do Brasil e de representar os pobres e marginalizados - os "descamisados".

#### **O governo de Fernando Collor de Mello (1990/92)**

Aplicou o plano econômico denominado de Plano Brasil Novo, o qual extinguiu o cruzado novo e retornou o cruzeiro; congelou preços e salários; bloqueio boa parte do dinheiro de aplicações financeiras e de poupanças por 18 meses.

Houve grande número de demissões no setor público, redução nas tarifas de importação e um tumultuado processo de privatizações. No entanto, as denúncias de corrupção envolvendo o alto escalão do governo levaram o Congresso a formar uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O relatório final da CPI apontou ligações do presidente com Paulo César Farias - amigo pessoal e tesoureiro da campanha presidencial. O envolvimento de Collor no chamado "esquema PC", que envolvia troca de favores governamentais por dinheiro, gerou o processo de impeachment - ou seja, o afastamento do Presidente da República.

Fernando Collor procurou bloquear o processo, porém a população foi às ruas exigindo seu afastamento ("os caras-pintadas"). O presidente renunciou em 30 de dezembro de 1992, após decisão histórica do Congresso Nacional no dia anterior pelo seu afastamento. O vice-presidente Itamar Franco assumiu o cargo.

#### **O governo de Itamar Franco (1992/1995)**

Realização de um plebiscito em 1993 que deveria estabelecer qual o regime político (monarquia ou república) e qual a forma de governo (presidencialismo ou parlamentarismo). No dia 21 de abril o resultado do plebiscito confirmou a manutenção da república presidencialista. No aspecto econômico, o mais importante foi à aplicação do Plano Real, que buscava combater a inflação e estabilizar a economia nacional.

O Plano pregava a contenção dos gastos públicos, a privatização de empresas estatais, a redução do consumo mediante o aumento da taxa de juros e maior abertura do mercado aos produtos estrangeiros. O Plano contribuiu para a queda da inflação e aumento do poder aquisitivo e da capacidade de consumo - em razão da queda dos preços dos produtos face à concorrência estrangeira. A popularidade do Plano Real auxiliou o ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, a vencer as eleições em outubro de 1994.

#### **O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2002)**

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente do Brasil a conseguir uma reeleição - através de uma mudança constitucional. Seus dois mandatos são caracte-

terizados pela aceleração do processo de globalização: a criação do Mercosul e a eliminação das barreiras alfandegárias entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai (a formação do bloco obedece a várias etapas).

Em termo de organização social destaque para a questão fundiária do país e a atuação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que, através da ocupação de terras procura agilizar o processo de reforma agrária no país.

Os anos de FHC como presidente foram marcados pela hegemonia do neoliberalismo e antigos e urgentes problemas não foram solucionados, tais como a exclusão social, a imensa concentração fundiária e empresarial, a corrupção e os descasos administrativos, ausência de uma política educacional, desfaçatez na área da saúde e previdência social, a violência urbana, o desemprego, crescimento do subemprego, concentração de rendas e injustiça social.

## Do Regime Militar à Nova República Resumo

### República Militar (1964-1985)

O golpe militar (31/03/1964): Combater a corrupção e a subversão (comunismo).

A intervenção militar era anunciada como passageira: “golpe, limpeza e retorno aos quartéis”.

O Ato Institucional nº 1 (AI-1): que estabelecia eleições indiretas para o próximo Presidente da República e dava ao Executivo Federal, durante seis meses, poderes para cassar mandatos, suspender direitos políticos, modificar a constituição e decretar o estado de sítio.

### Castelo Branco (1964-1967)



- Adotou o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo).
- Roberto Campos (Min. Planejamento) e Otávio Gouveia de Bulhões (Min. Fazenda).
- Combate à inflação e ao déficit público.
- Arrocho salarial.
- Favorecimento da entrada de capital estrangeiro no país.
- Fim da estabilidade do emprego com a criação do FGTS.
- Decreto do AI-2: estabelecimento do bipartidarismo (Arena e MDB).
- Decreto do AI-3: estendia as eleições indiretas para governadores e prefeitos.
- Decreto do AI-4: garantir a aprovação de uma nova Constituição (1967).

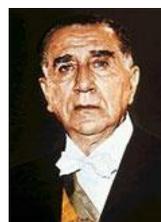
### Costa e Silva (1967-1969)



Luís.

- Intensificação dos movimentos de contestação do regime.
- Criação da Frente Ampla: fazer oposição ao governo.
- Mobilização dos estudantes, artistas e políticos.
- O assassinato do estudante Edson Luís.
- A passeata dos cem mil.
- O papel dos CPCs.
- O movimento Tropicália.
- Decreto do AI-5.

### Emílio Garrastazu Médici (1968-1974)



- Auge da ditadura – “Anos de Chumbo”.
- Período de forte repressão e tortura.
- As guerrilhas: Araguaia (PC do B) e urbana (Carlos Marighella).
- Auge do Milagre Econômico Brasileiro (Ministro Delfim Netto).
- Empréstimos => crescimento => desenvolvimento externo => acelerado do PIB dependente e sem conquistas sociais.
- Ufanismo Nacionalista: “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “Ninguém segura este país”, “Brasil, conte comigo” e “Pra frente Brasil”.
- Construção de obras faraônicas (I PND): INCRA, Mobral, Ponte Rio-Niterói e Transamazônica.

### Ernesto Geisel (1974-1979)



- Distensão Política, início do processo de abertura política: “Lenta, gradual e segura”.
- Crise internacional do petróleo decadência do “milagre brasileiro”.
- II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento): substituição de importações – petróleo, aço, alumínio e fertilizantes – e bens de capital – máquinas e ferramentas.
- Proálcool e assinatura com a Alemanha Ocidental de um Acordo Nuclear (usinas de Angra dos Reis).
- Greves dos metalúrgicos em 1978 e 1979 no ABCD Paulista, lideradas por Luís Inácio “Lula” da Silva.
- Revogação do AI-5.

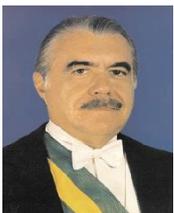
### João Figueiredo (1979-1985)



- Lei da Anistia, ampla geral e irrevogável (exceto os envolvidos em terrorismo e luta armada).
- Fim do bipartidarismo e instituição do pluripartidarismo.
- Arena ⇒ PDS e MDB ⇒ PMDB.
- O PT, criado em 1979, recebe o seu registro em 1982.
- Eleições Gerais (com voto vinculado) em 1982, exceto Presidente da República, o PMDB elege os governadores dos estados mais importantes.
- Campanha das “Diretas Já” (Emenda Dante de Oliveira / PMDB – MT), que é rejeitada pelo Congresso Nacional (1984).
- Eleições indiretas para a Presidência da República.
- Paulo Maluf X Tancredo Neves.

### A Nova República

#### José Sarney (1985-1990)



- O Plano Cruzado – Ministro Dionser Furtado.
- baseado no congelamento de preços.
- mudança da moeda.
- gatilho salarial.
- Os fiscais do Sarney.
- O plano foi boicotado e fracassou.
- O governo ainda criou o Plano Cruzado II, Bresser e Verão.
- Constituição de 1988 – A Constituição Cidadã – onde vários artigos faltam ser regulamentados e que vem sendo continuamente reformada.
- O governo termina com uma grave crise econômica.

#### Fernando Collor (1990-1992)



- Plano Collor ou Brasil Novo da Ministra Zélia Cardoso de Mello:
- Instituição do Cruzeiro;
- Congelamento de preços e salários;
- Confisco das contas correntes, poupanças e aplicações do que excedesse 50 mil cruzeiros que seriam devolvidos em 18 meses.
- Início efetivo no Brasil do neoliberalismo;
- Abertura do mercado nacional aos produtos importados;
- Início da privatização de estatais, começando pela Usiminas;
- Corrupção – Caso PC Farias;

- Passeatas contra o governo: caras-pintadas;
- CPI e pedido de impeachment;
- Renúncia de Fernando Collor.

#### Itamar Franco (1992-1994)



- Recessão e aumento da inflação.
- Corrupção no Orçamento da União (Os Anões do Orçamento – João Alves): lideranças eram presas ou expulsas do país, caso fossem imigrantes. Essa repressão impediu o nascimento de partidos de esquerda, como o Partido Comunista e o Partido Socialista, que só surgiram décadas depois.

### TEXTOS DE APROFUNDAMENTO DE CONTEÚDO

#### 1. A formação da República

Nas últimas décadas do século XIX o regime monárquico viveu um processo constante de crise, refletindo o surgimento de novos interesses no país, associados a elite cafeeira, aos militares, às camadas urbanas e aos imigrantes, que representavam a nova força de trabalho. O movimento que eliminou a monarquia no país foi comandado pelo exército, associado à elite agrária, particularmente os cafeicultores do oeste paulista. Estes últimos, há duas décadas haviam organizado um partido político, o PRP - Partido Republicano Paulista - que não apenas defendia o ideal republicano, mas também a fim da escravidão e o federalismo que garantiria a autonomia estadual. Foi desta maneira que a elite cafeeira procurou conquistar o apoio dos setores urbanos, de diferentes classes e das elites regionais.

Apesar de dividido em facções, os republicanos históricos, chamados evolucionistas, eram predominantes e defendiam mudanças graduais, sem a participação popular no movimento, procurando marginalizá-la não só da ação, mas principalmente da construção do novo modelo político. Eram admitidos pelos monarquistas, pois defendiam o respeito a ordem pública, muitos eram cafeicultores e alguns ainda possuíam escravos; julgavam que chegariam ao poder disputando as eleições com os partidos tradicionais e percebiam a enorme importância que tinha o governo como instrumento de ação econômica. Seu principal líder era Quintino Bocaiuva.

Os militares por sua vez haviam angariado grande prestígio após a Guerra contra o Paraguai, momento a partir do qual o exército passou a se estruturar, destacando a importância das escolas militares, que foram responsáveis pela formação ideológica da maioria dos soldados, das grandes cidades, a partir da ideologia positivista, base para a participação política cada vez mais ativa dos militares.

Dentro do exército brasileiro destacou-se Benjamim Constant, professor da Escola Militar, acusava o ministério imperial de falta de patriotismo, por ter punido militares que se recusavam a capturar negros foragidos e criticavam pela imprensa os desmandos de políticos corruptos.

O positivismo é uma ideologia que desenvolveu-se na França e ganhou o mundo ocidental, tornando-se predominante já no final do século XIX. O nome vem da obra de Augusto Comte, "Filosofia Positiva", quando o autor faz uma análise sobre o desenvolvimento de seu país ao longo do século, atribuído à indústria e a elite industrial, grupo esclarecido e capacitado, que, se foi o responsável pelo progresso econômico, deveria ser o responsável pelo controle do Estado. Para Comte, caberia a elite governar, enquanto caberia ao povo trabalhar. Trabalhar sem reivindicar, sem se organizar e sem protestar, pois "só o trabalho em ordem é que pode determinar o Progresso", nascendo daí o lema de sua filosofia, que os militares escreveram na bandeira brasileira, após o golpe de 15 de novembro.

Existe uma tendência de se considerar que "os militares" proclamaram a República, ou que, sem os militares, não haveria república.

Primeiro é importante lembrar que havia nas camadas urbanas uma forte disposição a favor do movimento republicano; segundo, já vimos que havia um forte partido político, representando a nova elite agrária, disposta a chegar ao poder, mesmo de forma moderada; terceiro, é necessário lembrar que, apesar de existir o "espírito de corpo" entre os militares e que a ideologia positivista era cada vez mais forte dentro do exército, este encontrava-se dividido e existiam as disputas internas ao mesmo.

Os militares, de uma forma geral, rechaçavam os políticos civis, porém perceberam que era necessária uma aliança com os evolucionistas, pois garantiriam dessa maneira o fim da monarquia, mas a manutenção da "ordem".

Monarquista convicto, Deodoro enfrentava problemas políticos com parte do ministério imperial e também dentro do exército. Participou do movimento republicano a partir da crença de que D. Pedro II já não governava e que o ministério comandado por Ouro Preto pretendia fortalecer a Guarda Nacional, e enfraquecer o exército.

No dia 11 de novembro civis e militares organizaram o levante, cuja ideia encontrou a oposição de Floriano Peixoto.